

ROLÃO PRETO

JUSTI ÇA!

LISBOA

1936

PRIMEIRA
PARTE

ROLÃO PRETO

Para além do comunismo

**A CONSTRUÇÃO DO ESTADO MODERNO,
EM FACE DO COMUNISMO.**

EDITADO EM 1932

ROLÃO PRETO

FOLHETOS NACIONAIS-SINDICALISTAS

BALIZAS

**50.000 exemplares vendidos
em 4 meses.**

e

NACIONAL - SINDICALISMO

**30.000 exemplares vendidos
em 3 meses.**

TIPOGRAFIA LEIRIENSE, LIMITADA

LEIRIA

A memória de meu bisavô, o médico Antônio das Neves Carneiro, deputado às Constituintes de 1836, perseguido por «jacobino», «inconfidente», «francês», «malhado» e «pedreiro livre», duas vezes encarcerado na cadeia da Relação do Pôrto, exilado, torturado em S. Julião da Barra depois de ter transitado por dezoito enxovias da província, sem que jãmais lhe abatessem o orgulho da sua intransigência.

A' memória de seu filho Antônio Maria das Neves Carneiro, acadêmico de Coimbra, enforcado em 9 de Julho de 1830 por cumplicidade no morticínio dos Lentes.

Ao seu alto sonho de liberdade e de justiça que por o seu sangue, em mim se continua e afervora na nova batalha pelo resgate da Personalidade Humana.

Ao povo de Portugal, povo de rurais, de marujos e de soldados, povo de sonhadores, povo mártir; povo que conserva e traz de longe as cicatrizes dos golpes que sofreu no seu corpo e das desilusões que suportou na sua alma; povo que vem de longe, das aventuras do Oriente, da África e das Américas, e mantém na sua fôrça a mesma fôrça, no seu anseio o mesmo anseio, a êle ofereço êste livro cheio, como o seu peito, de inquietação e ânsia de justiça.

CAPÍTULO I

PARA ONDE VAMOS?

Referiram os jornais, que contaram a velada trágica, a impressão que a todos causara a atitude, particularmente angustiosa, do Príncipe de Starhemberg diante do cadáver do Chanceler Dolfuss.

Entre todos, naquele círculo de justos receios e profundas apreensões, ninguém, como o chefe dos Heimwehren, mostrava assim na face o vinco duro que nela cavara a sua absorvente ansiedade.

Sentido de mais directas responsabilidades?
Concentração de mais empolgantes sentimentos?

A' curiosidade perscrutadora dum jornalista, Starhemberg, como se formulasse em voz alta o pensamento que o dominava, deixou apenas cair estas palavras que em si resumiam o clamor aflitivo duma época: — *Para onde vamos?*

¿ Porventura, o «para onde vamos», naquela hora de tragédia, queria apenas dizer o cansaço dum patriota perante a derrocada do seu sonho? Pouco importa! O temor do Príncipe austríaco é bem um dos aspectos da inquietação do nosso tempo. A toda a hora as suas palavras são o *leit-motiv* da geração que tem sobre os ombros

responsabilidades de orientação ou de comando.

Se nos impressiona dum modo particular o caso Starhemberg, é porque o colhemos no seu ambiente de paixão e de luto, que o torna mais frisanter e trágico. Ele é, porém, um caso de todos os dias, um caso que se pode tomar como símbolo duma das *categorias* da incerteza.

Esta é a incerteza do «patriota» que vê abalada a idéia, para elle sagrada e una, da «Pátria». Pátria configurada pela linha de fronteiras que se inscrevem para sempre e para sempre se mantêm inalteráveis na sua retina mental. E' também a incerteza do «militar». Militar a quem a noção clara de «disciplina» criou uma estrutura moral rígida e simples, através da qual elle examina os acontecimentos e os homens, moldando-os ao seu pensamento e julgando-os pelas reacções que uns e outros arrancam à sua sensibilidade e à sua regra de vida. E', finalmente, a incerteza do «nobre de sangue». Categoria espiritual de inquietação mais difícil de entender, por se inspirar na trama de certos sentimentos, cuja subtilidade muitas vezes não deixa distinguir a linha que separa as realidades morais do artificio e do convencional, criado como reflexos dalgumas conquistas da Civilização.

No pensamento do Príncipe de Starhemberg, estes três aspectos da sua incerteza informaram decerto o todo moral da sua angústia, naquela madrugada em que o jornalista, à luz lívida duma aurora que ninguém sabia para quem ia raiar, lhe arranca a confissão profunda do seu desalento —

¿ Para onde vamos ?

«Para onde vamos?» preguntam nas suas variadas posições, nos muitos e diversos lances em que intervêm, os «patriotas», os «militares» e os «nobres de sangue» desta época cheia de incógnitas. E não só esses. Outras categorias

de incertezas se revelam na paisagem moral do nosso tempo.

Examiná-las é procurar os elementos com que se equacione o problema da vida humana contemporânea.

¿ Como há-de, por exemplo, em seu conceito, entender o mundo na sua marcha actual, aquele a quem se convencionou chamar *homem sensato, conservador, amigo das leis* — numa palavra, o homem criado pelos últimos cem anos de ordem política, de ordem social, de ordem espiritual — quando tantos dos paradigmas «seguros» e «imutáveis» da sua vida vão sendo, dia a dia, postos em discussão ?

¿ Proprietário, onde está esse conceito soberano de propriedade individual, diante dos sacrificios que hoje lhe impõe o princípio do «interesse colectivo» ?

¿ Capitalista, onde param os seus «direitos sagrados» aos benefícios ?

¿ Vinicultor, lavrador de trigo, etc. quantas restrições criadas ao «seu direito» de pôr e dispor dos seus produtos e até das suas plantações e sementeiras ?

¿ Ao homem «austero», como não há-de perturbá-lo o mal da incerteza diante da facilidade com que se iludem dos tratados, o desdém pela palavra dada, de todos esses sintomas de irrespeito por certas fórmulas, que fazem andar homens e nações, numa farândola alucinante, à procura de sanções suficientemente fortes para garantir o equilíbrio que a «fé perdida» levou consigo ?

¿ «Indissolubilidade da família», «probidade» e «rigor de costumes» — todas as virtudes de que a burguesia criara outrora uma religião, rodeando-as duma auréola, como são hoje encarradas pelos próprios burgueses ?

¿ Para onde vamos ?

¿ Se, com efeito, alguma geração teve motivo para se interrogar sobre a sua própria marcha, que dizer da geração que para aí se move, ansiosa e descrente?

Decerto, a História ensina-nos como cada um dos seus ciclos tem a sua origem numa *linha de rotura* que abrange as tradições, as leis e os conceitos duma era. As novas épocas correspondem novas instituições, a ritmos novos correspondem novos anseios. ¿ Onde, porém, na História do Homem sobre a Terra, se conhece um momento de tanta vertigem, uma aceleração tão imprevista e tão violenta do ritmo da vida humana, como aquela que rege a cadência da sua agitação actual?

Razão, pois, tem a observação condicionada pelas regras críticas, criadas em cem anos de espírito burguês, para se mostrar alarmada e incerta na escolha do caminho que vai seguir o futuro.

¿ Até que ponto a derrocada atingirá as próprias bases, já por tantos consideradas definitivas, duma civilização que era seu orgulho e sua bênção?

Considere-se então o privilegiado da fortuna, aquele para quem a vida é um conjunto de possibilidades materiais quasi ilimitadas e o mundo actual representa uma etapa digna de ser «conservada», de ser «defendida» contra qualquer transformação que acarrete, porventura, algum atentado contra a sua tranquilidade e «bem-estar» presentes; — considere-se esse privilegiado em face das perturbações crescentes que por toda a parte, e em todos os campos do pensamento, vão pondo em risco um equilíbrio que parecia seguro e lhe era tão propício. ¿ Como não há-de ser de espanto e de pura indignação, o comentário que a visão dum mundo novo

arranca à sua «posição» de favorecido do mundo velho?

¿ Para que destruir, ou sequer pôr em cheque, as vastas e proveitosas conquistas da civilização presente, senão para regressar a uma barbárie sem nome, a uma época da qual tanto custou a libertar-nos o esforço das gerações passadas?

¿ Que mais quer o Homem, que não cessa a sua inquietação absurda, nem se tranquiliza a sua ânsia de transformações e de aventuras?...

Eis como entende a derrocada do velho mundo o conformismo contente dalguns, dos raros eleitos da «sorte».

Mas, considere-se, ainda e finalmente, o caso mais generalizado e vulgar, o caso de consciência de todos aqueles que nasceram e viveram sob um signo político, cuja verdade constitui a seus olhos a própria evidência.

Anseios de juventude, sacrifícios permanentes de todos os seus pensamentos, quando não do seu próprio sangue, em toda a sua vida — sonhos e aspirações ardentes em torno de fórmulas que plenamente satisfaziam a sua inquietação — e eis agora tudo o que lhes parecia «sagrado» e «seguro» a ser julgado e pôsto em dúvida...

¿ «Para onde vai o mundo», se ele nega os «princípios» do seu próprio equilíbrio e as «directrizes» do seu «livre desenvolvimento»? ¿ Que «inconsciência» é essa dos homens, ou que «sôpro nefasto» do espírito corre sobre a Terra, para que sejam eles próprios a destruir o edifício das suas instituições tão dura e caramente conquistadas?

¿ Como se vão garantir as liberdades, quando se condena e avilta a Liberdade, acusando-a de inimiga do Homem?

¿ Como defender a Igualdade, quando por toda a parte se erguem posições indiscutíveis?

¿ Como vão os homens encaminhar-se para

um futuro de paz e amizade, se a desconfiança ganha todos, como virtude essencial à segurança própria?

Tal o estado de alma de tantos que, tendo erigido no peito um altar às ideologias políticas consagradas por mais de cem anos, antevêem, sinceramente, como uma catástrofe irremediável, os tempos novos que se aproximam e que eles julgam, igualmente com sinceridade, serem a negação das idéias essenciais que formam a estrutura moral da sua vida cívica.

Para êsses, também, não falta, pois, motivo, e motivo profundo, para interrogarem o mundo na sua marcha «desvairada».

CAPÍTULO II

A INJUSTIÇA

Ao considerarmos a inquietação que vai pelo mundo, fizêmo-lo colocando-nos no ponto de vista particular que informa o pensamento das «gerações responsáveis».

Os acontecimentos, desenrolando-se sob a crítica dos seus sentimentos naturais, preconceitos de casta ou de «sector», princípios ou anseios — dão-lhes uma sensação gravíssima de catástrofe, como se fôsse «o fim do mundo», o fim dum mundo de que foram o centro activo directo beneficiário. Todos os que têm «dirigido» ou «orientado» convergem, agora, na condenação sem remédio aos tempos que se aproximam — como estão de acôrdo no sentido da derrocada, que faz já estremecer o solo onde se cuidaram, por momentos, inteiramente seguros.

Duma coisa, porém, ninguém cuida, nem se vislumbra eco no clamor geral das velhas gerações: — as responsabilidades que todos tiveram na catástrofe. Essa é, porém, a função da justiça: julgar os êrros duns e doutros, para que a História recôlha da lição úteis ensinamentos para os destinos dos povos.

A culpa de todos os «males» que põem em risco a estabilidade das instituições e da moral social do nosso tempo — é preciso confessá-lo — provém sobretudo e em linha recta, do *pecado de injustiça* em que os *responsáveis* conduziram a marcha do mundo.

Ergueram-se alvoroçadas e entusiásticas, em torno da bandeira da redenção, as multidões que à voz dos chefes se ofereceram para todas as batalhas, arrasando *Bastilhas* e regando com o seu sangue a *árvore da liberdade*... Construíram-se sistemas criadores de estabilidade económica, pôs-se a cultura ao serviço directo da «emancipação» do Homem, proclamaram-se para sempre abolidos todos os privilégios, decretou-se o «poder do Povo pelo Povo».

¿ Como corresponderam, porém, os homens e os sistemas à esperança que neles depositou o Homem?

¿ Que uso fizeram do seu mandato, aqueles que receberam dos tempos a missão de conduzir os destinos dos povos?

¿ Como interpretaram a inquietação e os anseios da povo, aqueles a quem a sua *posição* dava possibilidades maiores de realizar a justiça?

A' consciência de quem quer que tenha responsabilidades, cumpre frisá-las bem, antes de se erguer a condenar sem apêlo a revolta interior que está conduzindo o Homem a uma nova época da História.

Em primeiro lugar, os sistemas... ¿ Porque não havemos nós, com efeito, de ter a coragem de julgar e condenar todas as fórmulas que a experiência demonstrou terem sido impotentes para garantir a justiça?

Denunciemos as traições dos homens como a traição das idéias.

O «liberalismo» atraçou a Liberdade. Eis um facto hoje indiscutível.

¿ Como ocultá-lo e para quê?

O liberalismo tinha como missão económica criar um clima próprio a todas as iniciativas, produzir vida onde fôsse possível ser produzida, destruir os privilégios que eram o obstáculo ao livre desenvolvimento do homem. ¿ Como cumpriu essa missão, e como se mostra a face da Terra depois que as suas directivas são a regra espiritual dos povos e dos seus dirigentes?

Dir-se-á que essa foi a traição dos homens, traição que, contrariando a intenção de justiça do sistema, criou um mundo que é o triunfo dos fortes sobre os fracos, um regime que é a escravidão do espírito sob o jugo do utilitarismo, uma sociedade que é a «ordem» sob o *signo do lucro*.

Traição dos homens, decerto, mas também traição do sistema, porque foi êle próprio que se opôs sempre, em nome dos seus mais essenciais princípios, a qualquer intervenção que impedisse os homens de esmagar as liberdades do Homem. Traição do sistema, que deixou, de aviltamento em aviltamento, cair a Liberdade nas mãos do mais vil dos seus inimigos — o ouro.

Essa é a sua traição no campo das liberdades económicas.

¿ Que dizer então no campo das liberdades políticas e político-sociais! ¿ Onde se viu maior decepção para a Personalidade Humana, do que aquela que nasce do orgulho «individualista», convertido em mísera escada de todas as ambições e pobre esteio de todas as tiranias?

Vai longa distância, com efeito, desde o sonho de glória que dava ao homem a posição de árbitro dos seus destinos, centro moral da sua existência, até à realidade mil vezes verificada, em que o seu coração, vítima dos piores impul-

sos, é conduzido por caminhos sem norte nem sentido.

Estas são as responsabilidades do sistema, responsabilidades que nasceram da sua natureza de puro artifício e se mantiveram através da linha rígida dos seus conceitos.

Vejam-se agora as responsabilidades dos homens.

¿ Quem, dentre os homens a quem o Liberalismo e a Democracia criaram uma «posição», sentiu também formar-se em si próprio uma consciência?

¡ Dirigentes políticos, quantos abusaram do seu poder, servindo-se de fórmulas que eram idéias-base e por isso «sagradas» — «maiorias parlamentares», «opinião pública», «preceitos constitucionais», etc. — fórmulas que queriam significar liberdades públicas e se tornaram justificação suficiente para todas as oposições e aviltamentos!

¡ Capitalistas, quantos negaram aos trabalhadores a parte justa do lucro que cumpria ao trabalho de cada um, criando assim as possibilidades necessárias à liberdade económica de todos!

O capitalismo!... ¡ A injustiça do critério com que êle encarou a dignidade da Pessoa Humana! Bem mais do que nas regras por que se orienta como sistema económico, nêle é condenável o atentado contra a moral social que permanentemente pratica. A' sua sombra se criou um tipo novo de *burguês*, egoísta, rapace, limitado, ignaro, grosseiro burguês — que nada tem com o tipo medievo que lhe deu origem — e a quem o mercantilismo afinou os defeitos, em desabono das virtudes outrora tão grandes, postas em defesa do «bem público». O ter assistido impotente à formação e engrandecimento dessa casta privilegiada das Democracias em decadência, que é a burguesia, só por si torna difícil a

indulgência do julgamento que hoje tenha de se fazer ao Liberalismo.

Nunca o espírito sofreu mais dura opressão do que sob o signo, todo poderoso, do *bom senso* burguês. Nunca se forjou contra a moral social cristã e solidarista, que informa os anseios do homem moderno, mais nefasta cadeia de ateados.

Calculista e fria, porque ignorante dos valores morais da Personalidade, a ordem burguesa é, em todos os seus aspectos, anti-humana.

Não ampara ninguém, deixa cair os vencidos, para que os sobreviventes lhes partilhem os despojos; não exalta iniciativas, estrangula-as para que se mantenham os privilégios; não encaminha os que se perdem, elimina-os em nome duma regra a que chama virtude e que é apenas a consagração do egoísmo.

Não é a ordem que cria, é a ordem que esmaga. Não é a paz dos campos, cheia de rumores de vida estuante, de acção e liberdade; é a paz dos cemitérios, fria, dramática, assassina.

Anti-humana, a burguesia de hoje segue uma regra de vida, na qual raras vezes entra a consideração de factores espirituais.

A burguesia é a usura. Tudo para ela se mede dentro do critério rigoroso do rendimento. O homem não vale, ou vale menos pelas suas qualidades criadoras e pelas suas virtudes sociais, do que pelo seu espírito «organizador».

Fundar uma sociedade dando-lhe por base o *cofre-forte*, eis o ideal orientador do capitalismo burguês. Associar as possibilidades espirituais e materiais dos homens, num plano em que o bem de todos reforce o bem de cada um, assemelha-se-lhe um contra-senso económico e um erro moral. Só o lucro individual é Rei. A sociedade solidarista é um entrave económico.

Só a luta feroz, sem quartel, valendo-se de todas as traições, servindo-se de todos os embustes, mantém o espírito de empresa e aumenta o património material do Homem.

Felix Le Dantec tem um altar erguido dentro de cada coração burguês. A vida humana, como a simples vida animal, é uma batalha trágica de egoísmos. Ai dos vencidos! Assim, para a moral burguesa todos os passos na vida são contados e tabelados como operações de crédito.

O casamento é um negócio, mercê do qual se juntam terras ou se consolida uma firma... O casamento é um negócio, como a vida política é uma carreira rendosa — sob pena de se ter falhado — e até a própria vida eclesiástica é um *empêgo*.

Traição máxima, essa do Padre tocado pelo pecado da burguesia. Sob a espiritualidade que requiere a função sacerdotal, é que mais vivo e trágico se torna o contraste entre a materialidade vulgar do homem e a sua essência superior de espírito.

Todavia, neste exame de consciência dos «responsáveis», como é grande o quinhão que cabe ao clero! Decerto a «*Rerum Novarum*» e a «*Quadragesimo anno*» são já hoje proverbiais exemplos do clamor de Roma diante da injustiça... Quanto conformismo, porém, num clero que em grande parte aceita, sem um protesto vivo e forte, o esmagamento dos fracos pelos poderosos, o triunfo sem piedade dos muitos ricos sobre os que nada têm. Quando não vai mais longe... Quando, deixando-se penetrar pelos costumes do mundo que o rodeia, vai até ao ponto de colaborar com ele em espírito de mercantilismo, de avariza, de *usura*...

Mas, neste capítulo das forças morais «responsáveis», quanto não haveria a acrescentar!

O coeficiente de resistência, por exemplo, que poderia representar para a sociedade agora em perigo, o exemplo de grandeza de ânimo, isenção linha moral, em suma — que deveria significar a nobreza de sangue, aquela que vem dos confins da História e nas virtudes dos seus maiores colheu a auréola do nome!...

¿Quantos, porém, dêses herdeiros da fama, têm sabido honrar a sua «posição»? Bem poucos são os que conseguem libertar-se da lei do lucro, da tentação do ouro, e se conservam fiéis à sua própria tradição, refractários a todo o venalismo: paladinos da honra, da independência, do orgulho de ser homem. Bem poucos os que não se deixaram penetrar de «burguesismo».

Resta ainda, neste apuramento sumário de responsabilidades, conhecer as do exército, força tantas vezes decisiva na conquista das liberdades, e tantas outras cego apoio de tiranos.

Responsabilidades enormes são as suas. As mais duras provêm directamente de ter perdido a consciência do seu ofício — *esprit de corps* — deixando-se corromper pelos males que cá fóra perderam o mundo.

Confesse-se, porém, que por muito que se acuse aos militares e por muito que eles se tenham tornado responsáveis, são ainda quem melhor percentagem conserva de virtudes cívicas: disciplina, espírito de sacrifício, heroísmo.

Decerto, mercê sobretudo do critério do seu recrutamento e promoção, muitos são os militares que não se mostram dignos da sua «posição», que devia ser a suprema consagração do brío e da gallardia pessoal. Embora! A sua trincheira é, talvez, uma daquelas donde mais facilmente saía a condenação da Injustiça.

* * *

¿ Onde nos levaria êste exame de responsabilidades ?...

Em todos os campos, a traição dos homens perante a justiça só teve por via de regra o limite de poder que cada «posição» comporta.

Seja isto dito em abono dos mais culpados e para alívio da sua consciência, numa hora em que de toda a parte se ergue o clamor que os condena.

Clamor trágico. Clamor de todas as vítimas que ao longe dos tempos foram vendo crescer a sua angústia, avolumar-se a sua dor, angústia e dor de pobres miseráveis, enganados, escarnecidos, na sua eterna esperança de homens.

Sobe do fundo do seu coração um surdo sentimento de vergonha, que torna mais violento o seu protesto e mais duro o seu desespero, diante de um destino todo feito de injustas contradições.

Não é mais um debate que possa localizar-se no tempo e no espaço, um outro elo da longa cadeia de combates e de sofrimento. Não! O que torna o momento presente mais grave é êle aparecer como uma *resultante*, um *ponto final*, na tragédia da existência humana sôbre a Terra. Nos responsáveis do nosso tempo acumularam as circunstâncias todas as responsabilidades da revolta interior, que agita o homem moderno.

Sente-se que chegaram os tempos, em que tem de se apurar toda a verdade.

Ai, de quem pela mentira ou pelo lôgro, tentar ainda afastar os homens do seu resgate pela justiça!

O que se aproxima tem êste sentido absoluto: é um trágico, um temeroso *ajuste de contas*.

CAPÍTULO III

APOLOGIA DE CÊSAR

Enquanto os convivas do banquete, que consagrava o triunfo supremo de Sylva, se entregavam totalmente ao delírio do festim, o Ditador romano — todos conhecem êste traço singular do seu carácter — ia, friamente, anotando, naquela hora propícia a todas as indulgências, a lista trágica dos seus inimigos vencidos, que era preciso desterrar no dia seguinte...

Tal gesto, que define uma política e marca definitivamente uma personalidade, é apontado ainda hoje como um exemplo da vontade insensível de César, posta ao serviço de uma sociedade em perigo. Daqui tiram mesmo, os responsáveis da derrocada do velho mundo, a esperança de poder, a todo o tempo, opor ao assalto renovado dos «escravos» a «posição» e a insensibilidade dum Sylva, duro salvador de privilégios. Assim, o clamor dos beneficiários da velha «ordem», proclamando a sua confiança num chefe impiedoso e forte, cujo orgulho se sobrepõe à justiça, confirma a opinião daqueles que os consideram refractários à lei duma consciência «humana» e cristã.

Mostra-se, com efeito, através da sua atitude impenitente, como a lição de todas as derrocadas é inútil, por si só, para a revisão do pensamento de quem quer que seja que ocupe uma posição privilegiada.

A inquietação com que eles hoje sentem estremecer o solo, não se reveste de qualquer sentimento de justo remorso. Significa apenas o temor de que a catástrofe lhes não respeite o lugar. César será pois bemvindo, não como garantia duma ordem que para todos se traduza em equidade e paz social, mas, sim, como mandatário duma casta, duma facção, duma classe que imponha aos outros a sua lei, particular, unilateral...

De certo, no corpo social, pelo menos enquanto o Homem não souber dominar-se a si próprio — se isso um dia fôr possível — a função do chefe é uma exigência do equilíbrio do todo.

¿ Equilibrar é, porém, forçar um dos braços da balança?

Todos aqueles que confundem a Justiça com a *sua justiça*, a Liberdade com a *sua liberdade*, o bem estar com o *seu bem estar*, todos êsses saúdam em César, primeiro que tudo, o seu próprio triunfo. Pesa nêles demasiado o valor das suas aspirações e dos «princípios» por que se rege o seu pensamento, para poderem libertar-se do conceito que dá foros de ordem àquela *ordem* que se traduz, apenas, em benefício do círculo estreito de que fazem parte integrante.

Eis porque a «apologia de César», na sua boca, não é um gesto de adesão, espontânea e sincera, ao chefe que porventura conquista o lugar de comando supremo, mas, sim, um acto interessado, um jôgo que se firma sob a boa estrêla de César, senhor de todos os destinos, dispensador de todas as honrarias e proveitos, guarda

seguro de todas as posições conquistadas...

As aclamações que lhe tributam, não se dirigem nunca ao seu espírito criador, no receio de que êle ultrapasse as tradições e quebre a rotina; nem sobem em tórno das suas características *humanas* — bondade, generosidade, clemência — no temor de que, mostrando-se César bondoso e justo, recolha amizades que no andar dos tempos os excluam, a eles. Pelo contrário, erguem-se para louvar a prudência estática do regime, levantam-se para exortar ao castigo, aticar à desconfiança, criar o ódio daquele que comanda, contra os que o não aceitam.

Tal é o espírito com que os reaccionários de todos os tempos formam no cortejo dos Césares vencedores. Cortesãos, nunca leais conselheiros, são eles que formam todas as camarilhas que, pela trama tenaz da intriga sempre renovada, isolam o Poder da Nação, precipitando as catástrofes.

O chefe, como o regime que êle impõe ou garante, torna-se desta maneira, em breve tempo, *coisa sua*, e dela mantém o exclusivo, através duma luta na qual os escrúpulos não embaraçam a acção.

Então, a apologia de César engloba no mesmo louvor todo o círculo dos interessados, como se cada um dêles partilhasse das virtudes ou das regalias de que se arroga aquele que é o centro moral de sistema — valor, honestidade, infalibilidade...

Compreende-se, pois, na hora decisiva que o mundo atravessa, quando todas as «posições» herdadas do passado estão em perigo, o que possa representar para os olhos dos seus detentores a perspectiva dum «cesarismo salvador».

Eis, com efeito, que eies erguem o seu clamor condenando a fraqueza do Liberalismo, a dissol-

vência da Democracia. Liberalismo e Democracia que muitos já serviram, quando isso lhes conveio, e agora subitamente reconhecem fracos e impotentes, para salvaguarda duma sociedade ameaçada nos fundamentos da sua própria estrutura.

Quantos beneficiários dessa fraqueza e dessa dissolvência, que hoje consideram perniciosas nos regimes que os seus próprios abusos ajudaram a perder, reclamam agora uma «ordem nova», que represente um acréscimo de prestígio para a autoridade que desejam encarnar num refôrço do Executivo, que o torne sobranceiro e se *contrôle*, pois que é na sua mão que vai servir!...

Desta maneira, para curar os males do Liberalismo, cujo peor pecado foi não ter garantido as liberdades essenciais, cria-se um estatismo totalitário, que é o esmagamento completo dessas liberdades que urgia salvar.

¿ Estatismo totalitário fundado sôbre as conquistas do direito revolucionário?

De nenhuma forma.

O Direito da Revolução não preconiza o desequilíbrio, e muito menos a sobreposição dos Poderes. Ordena-os apenas de outra maneira e dá-lhes uma base diferente.

Nunca, por exemplo, a Revolução comprometeria a independência do Poder Judicial sem se contradizer a si própria.

¿ Não é, porém, a essência mesma da Revolução ultrapassar as posições jurídicas que ela veio encontrar?

Decerto. O Direito Revolucionário é a definição jurídica de uma nova ordem. Simplesmente, essa ordem deixaria de o ser, se se fundasse ao arbítrio pessoal fôsse de quem fôsse. Não há Direito, mesmo aquele que significa a rotina com *apport* jurídico do passado, que possa servir ape-

nas a vontade incerta e perigosa de um homem.

Outras bases, outras fontes de justiça porventura. Nunca, porém, o Direito da Revolução deixará de assentar em regras perfeitamente definidas, que serão a garantia suprema da Personalidade Humana, para quem de resto são creadas e mantidas.

Não se pode pois chamar Revolução, mas sim subversão pura e simples da legalidade, o facto de se impôr a um país o critério pessoal de um César. Revolução, quer dizer, o triunfo jurídico de novos conceitos, de novos ritmos de vida.

Vai longa distância do 18 Brumário ao Código Civil de Napoleão.

Quando se examina o conceito que os apolo-gistas de César emprestam ao seu regime, é que melhor se confirma o julgamento severo daqueles que apenas os consideram *aproveitadores* da situação criada por César.

Com efeito, todas as razões que êles alinham para destruir o valor próprio das garantias da Personalidade em proveito do Estado, é apenas na pretensão de que êles sejam o próprio Estado... Eles, porque, lisonjeando o poder de César, como já lisonjearam o poder das forças ocultas da Democracia, têm assegurado, como já tiveram, o lugar decisivo nas engrenagens. Eles, ainda, porque constituindo o círculo estreito que aprisiona, informa e inspira César, vêm em rigor a confundir-se com êle no comando, embora enjeitem as responsabilidades da sua acção.

César é, pois, em suma, o seu órgão, a sua alavanca de comando. E a apologia que dêle fazem, confunde-se com o cântico que erguem à posição por êles ocupada.

Este conceito, que os responsáveis da derrocada, em que morre o mundo moderno, têm de César e do seu regime, não deixa de se reves-

tir, contudo, de uma inquietação que lhes perturba o triunfo e a glória de mandar: O Cesarismo nunca inspira confiança total, porque está sempre em jogo a sua duração. Regime que não *interpreta* mas *impõe*, vive apenas o tempo que as circunstâncias permitem que dure a vontade que o criou.

Syla, hábil vencedor de Mithridate, rival feliz de Mário, representação viva e rara do Estado inflexível, sem entranhas nem escrúpulos na defesa; Syla, tipo acabado de dominador sem limites, pelo poder de instituições que reformou e pela auréola de que se rodeou o seu nome; Syla, um dia, como se o comando lhe pesasse, ou o assaltasse por fim a sombra de um remorso, súbitamente, quando todos esperavam ainda longa duração do seu poder, desceu misteriosamente os degraus do Capitólio, para ir, envolto num enigma que a história jámais decifrou, esconder-se na paz niveladora e benéfica dos campos.

Syla, o poder total... Sabe-se lá até que ponto — mesmo a Syla — foram condicionadas as possibilidades do comando!

A ilusão daqueles que querem renovar, em nossos dias, um sistema que se inspira em César, está exactamente na ignorância dos limites em que poderia hoje exercer-se a sua acção.

Que mais não houvesse a considerar, bastaria o domínio das circunstâncias complexas e cheias de imprevisto, em que se move o mundo actual — circunstâncias que tornaram as nações escravas de necessidades gerais, na economia, na cultura, e na garantia da sua própria segurança — para se poder compreender facilmente qual seria hoje, afinal, a verdadeira posição do «Comando absoluto», do Comando que não *interpreta*, mas *impõe*.

A infalibilidade dos tiranos, e a segurança que uma sociedade fia da sua cabeça...

César, o grande, o filho de Venus; eleito da glória máxima do império, conquistador da Gália e vencedor de Pompeu; êsse, que entra em Roma à frente das suas legiões bronzeadas pelo Sol de mil combates, exaltadas no orgulho de mil sacrifícios — soberbo, heroico, «divino» — e é tal o clamor de triunfo que em sua volta ergue todo um povo, que jamais, por todos os tempos, deixa de se lhe ouvir o eco através da história; êsse, decerto, compreende-se, que, ao erguer a sua voz de Chefe, se suponha no direito de ser ouvido e obedecido sem protesto.

Vencedor dos inimigos de Roma, conquistador, civilizador, grande na glória e na alma com que se devotou, a honra da sua espada era uma garantia da justiça das suas intenções. Todavia, a-pesar-de tudo o que lhe devia, e de tudo o que dele podia esperar o império, o orgulho dos homens é tão grande, que mesmo êsse César lhe foi sacrificado.

CAPÍTULO IV

RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

Se a criação dum regime que se *impõe*, e não dum regime que se faz *aceitar*, é hoje empreza difícil e precária, nem por isso o sonho daqueles que nêle esperam a garantia dos seus privilégios e a segurança das suas antigas posições de comando, deixa de se manter e alargar todas as vezes que as circunstâncias parecem propícias ao seu desenvolvimento.

E' então que, sob protecção momentânea das fôrças em que se apoia o sistema, se assiste por vezes ao mais estranho e singular ressurgimento de todos os êrros que outrora fizeram o seu tempo.

Vem dos quatro cantos do passado essa macabra e grotesca ressurreição dos mortos... Feudalismos que outrora significaram a posse absoluta das «terras», das «indústrias» e das consciências de quem os servia e preitava; «senhores» acostumados a colher o prestígio e a fôrça, à custa da «posição» que a posse do Estado lhes assegurava; rotineiros para quem inovar é ser *inimigo da ordem*; técnicos do *voto*; vocações parlamentares; fariseus da *ordem*; profissionais da

caridade; toda a coorte de parasitas, de politícos, de caciques, de tartufos, de inúteis, — tudo que a Revolução deixou para trás, no túmulo do seu cansaço — surge então no cortejo das ambições, na trama das intrigas, na mesa dos festins, como se «os tempos tivessem volvido».

Que série de mal entendidos e de contradições não traz então consigo esta ilusão derradeira de vida, que ergue os fantasmas do passado! As velhas idéias diligenciando impôr uma soberania que ninguém acata e que, mais ainda, ninguém entende. Antigas ilusões que teimam em disfarçar o seu ridículo, e que são o riso de toda a gente de espírito. Conceitos ultrapassados, manobras que são fracassos, pedantismo, ignorância dos tempos, orgulho sem limites...

Dizem «propriedade», pensam «capitalismo»; dizem «patriotismo», pensam «exclusivismo»; dizem «justiça», pensam «privilégio».

A' Liberdade, opõem Nação; à Verdade, opõem Ordem; à Personalidade, opõem Estado.

* * *

Tartufo — Rei?

E' difícil, por vezes, destrinçar os elementos do erro sincero, do tartufismo que se esconde nas almas e que, na mira de justificar situações, as inventa. Acontece que o determinismo de certas atitudes se condiciona pelo peso de preconceitos, instintos, interesses que se adaptam à própria estrutura moral de quem as toma. Tal erro, se é um pecado contra o espírito, não seria, contudo, condenável, se não fôsse o mal de que é causa.

¿Poder-se-á porém dizer o mesmo da simulação e do cálculo com que os «fantasmas» se incarnam e fazem homens?

Em qualquer dos casos, a presença destas res-

surreições, tem sempre, aos olhos da geração que as sofre, o significado evidente duma *traição*.

Traição como espírito de inércia, travão destruidor de todos os impulsos generosos e criadores da Revolução; traição como elemento reaccionário, cavalo de Tróia dentro dos muros da cidade nova; traição como mandatários da «Pru-dência» e da «Sabedoria» — fórmulas destinadas a garantir a própria «posição» dessas ressurreições e que, evitando o triunfo de reivindicações profundas, se tornam assim na maneira segura de amesquinhar, reduzir, tornar impotente o esforço da revolta.

O mundo de hoje está cheio dessas traições. Por sua influência e comando, quantas conquistas da inteligência que se tornaram domínio do absurdo, quantas vitórias de audácia que se tornaram beco sem saída do equilíbrio, quantas imposições da verdade que se tornaram etapas da mentira...

Assim, as revoluções, obra do esforço e do sacrifício dos «novos», têm sido, mercê da traição dos *mortos*, que dentro das ruínas da derrocada *ressurgem* sempre, a fórma de garantir a futura posição *dos velhos* que se lhes opunham. São eles, êsses mortos, vindos do outro lado da trincheira, que dominam, afinal, os vencedores. Através dêles, do seu conceito de reserva, de limite, de meia verdade, a revolta acaba inevitavelmente por abdicar, aceitando a plataforma inglória e absurda dum compromisso com o passado que ela combatera.

As idéias, ainda mesmo aquelas que mais nítido significado de rotura representam, ao serem filtradas pelo pensamento da contra-revolução vitoriosa, logo perdem a sua fôrça explosiva ou criadora, — todo o dinamismo interior, que faz delas poderosos condutores de esperança.

Homem, Nação, Família, Sindicato, Corporação — todas as fórmulas a que o espírito revolucionário dá uma interpretação renovadora e forte — não tardam em perder, ao contacto do condicionalismo contra-revolucionário, todo o seu sentido e toda a sua fecundidade.

Proclama a Revolução o seu orgulho «humanista», o seu conceito maximalista da Pessoa Humana — centro espiritual de toda a Civilização, centro moral de toda a Justiça — mas logo a Contra-Revolução lhe opõe — embora sob o disfarce duma plena aceitação do pensamento revolucionário — as suas concepções, que o alteram e lhe desviam toda a trajectória: o homem é por natureza um elemento disperso e arbitrário, simples factor da máquina social, parte integrante duma sociedade doméstica ou civil que se move ao sabor de seguros determinismos, a que preside a força no mais elementar conceito. Realizar a Revolução é, pois, reorganizar e dirigir supremamente, pela força, essa máquina social, dentro da qual o homem encontrará a «paz» e a «ordem»... Assim se justificam, em nome da Revolução, todos os estados totalitários que, do fascismo ao comunismo, se ergueram sobre as ruínas do individualismo... Singular paradoxo, esta trágica ressurreição verificada em nossos dias.

A Nação, que o espírito revolucionário concebe como a forma superior de colectividade humana; a Nação, motivo vigoroso e fecundo de dinamismo e acção — a Nação é, na interpretação reaccionária que tenta ainda presidir à marcha do nosso tempo, um limite eternamente oposto ao desenvolvimento do homem e uma fórmula que justifica todos os atentados contra a sua liberdade; o pensamento «contra!», permanente e sempre agressivo, diante dos outros povos; um conceito saudosista e vão das glórias do passado.

A família, centro moral da personalidade, clima natural da sensibilidade humana, a quem a Revolução busca as condições duma justa e eficaz segurança — sinceridade, protecção material — a família continua a ser uma «célula» inicial à qual se não garantem as possibilidades vitais; uma «posição» que se mantém exclusivamente pelo interesse material, momentâneo e efémero, dos seus componentes; um lance moral em que entram, como elementos essenciais, a ignorância mútua e a simulação; um círculo estreito, em que a regra de vida é um permanente sacrifício, ou uma incessante batalha sem remédio.

O sindicato, unidade-base da orgânica revolucionária do trabalho, formação específica de profissionais, como órgão exclusivo de coordenação e justo interesse — o sindicato, não toma outro significado, do que o duma organização operária, destinada a servir as intenções políticas do Estado, órgão submisso duma engrenagem em que se mantém, através da desigualdade de direitos e profissões, o *statu quo* económico-social que a Revolução exactamente visa combater.

* * *

Ressurreição dos mortos... A sua longa teoria alinha-se na perspectiva espiritual do nosso tempo, através dos erros funestos, das atitudes grotescas, das posições injustas, que eles vão renovando no clima da Revolução em marcha.

A sua tirania, que vem de longe, não oculta o propósito de fazer mais vítimas. E, todavia, longa é a fila trágica daqueles que no passado lhe têm sofrido os esbulhos e as violências. Também esses, os outros «mortos», os mortos que em vida sofreram o peso de todas as injustiças, sem que pudessem contemplar no céu a luz duma alvorada capaz de rasgar a treva interior da sua tragé-

dia, também êsses por vezes ressurgem, mas em longas teorias de amargo clamor.

São as filas dolorosas dos que sempre serviram na escravidão da terra, rasgando a gleba, semeando e colhendo, sob invernos duros ou estiagens que queimavam para que aos seus *senhores* jãmais faltasse a *renda*, o *juro*, a *décima*, com que mais se alargavam as perspectivas, da vaidade e da ambição duns, da opressão doutros; são as massas cegas e surdas dos que revolveram as profundidades da terra, para garantir as cotações do Cobre, do Ferro, do Carvão — cotações que mantinham o lustre de tantos brazões da Finança e o *caviar* dos seus festins; são as falanges mutiladas, das fábricas, das oficinas, dos porões dos navios — mãos encardidas, olhos e corações cansados — são as consciências envilecidas, humilhadas pela lei da miséria, as almas estilhaçadas pela lei da fôrça; são todos os vencidos, todos os que serviram de escada, todos os que nasceram e morreram na lei duma «posição» amarga e absurda — são êsses que ressurgem também, para proclamarem o seu eterno anseio de justiça.

Quebrados, curvados sôbre si próprios, no cansaço milenário do seu destino, assim em vida êles arrastaram a sua existência, olhando a terra, e esquecendo, por inútil, olhar o sol... Não surgem, porém, numa atitude resignada, aqueles que resignadamente morreram.

Ressurreição dramática. Almas ardendo em protesto, chamas altas de justa cólera, clamor tumultuoso de esperança — eis como se mostra o estranho desfile dêstes fantasmas.

Na violência dos seus gestos, e na glória da sua auréola de revoltados, mostra-se o seu vigoroso e incessante apêlo às novas gerações.

São êles que inspiram, que conduzem a lu-

ta, impondo a imagem dos seus sofrimentos, reclamando a recompensa dos seus sacrifícios.

Trágica ilusão de que se enfeita a vida humana! A batalha dura e universal que absorve sem cessar os sentimentos e o espírito dos vivos, não é, talvez, senão um breve lance da eterna e amarga batalha, que através da História os mortos comandam.

CAPÍTULO V

AUTORIDADE E LIBERDADE

O nosso tempo é pelas gerações novas, pesado na balança dum julgamento severo, que mais duro seria ainda, se não se tivesse de considerar como justa consequência dos tempos que lhe deram origem.

Que encontram elas, com efeito, no panorama moral onde tem que desenvolver-se a sua acção, senão ruínas e abismos, por entre os quais se torna tão amargo e inquietante descobrir um caminho de segura marcha!

Desorientação e cepticismo diante da derrocada das instituições e dos costumes, inspirados pelo Liberalismo e pela Democracia; difícil posição moral dos «responsáveis»; apêlo desesperado dos privilégios a um César, para que atração a Revolução; ressurreição trágica e desconcertante dos «mortos» que, prolongando o passado no presente, voltam a impôr, uns, a tirania do seu comando, outros, o clamor da sua revolta — tal é a perspectiva dolorosa, que enche de justificada ansiedade o pensamento das gerações recém-chegadas às trincheiras.

Se o presente é uma nova Idade Média, on-

de está o caminho da nova Renascença?

¿Como sair do *caos* para uma ordem que em verdade seja nova?

Aqui a perturbação, que de trás se vem avolumando e crescendo, através do julgamento inflexível com que a Revolução considera os homens e as idéias ultrapassadas pelo tempo, torna-se então a expressão máxima da tragédia interior das novas gerações. O *debate* transforma-se num *caso de consciência*, dramático, absorvente, decisivo.

¿O Homem, para erguer, das ruínas do velho mundo, um mundo novo, terá de aceitar posições que o diminuam aos seus próprios olhos?

¿A «ordem» é um «freio», ou «condição» apenas de maior rapidez na marcha?

¿Finalmente, como conciliar, dentro do plano criador da Revolução, as suas duas posições máximas: Autoridade e Liberdade?

São todos os dados do problema da vida humana sobre a Terra que assim, claramente, reclamam uma revisão consciente e justa, antes de se assentar com eles o novo edifício que a Revolução tem de construir.

O que importa, em primeiro lugar — ensina-o a lição viva da História — não é tanto conhecer as linhas gerais do conceito, que se possa emprestar à marcha do mundo, e aos métodos e precauções, com que essa marcha se vai emprender. O que importa, em primeiro lugar, é conhecer o espírito com que nos dispomos para essa marcha, e a intenção que nos anima ao marcar-lhe as etapas.

Só isso mesmo é possível e honesto.

Ninguém, a não ser que se deixe conduzir pelo charlatanismo de certas profecias políticas, pode afoitar-se a predizer a exacta fisionomia do futuro. O que é positivo é que ele será em gran-

de parte a nossa obra, e terá de se parecer naturalmente com as intenções que tivermos dentro do peito, na hora em que contribuirmos para a sua formação.

Eis por que, quando o Homem do nosso tempo procura equacionar o problema do resgate do mundo pela Revolução, cuida sobretudo em encontrar os dados que essa Revolução, dentro de si próprio, cria e significa.

Só assim, ao escutar o clamor contraditório e profundo, que sobe de todos os horizontes, saberá entender a verdadeira posição daquelas situações humanas, que convém respeitar, ou é indispensável demolir sem tardança.

¿Autoridade, Liberdade, qual a posição respectiva que estas duas idéias máximas da civilização encontram na hierarquia dos valores espirituais, que orientam as gerações revolucionárias?

¿Quando reclamam um Estado Forte, até onde reconhecem, por natural e legítimo, o limite da sua acção?

¿Quando se proclamam livres, conhecem elas todo o sentido da responsabilidade que dignifica a liberdade?

O problema é, pois, como se vê, todo interior e directamente relacionado com o «processo» espiritual que presidiu à formação da sua estrutura revolucionária.

E' certo que foi diante das traições que a fraqueza do Estado Liberal democrata cometeu para com a dignidade do homem, que se tornou possível a reacção que trouxe o reforço do Executivo, e atrás d'ele a exaltação do princípio de Autoridade, que entrara em plena decadência.

Daqui, o perfil duro e inflexível que a Revolução teria de mostrar na sua primeira fase — fase anti-parlamentar e forte por excelência.

Mas este aspecto da Revolução é apenas um

aspecto exterior e circunstancial, ou significa de facto a tradução de uma fórmula íntima, particular, inerente ao seu comando?

A pressa com que o espírito reaccionário se deu em aplaudir os exageros autoritários da primeira hora, trouxe em verdade certa confusão aos espíritos que, dum lado e do outro da barricada da velha ordem, se deixam facilmente conduzir pelo jôgo mistificador das aparências. Uns e outros emprestaram por isso à Revolução as cristalizações que a simpatia ou natural repulsa espontaneamente lhe sugeriram.

AUTORIDADE, aparecia então como sinónimo de *comissário* benéfico, protector de privilégios, ou como sinónimo de *déspota*, vilíssimo escravizador dos homens. O mesmo antagonismo na maneira de julgar a LIBERDADE. Consideravam-na muitos como a origem de todo o mal sobre a Terra e rejubilavam na esperança de que a Revolução a condenasse e exilasse para sempre; outros apelavam, pelo contrário, para ela, como único Deus a quem rendiam homenagem, e condenavam por isso a Revolução, supondo-a sua inimiga.

Assim o debate interior das gerações revolucionárias se complicou, com as conseqüências do clima moral criado pelos primeiros passos da própria Revolução, movendo-se dentro dêsse clima de incerteza e suspeita, de que ela era a primeira vítima. E foi aqui que se viu, então, alguns condutores dessas gerações revolucionárias, tomarem pelo caminho oposto àquele que o ritmo e o espírito do seu revolucionarismo aconselhavam.

Enganados uns pelo vão clamor das aparências, seduzidos outros pelo comodismo de certas posições, inopinadamente conquistadas, todos aceitaram as vantagens de um conformismo sedu-

tor, tomando por definido o que era apenas uma etapa na longa marcha a seguir.

Foram êsses, os desertores das milícias da Revolução, que reforçaram depois, com fórmulas tiradas ao espírito revolucionário, a posição reaccionária que aceitaram. Transfugas, batem-se no temor das represálias que o futuro lhes possa reservar, e são decerto os primeiros a exigir que o problema da Autoridade seja resolvido no sentido em que mais facilmente se sacrifique a Liberdade.

Para êsses, deixou por certo de existir, na sua angustiante tirania, o debate espiritual que absorve a consciência revolucionária mantida fiel a si própria. Como a lição dos factos, a amargura das decepções, as aparentes hesitações da própria verdade na escolha do seu caminho, como todos êsses lances que vão formando a tragédia dos nossos dias, êle pesa duramente na inquietação dos melhores revolucionários, dos mais sinceros e crentes não conformistas!

Autoridade, sim!

Mas AUTORIDADE total do seu comando, descricionária na sua origem, infalível nos seus processos — AUTORIDADE sem limites nem «contrôle» — quantas incógnitas e quantas coisas fundamentais deixadas ao arranjo do acaso!

¿ Póde porventura representar-se numa fórmula de pura essência revolucionária, êsse conceito de um Estado a que ninguém fiscaliza e que tem o direito de nos fiscalizar a todos?

Pensar e agir, segundo regras de antemão impostas; pensar e agir, deixando-nos conduzir pelo pensamento e acção doutrem—seja. Com uma condição, porém: é que nada, então, seja arbitrário e injusto!

¿ Mas onde está aquele que possa afirmar com segurança ser êle o único depositário da verdade?

Se a AUTORIDADE não é portanto infalível, não poderá ser sem limite o seu comando. E se não é a verdade toda, não poderá negar à LIBERDADE as possibilidades, que ela nos dá, de procurarmos a verdade que a ela própria lhe falta.

Eis aqui postas em discussão as bases mais fortes do Estatismo: Censura prévia, irresponsabilidade ministerial, soberania indiscutível do poder executivo.

Pensar, escrever, falar, comandar, em nome da Nação e por ela, tal é a missão orgulhosa e única de que se arroga o Estatismo. Perante tal atitude, trágica seria a posição do Espírito se a aceitasse, pois seria confessar para a Inteligência um papel meramente negativo.

Um julgamento não pôde ser justo, se fôr *necessariamente* unilateral.

Todavia o problema da AUTORIDADE subsiste.

¿ Qual o seu fundamento revolucionário, quais os limites que lhe impõe a Revolução, qual o sentido que a Revolução lhe indica?

! Tem perigos a Liberdade e é contudo indispensável! ¿ Como *conduzi-la* sem ofender o espírito, e como condicioná-la sem ofender a Verdade?

*

* *

Fecha-se aqui, com o presente capítulo, a primeira parte d'este livro. E' um depoimento que resume as inquietações, os receios, e a inter-rogação trágica das gerações revolucionárias do nosso tempo.

Nos capítulos que se seguem, mostrar-se-ão o perfil da Revolução e o sentido da sua marcha.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO VI

PERSONALIDADE HUMANA E GRUPO SOCIAL

A queda dos mitos, em torno do quais se criara e orientara a ordem política e social do período findo com a guerra, origina, como todas as grandes derrocadas interiores, o clima de inquietação e cepticismo que caracteriza o nosso tempo.

A revisão dos sistemas impõe-se de súbito, como nítida consequência da revisão das idéias inspiradoras da civilização, enquanto a revisão do próprio sentido, até ali atribuído aos valores morais dessa mesma civilização, surge no plano do espírito com as características terminantes duma rotura.

Por um lado a revelação de horizontes novos, até ali negados como impossíveis, pelo outro a surpresa dum ponto de chegada, do qual não se descobre totalmente o novo ponto de partida.

Nêste clima de decepção e, ao mesmo tempo, ansiosa expectativa, justificaram-se naturalmente todos os debates através dos quais a consciência humana, procurando encontrar a sua posição de

equilíbrio, revolve a origem de todos os conflitos travados entre o homem e a vida.

Conflitos temerosos e trágicos, que ora parecem resolver-se no triunfo dum antropocentrismo sem limites, ora se parecem demudar-se no desastre e escravidão do homem.

Escolas, sistemas, formas mágicas... Eis as gerações novas debruçadas sobre si próprias, na ânsia de interpretar, através duma metafísica do Ser, as indicações que o espírito vai arrancando ao destino... Onde a verdade?

¿ A revelação do mundo exterior, tanto quanto os sentidos reforçados pela técnica no-la podem conseguir, acrescenta ou tira ao homem as possibilidades de encontrar a verdade interior, o conhecimento de si próprio?

¿ Afé, o instinto, todas as forças espirituais e morais, estão condenadas pelo materialismo da ciência, para que o mundo se torne torrão seco e duro?

¿ Por onde deve marchar o homem: pelo caminho estreito, fenomenista e pragmático da vida, ou pela estrada sem limites, super-intuitivista, do ideal?

Para o Ocidente, com Descartes, Wundt, Renan, Bergson, ou para o Oriente, com Keyserling, com Guenon, com Tagore?

De combate em combate, de derrocada em derrocada, de reacção em reacção, o homem encontrou-se, mais uma vez, situado diante da angústia duma encruzilhada... Forçando o destino na ânsia de encontrar a saída, surgiram então as soluções que negam ou iludem a transcendência do debate. E foi assim que, por milagre duma filosofia de acção, se julgou possível vencer os obstáculos, que afinal mais se não fez do que tornar...

Em detrimento das realidades naturais, o ar-

tíficio ergueu posições proclamadas definitivas, em que as forças espirituais eternas foram condenadas ao arbítrio de realidades precárias.

Ai do homem, que sempre lhe sofre as consequências!

No plano da razão pura, o pensamento mostrou-se cheio de contradições; no plano da justiça social, os problemas revelaram ultrapassar as possibilidades com que até aqui o homem os equacionara.

Compreender, agora mais do que nunca, significa limitar. E, desta maneira, como a vastidão das realidades é tal, e tão diverso o sentido com que se avaliam e pesam, cada vez se tornou mais difícil fazê-las caber dentro do campo estrito do conhecimento.

Estamos em plena luta entre o mundo dos fenómenos actuais e o mundo das idéias antigas. Por entre os fumos da batalha, o homem procura os caminhos da vida.

Neo-Tomismo, Ultra-Vitalismo, ou quaisquer outras fórmulas sistematizadoras do pensamento moderno, mostram, claramente, só terem sentido naquilo em que elas realizam unidade na vida humana, naquilo que em verdade significam identidade da vida com o destino espiritual do homem. O mundo moderno vive numa hora de preocupações indefinidas, numa hora de caos espiritual. Estamos longe ainda de ter encontrado os lineamentos da futura estrutura moral. Erro é, pois, teimar em equacionar os problemas do nosso tempo mercê de processos simplistas, arbitrários ou sofistas. Tais métodos só poderão conduzir-nos ao triunfo dos mesmos erros de que que quisemos libertar-nos.

A Verdade não opõe verdades entre si. Ela tem a sua parte no ideal, para além das realidades, e na pesquisa para além da concepção. Está

em Renan e em Psichari... Em Platão e em Pasteur, na Grécia e na Índia...

O mundo, em que o homem se definira e trabalhara, revela-se agora bem pequeno para a ânsia de infinito que o abraza.

Para além do antropocentrismo que a ciência ultrapassou, surge uma certeza melhor da realidade do homem sobre a terra, aquela que através da técnica criadora lhe vai conquistando o espírito.

* * *

O homem centro do mundo, ultrapassado pelo homem centro de si próprio, eis a grande realidade do nosso tempo. Uma fórmula de puro orgulho é substituída por outra, em que se define o justo conhecimento da sua posição.

Sem renunciar aos privilégios da sua indiscutível realidade espiritual, o homem de hoje situa-se corajosamente dentro da sua condição natural.

Por outro lado, de simples elo entre os fenómenos, ele soube erguer-se pelo Espírito à sua posição de homem.

Como ser natural, ele reconhece pertencer ao plano geral da vida sobre a Terra; como Espírito, sobe às culminâncias universais da Personalidade. A grande Revolução dentro do nosso planeta data daí, do momento em que este mamífero superior teve a revelação da sua «humanidade», e o processo da civilização humana ⁽¹⁾ não é se-

(1) "Toda a civilização constitui uma conquista da individualidade, um progresso (grande ou pequeno) no sentimento da autonomia do indivíduo, um aprofundamento na consciência do Eu, um alongamento na sua esfera de actividade e liberdade interior."

Idealismo e Realismo, pelo Dr. Cabral de Moncada, public. in *Nação Portuguesa*.

não a marcha lenta e difícil do homem, por todos os caminhos dessa revelação resgatadora. O homem, passo a passo, vai tentando conquistar, no mundo que o rodeia, as condições em que possa desenvolver-se.

Desta maneira, não sendo o centro do mundo, nem o motivo necessário da existência do mundo, é seguramente o centro de si próprio e o motivo necessário do seu próprio destino; mais do que a sua vida, os desdobramentos que nela se contêm são necessários ao sentido total da revelação humana sobre a Terra.

Centro do seu próprio «humanismo», o homem, descobrindo-se Pessoa, não cessa no seu anseio de se revestir de toda a grandeza da sua posição. Assim, ei-lo em busca das condições que possam reforçá-lo em segurança e em liberdades próprias; caminhando na conquista de etapas, em que o seu desenvolvimento espiritual e material se torna mais fácil e menos precário; aumentando as possibilidades da sua observação e aprendendo a tirar dela as vantagens que lhe vão transformando o caminho; numa palavra, eis o Homem criando uma civilização, de que é o centro creador e beneficiário. Para garantir a sua expansão característica e particular, criou costumes e estabeleceu instituições.

Isolado e fraco, surgindo sobre uma Terra cheia de perigos e dificuldades, em breve ele sentiu que as soluções do seu problema o levavam, naturalmente, a procurar na associação humana o reforço para o seu limitado poder. Assim, desde a tribo à nação, os homens vão buscando, na aliança das suas vontades e na multiplicação das suas energias associadas, o *desideratum* da pessoa humana: o seu próprio desenvolvimento.

Com efeito, se a tribo não significasse uma

etapa de melhor segurança e de mais certo benefício para o homem, é evidente que êle nunca teria a noção da sua necessidade. O mesmo impulso, inspirado pela mesma intenção, o levou depois a conceber e realizar todas as fórmulas de colaboração entre os homens, que, de transformação em transformação, têm tornado possível e melhorado as condições do seu viver. Isto é, o homem, associando-se, foi buscar ao facto «associação», as possibilidades da sua aspiração inicial e suprema: *libertar-se*. Libertar-se das dificuldades naturais, entre as quais nasceu, para poder erguer-se, à voz do chamamento íntimo da sua vocação espiritual, até à dignidade inteira do seu destino.

Daqui resulta, bem claramente, que o homem não nasceu para a associação, e não lhe pôde jamais ser sacrificado, mas, sim, foi a associação que se criou para o homem, como base das suas possibilidades e meio do seu resgate.

O êrro dos sistemas que se fundamentam no sacrifício do homem ao grupo social, provém, decerto, da concepção-etapa nascida do sacrifício colectivo, em horas de perigo para êsse mesmo grupo. Esquece-se, porém, nessa generalização forçada, o princípio fundamental que é a base do próprio grupo, princípio que justifica a *aceitação* do sacrifício do homem ao bem colectivo, com a condição de que êsse bem se reflita e traduza no bem do próprio homem.

Resumindo: o grupo social, seja qual fôr a sua força e a sua duração — tribu, clan, sindicato ou nação — nunca constitui um fim de si próprio, mas sim o meio necessário para que a Pessoa Humana possa atingir o seu destino sôbre a Terra.

Civilização, quer dizer, personalidade humana.

CAPÍTULO VII

PERSONALIDADE E INDIVIDUALISMO

O primeiro debate interior que surge no homem, logo que êle encontra a consciência da sua Personalidade, veio-lhe da revelação simultânea de duas ordens de sentimentos: aqueles que se inscrevem sob o signo do *seu direito* e aqueles que se ordenam sob o signo do *seu dever*.

Tendo, por interesse próprio, de associar-se em tribus, grupos, povos, nações, os homens contraíram por êsse facto deveres fundamentais. Saber até que ponto êsses *deveres* se conciliam com os *direitos* da Personalidade, tal foi o problema para o qual, desde então, o homem procurou encontrar soluções. A história dessas tentativas é a história das instituições humanas.

Duas tendências se foram definindo ao longo dos séculos: aquela que aumentava os deveres do homem em proveito dos direitos do grupo, e a sua contrária.

Todas as fórmulas de tirania, desde os tempos primitivos ao feudalismo, desde o feudalismo aos *Estados Totalitários* actuais (Comunismo

e Fascismo), têm a sua origem na primeira destas tendências; todas as tentativas de exaltação e dignificação do Homem provêm da segunda.

Na primeira tendência, a associação encarna-se num homem ou num grupo de homens, propende a considerar-se *fim de si própria*, e cria assim as razões e os métodos que, através dos tempos, produzem os fenómenos de *Estatismo*, contra os quais as razões «humanistas» da segunda tendência não deixam já mais de se manifestar.

Eis o debate. A sua marcha confunde-se com o «processo» da Revolução.

Revolução tem um sinónimo: libertação. Libertação, quando o homem, escravo das dificuldades materiais que lhe vêm do seu isolamento e da sua fraqueza sobre o mundo, procura — associando-se — a possibilidade dum melhor desenvolvimento próprio; libertação quando, sob o jugo da sociedade tornada tirania, elle reivindica os direitos inerentes à sua Personalidade.

A liberdade aparece, portanto, como uma das condições máximas do homem. É que ela cria à Personalidade o clima moral indispensável ao conhecimento de si própria, e é através dela que se exprime a justa concordância entre o homem e o grupo de que faz parte.

Quando a liberdade falta ao homem, torna-se elle um autómato; quando a liberdade falta à sociedade humana torna-se esta um rebanho.

A liberdade mostra-se em vários aspectos essenciais: a liberdade interior do homem, a liberdade cívica e a liberdade económica.

Cúmplice da estrutura social em que, ao longo dos séculos, se foi criando a si próprio, o homem acabou por nascer três vezes escravo. Escravo na sua liberdade interior, mercê de preconceitos, regras fixas, todos os determinantes do clima espiritual da época em que nascia; escravo na sua

liberdade cívica, vítima dos sistemas políticos por que se regia o povo de que fazia parte; escravo na sua liberdade económica, por imposições de interesses que d'elle não faziam conta.

Os esforços do homem para se *libertar*, enchem, por vezes, de contradições a história da Revolução até aos nossos dias. O sentido, porém, da sua inquietação é permanente e eterno. Na Idade Média são as leis fundamentais, os estatutos, os forais, todas as armaduras fortes, com que se procurou defender a intervenção material e espiritual dos poderosos e do Estado, liberdades e *franquias*, conquistadas pelo costume e inspiradas no anseio humano da Justiça.

Opõe-se-lhe, depois, a Realeza unificadora e o cesarismo centralista da Renascença.

As liberdades vencidas reclamam então uma desforra, cujo sentido o *Liberalismo* não sabe interpretar, mas que, na curva dos destinos humanos, marca todavia uma etapa revolucionária.

O Liberalismo é um protesto cego. Um protesto que não sabe encontrar o caminho da sua eficiência, que era o da defesa e garantia das liberdades.

Esquecendo o signo sob que elas se erguem e mantêm — a *diversidade*, isto é, a Personalidade — o Liberalismo, ao contrário do que pretendia ao desenhar-se nas intenções da Revolução, reforçou o centralismo mais do que o próprio absolutismo real, esmagando assim as liberdades queurgia salvar.

Com efeito, eis que o Liberalismo, ao ordenar o mundo novo, longe de as reforçar actualizando as, resolve combater as liberdades reais em nome da liberdade fictícia, que se fundamenta num mito — o *indivíduo* — e num equívoco — o Estado sobrepondo-se à sociedade.

Todo o século XIX é o desenrolar das con-

seqüências desse duplo erro contra a Revolução, que o mesmo é dizer: contra o homem.

* * *

O mal-do mundo provém, muitas vezes, de que a Revolução tenha de esperar pela Reacção, como forma de estimular a sua marcha.

O Liberalismo surge assim como uma contra-partida integral, nascida da crítica reaccionária às instituições que o tempo ultrapassara.

Não tendo logrado transformação que mantivesse a sua utilidade, as instituições doutros tempos passaram, a partir de certo momento, a ser julgadas como inimigas do homem na marcha dos seus destinos. O ritmo da vida humana não concordava com o ritmo das engrenagens, que outros momentos do tempo tinham criado ⁽¹⁾. Longe de estimular as novas necessidades e de

(1) O carácter personalista e afirmador de prerogativas, de que neste período se reveste a luta do homem, deixou em todos os países da Europa um rasto bem profundo e duradouro.

Vejam, através dum rápido resumo, como, pelo lado dos portugueses, esse rasto se mostra bem definido, marcando para sempre a nacionalidade as características da sua projecção na História.

Não tendo este livro, nem podendo ter, pela sua própria natureza, intenções de investigação histórica, é a António Sardinha e à sua Introdução à "História e Teoria das Côrtes Gerais", do Visconde de Santarém, que se vão buscar as breves referências que compõem esta nota.

As características da Realeza

"... No entanto, o título heráldico de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I convince-nos da interferência imediata e directa dos concelhos portugalenses na elevação da nova soberania."

Os direitos da sociedade

"... Anteriores aos direitos circunscritos do Estado, há os direitos da sociedade, mais extensos e mais profundos, para cuja garantia o Estado exclusivamente se constitui. Exis-

lhes dar uma interpretação mais útil e fecunda no campo das realizações, as instituições que o Liberalismo destruiu, pareciam opôr-se-lhes como um limite e um entrave.

O bem *dalguns* pareceu então opôr-se ao bem de *cada um*, ao bem *individual*; os direitos do *comum* pareceram então opôr-se aos *Direitos do Homem*.

O sentido de libertação que está na base de todos os grandes conflitos sociais, mostrava-se a condenar, por insuficientes ou por injustos, os quadros dentro dos quais se agitava a vida e o caminho por que eles guiavam a marcha da sociedade.

O tempo criara às instituições uma superestrutura que as imobilizara e tornara rígidas, ao contrário do princípio de adaptação e maleabilidade que as fizera. O seu sentido básico, o sen-

tiam esses direitos, bem nítidos, bem contornados, na nossa sociedade pre-afonsina. "Ao passo que Thierry observa que as liberdades comunais em França nasceram da revolta, em Portugal, — nota o senhor Gama Barros — são puramente espontâneas." (pág. 34).

Representação popular

"... os representantes do *terceiro-braço* figuram como de direito logo no século XIII reinando D. Afonso III, nas côrtes de Leiria (1254) e de Santarém (1263)." — (pág. 64).

Realeza protectora

Função protectora do Estado

"... Nos "Conselhos do Bispo do Porto a El-Rei D. Duarte, carta escrita em Santarém aos 5 dias de Dezembro, era de 1433..." : *E nembrevos Sir. que o Conde Dom Anrrique vosso oitavo Avo lazendo doente em Astorga sua cid. de dor da qual morreo chamou seu filho Dom Affonso Anrriques vosso 7.º Avo e prim.º Rey de Portugal e antre as coisas que lhe expecialmt.º encomendou foi que e aos Concelhos que fizesse sempre mt.º honra de guisa que ouvessem todos seus Dirt.º assi grandes como pequenos, e que por rogo, nem por*

tido de *privilégio*, que fôra outrora o da garantia de prerrogativas e liberdades próprias dentro da orgânica social, aparecia agora, aos olhos da maior parte, significando exclusivismo e injustiça.

A mesma obliteração se dera quanto ao significado da associação, do grupo social e económico outrora criado para reforço e libertação dos elementos que os compuseram, e agora considerados entrave, bêco sem saída para o anseio dos novos tempos.

Foi assim que o Liberalismo pôde fazer-se aceitar como norma justa e como norma creadora duma época nova. Decerto, as razões de ordem espiritual que criaram o clima propício ao Liberalismo vêm de trás, como sempre, lentamente preparando o terreno onde o homem semeia as suas esperanças. E' evidente, porém, que, se no ritmo

cobiça, nunca sua Justiça percesse, que se hum dia deixando de a fazer, a afastasse de si hum palmo, em outro dia se afastaria de si e de seu coração huma braçada...» (pág. 55).

Justiça

Nas medidas decretadas em Coimbra (1211):

«...Reduziam igualmente a nobreza ao foro comum dos contractos, retirando-lhe todos os privilégios nessa matéria, e punham cõbro enèrgicamente às excessivas aquisições territoriais do clero...» (pág. 99).

As ordens

«Correspondendo às fôrças naturais da sociedade, organizadas e hierarquizadas em vista ao entendimento e bases do comum, as ordens do Estado eram, a dentro dos seus foros e privilégios, os depositários natos dessas «leis fundamentais».

Cada associação, cada classe, cada municipio, cada confraria rural, cada behetria, possuia na Idade Média o seu estatuto próprio, a sua carta de foral...»

A segurança das liberdades

«As regalias, as liberdades, os foros, consagrados pela

da transformação das instituições o Liberalismo teve o seu papel como *sistema*, não pôde todavia lograr impôr um critério de *mais justiça*.

Se os homens conseguissem desembaraçar-se dos seus pontos de vista particulares, inspirados em ideologias que os apaixonam e tornam naturalmente parciais, outro seria o sentido da crítica histórica. ¿ Para que imputar, com efeito, tantas vezes, a razões difíceis de provar e a motivos precários, de ordem puramente pessoal, aquilo que porventura escape às regras do nosso conhecimento mas, que, no fundo, pôde bem obedecer a ocultas determinantes da marcha da justiça sôbre a terra?

¿ O mundo caminha sem sentido aparente? Talvez... ¿ Todavia, de cada grande movimento de idéias que surge sôbre a Terra, não resulta para a consciência humana um dado novo, uma pequena ou grande conquista, em reforço da sua sensibilidade ou da clareza da sua visão?

Decerto, o homem vê tudo através do condicionalismo do seu tempo, e uma dada vantagem conquistada é sempre posta em equação, com as

tradição — observa Costa Lobo — eram verdadeiras instituições constitucionais, que regulavam as reciprocas relações entre o governo e os cidadãos...» (pág. 107 e 108).

A tradição orgânica da Nação

«Orgãos históricos da Nacionalidade, como os concelhos, como a Casa dos Vinte-e-Quatro, como as várias macomunidades agrícolas, que a matizavam de norte ao sul, as Côrtes Gerais, ... etc...» (pág. 114).

«As diferentes classes sociais são coordenadas e hierarquizadas umas pelas outras, por convenções que lhes dão direitos e lhes impõem deveres reciprocos...»

«Considere-se ainda que a data da *Magna-Carta* é de 1215 quando, nas Côrtes de Coimbra de 1211, D. Affonso II já havia publicado as nossas primeiras leis gerais...» (pág. 118).

possibilidades da época em que ele vive. Não importa. Se, do alto da montanha da nossa era, quisermos julgar o caminho andado, bem difícil será não constatar o valor de certas conquistas.

Da sociedade que viu Cristo, até aos nossos dias, é longa a marcha e será difícil entendê-la mas, como negar o fio permanente, embora subtil, que vai ligando no coração do homem as sucessivas posições, por onde se foi tornando mais clara a sua consciência!

¿ Conhecer a justiça é realizá-la? Não, evidentemente. Esse é, porém, outro problema.

O que importa frisar aqui agora, é que todas as razões de ordem espiritual, preparadoras do clima moral onde se produziu o Liberalismo, desde a Reforma ao Contrato Social, desde Lutero a Rousseau, não devem ser atribuídas ao acaso da vida humana, mas sim bem definidas, bem pesadas nas razões da sua oportunidade.

A Revolução Francesa, que foi no campo dos factos tudo o que a investigação histórica descobrir, e no plano dos seus homens tudo o que deles se souber entender; a Revolução Francesa, que podia ter sido evitada, segundo uns, que constituía uma fatalidade, segundo outros; a Revolução Francesa, veio no momento em que a consciência humana reclamava um mundo novo para o seu novo anseio.

Por cima das velhas instituições impotentes, para além dos antigos horizontes ultrapassados, o homem surgia a proclamar o valor da sua realidade indiscutível.

Este era o intento sagrado da Revolução, aquele que fazia vibrar o coração do povo e erguer em alta labareda mística a esperança das suas milícias.

A Revolução, porém, era uma coisa, e o Liberalismo que quis ser a sua expressão, foi outra.

A Revolução era o clamor supremo da Justiça, o Liberalismo o illusório caminho da Igualdade.

A Revolução é sempre o homem, mostrando-se realidade, em personalidade, em diversidade, em justiça. O Liberalismo era apenas o homem surgindo artifício, como «indivíduo», como «unidade», como «equilíbrio».

O conflito entre o Liberalismo e a Revolução surgiu assim, logo na origem do próprio sistema.

O homem, considerado *indivíduo*, era a ficção dada por base a um edificio construído, todavia, numa intenção totalmente realista... A contradição só podia gerar uma catástrofe. Foi o que sucedeu.

A única realidade humana é a *Pessoa* que quer dizer, o princípio espiritual, responsável, activo, criador de dinamismos, diferenciador de actos.

No plano da moral social a convenção individualista criou, pelo contrário, o mito do homem-fantoches, o homem-indivíduo, onde se realça sobretudo o princípio passivo e incidental do Ser.

Enquanto Pessoa Humana, significa diversidade, carácter, liberdade; «indivíduo», representa apenas o elemento integrante dum sistema social, fundado no conceito aritmético e igualizador dos seus componentes.

Daqui, facilmente, resulta a dupla maneira de considerar a sociedade humana: sociedade *personalista*, onde os homens são partes do *tudo orgânico*, *pessoas* diferenciadas e caracterizadas, cujos direitos nasceram directamente dos deveres; e sociedade *individualista*, onde os homens se somam como elementos fortuitos e ocasionais dum agregado material, cuja própria natureza indica direitos, mas não impõe deveres.

Assim, o sistema individualista, propondo-se fazer triunfar a Liberdade, abriu o melhor cami-

nho ao despotismo. E' que a Liberdade, apanágio de «Pessoa», nasce exactamente do equilibrio entre o dever e o direito, e morre do conflito que, entre estes dois conceitos de ordem moral, cria logicamente o «indivíduo».

Individualismo quer dizer: autonomismo individual.

Autónomos nas relações entre «indivíduos» e nas relações dos «indivíduos» com a sociedade, os homens, em sistema liberalista, não podiam encontrar a fórmula de congruar, dentro da Justiça, o bem de *cada um* com o bem de cada qual, e o bem de *cada um* com o bem de todos.

¿Como impedir, na verdade, que os fortes aproveitassem a sua autonomia para esmagar os *fracos*, e como garantir, em tal regime, a justa integridade das *liberdades públicas*, se elas ficavam dependentes da interpretação que mais convinha às poderosas influências políticas, senhoras do Poder?

Assim, a Revolução condenou o Liberalismo, não por menosprêzo da Liberdade, mas, pelo contrário, por êle se revelar impotente em garanti-la.

CAPÍTULO VIII

DIGNIDADE DO HOMEM

Se as liberdades definem a Pessoa Humana, são elas também o que melhor significa a sua dignidade de sêr superior.

Nasceu com o Homem a tragédia dessa dignidade, numa Terra hostil, que o coloca diante da superioridade física dos outros animais, das asperezas do clima, da rebeldia dos elementos. Para vencer as dificuldades que o fazem sofrer, ei-lo que se associa, trabalha, inventa, ganhando assim sucessivos triunfos para a posição da sua grandeza de Homem.

De marcha em marcha, descobrindo leis físicas e interpretando leis morais, vencendo a sua fome e abrindo melhor os olhos às verdades reveladas pelo Espírito, foi êle singrando no seu caminho, até ao nosso tempo.

¿Qual a sua situação actual? E' o Homem livre? ¿Como reage a dignidade dos seus anseios?

Ai dêle! Apesar do longo caminho andado, o homem repete-se, nasce ainda na condição de escravo. Escravo de leis espirituais, filhas de um meio mental, que lhe é anterior; escravo de leis

económicas, resultantes do condicionalismo social em que tem de viver.

¿ Com efeito, que é o ensino ainda hoje senão a imposição descricionária, através do Estado, dum determinado critério aplicado à especulação espiritual, ao Direito, à História, e à própria Estética? ¿ Como criar uma mentalidade livre, se logo se é envolvido pelas peias dum conceito *particular* de cultura? ¿ Feitas à imagem e semelhança dos Tratados e dos Mestres, no espírito dos quais raramente se reflecte o anseio criador de novos tempos, como se não há-de perder, na maior parte, a reserva de originalidade, na concepção e na crítica, que cada um traz dentro de si próprio ao revelar-se lhe a vida?

Depois o ensino, ministrado em tais condições, ainda não passa de privilégio de alguns. A grande massa dos filhos dos trabalhadores está ausente das escolas, por minguia de recursos dos pais.

Desta maneira, o ensino, não só assenta em bases injustas, como é de facto orientado num sentido contrário aos direitos do Espírito.

¿ Que dizer então da escravidão económica, a que a sociedade condena o homem submetido ao jugo da necessidade material?

Escravo da indústria, escravo da «terra», escravo da usura, o homem moderno sofre duramente, dentro do jôgo absurdo e injusto das engrenagens económicas do seu tempo.

Banindo todo o espírito solidarista e «humanista», a sociedade burguesa, constitui-se e mantém-se, inspirando-se apenas no culto pela luta material da vida, luta cuja glória se mede unicamente pela riqueza conquistada, pelo *lucro* obtido.

Brutal, sem coração nem grandeza, o critério económico burguês condena ao seu duro

abandono todos os que *caiem*, sejam ou não culpados da sua queda, como despreza e deixa que se estiolem, inúteis e vãs, as iniciativas que não partem dos poderosos... Fria, rigorosa, linhas rectas, na aplicação das sanções da «sua» moral, não hesita a burguesia em sacrificar-lhe quem quer que seja que, voluntariamente ou compelido pelas circunstâncias, desrespeite as regras que ela marcou à vida.

Eis por que a época presente significa ainda e largamente, para todos os que têm a consciência dos altos destinos do homem, um momento de opressão no campo da espiritualidade e da justiça social.

Chegados aqui, os homens dolorosamente reconhecem a necessidade de continuar a batalha que os absorve através dos séculos, no sentido de conquistarem as liberdades sociais e económicas que constituem a garantia suprema da sua Liberdade.

«Pão e Justiça», tal é o clamor revolucionário do nosso tempo.

Pão, isto é, a realização eficiente das condições indispensáveis ao desenvolvimento da vida humana no plano das suas realizações materiais; justiça, quer dizer, a criação dum clima moral necessário à expansão da Personalidade no plano das suas aspirações espirituais.

Em qualquer dos casos, *libertação*. Revolta do Homem contra os mitos em que assenta a ordem artificial e anti-humana dêste tempo, e base nova dada à vida no sentido de dignificar em todos os seus aspectos a consciência humana.

De todos êstes pontos essenciais um por certo reclama mais urgente atenção do espírito, nêstes tempos de utilitarismo sem limites e de grosseira interpretação do destino humano: é aquele em que se afirmam, como imperioso dever, o res-

gate e o refôrço da sensibilidade humana. Por nenhum título, em verdade, o homem se enobrece e ergue mais alto, do que pela sua sensibilidade!

Tanto, se não mais do que os direitos do Espírito, os direitos do Coração são inalienáveis. Espírito e Coração completam-se, como expressão fundamental de Personalidade. Se é o Espírito que desvenda os segredos da natureza, é o Coração que primeiro os põe ao serviço da colectividade.

O «coração» do homem é o sexto sentido. Por êle se alcança, muitas vezes, a razão oculta de factos que escapam às regras da lógica humana, por êle se reforça a nossa intuição das verdades transcendentales e eternas, por êle sobretudo se afina e engrandece a idéia que temos de justiça.

* * *

As posições da dignidade humana têm a sua segurança e defesa, na interpretação que o homem souber dar a certos factos essenciais da vida individual e social: a família, o trabalho, a comunidade social.

CAPÍTULO IX

FACTORES DA DIGNIDADE HUMANA

A FAMÍLIA

Verificou-se como, no plano da dignidade do homem, a «sensibilidade do coração» ocupa um grande papel, pois que os elementos que nela colhe o clima moral são da mais decisiva importância. Por isso, o problema dessa dignidade reclama, como um dos seus termos essenciais, a Família, que é o centro moral da sensibilidade humana.

¿ Como encara a Revolução a Família ?

¿ Em que sentido considera ela justo e útil que se mantenha ou transforme o meio social familiar ?

A Revolução desmentir-se-ia a si própria, se, perante o melindre dum problema que toca no mais fundo das raízes da Sociedade, hesitasse em seguir o seu caminho de verdade e de resgate.

A Família, como todos os grandes fundamentos da vida social do homem, exige da Revolu-

ção uma corajosa e clara interpretação do seu sentido.

Criada e mantida pelas sanções da moral social e pela consagração da moral religiosa, o seu fim era em primeiro lugar a continuação da espécie. O homem e a mulher tomaram entre si, à face de Deus e da Sociedade, o compromisso de procurar *continuar-se* nos filhos. *Continuar-se* queria, porém, significar apenas *reproduzir-se* na flor do seu sangue, ou queria dizer também *reproduzir-se* na flor da sua sensibilidade própria?

E' evidente que o destino da família depende da resposta que o homem souber dar, em todos os tempos, a esta interrogação fundamental. Para reproduzir-se, assegurando a continuação da espécie, era evidente que o casamento, fórmula jurídica ou religiosa, se não tornava condição indispensável. Antes dêle já os sexos davam os seus frutos.

Se a Religião e a Sociedade julgaram útil e justa a sua intervenção, para enaltecer e garantir a união do homem com a mulher, foi por certo em virtude da intuição que uma e outra tiveram, de fazer da família o núcleo social por excelência, isto é, o meio moral necessário à *continuação* do homem. O homem, isto é, a *diferenciação* substancial da personalidade humana.

Com efeito, é pela família que se cria em primeiro lugar a tonalidade característica, a *côr* particular, a sensibilidade original do homem em sociedade. Dentro do círculo fecundo de costumes, de hábitos e de crenças dos pais, é que se forja a *têmpera* especial dos filhos.

A Família está para a Nação como a Nação está para a sociedade humana universal.

A parte especial de diferenciação criadora que, no seu particularismo, a Nação realiza e traz como *apport* à civilização geral, tem, dentro da

sociedade nacional, equivalência na diferenciação que os círculos familiares significam e trazem.

Por isso, nos sistemas de tendência niveladora, onde se faz abstracção do valor qualitativo do homem, para considerar a sociedade um agregado puramente quantitativo de indivíduos, as instituições familiares caem em ruína e abandono, tendendo-se à substituição total da sua influência. Para além da nota específica de cada *lar*, procura-se assim unificar a sociedade, dando-lhe por base o critério *standard* aplicado à personalidade humana. E' o homem em série, nascido e criado dentro dum ambiente comum, longe de qualquer acção particularista da família.

Nascendo nas maternidades do Estado, criando-se nas suas creches, desconhecendo os pais, vivendo no ambiente de largas comunidades, sob a orientação de idéias frias e sistemáticas, o *tipo* humano tornar-se-á, por certo, cada vez mais uniforme. E' isso que se supõe e isso que se pretende.

¿Para aí vai agora o mundo? Talvez.

Esta marcha do mundo é, porém, evidentemente acidental, pois não se faz no plano geral da Revolução.

A Revolução procura uma marcha ascendente para a personalidade, e não a sua neutralização no nivelamento. Toda a história da civilização o atesta. A Revolução é, através de todas as incógnitas dos tempos e de todos os caprichos da sua misteriosa curva, o caminho, o caminho seguro do triunfo definitivo do Homem.

Não é menos verdade, frizemo-lo ainda, que os tempos presentes tenham deslocado a posição da Família, acelerando a marcha temerosa da decadência desta.

Inconsistência do casamento, dispersão da vida familiar, impostos sucessórios esgotantes, li-

quidação do património do casal, etc., etc., tantos são os males de que sofre a Família, que só espanta a sua resistência.

Absurdos são também os remédios que o espírito de reacção sugere, em regra, para sua defesa.

Confundindo todos os aspectos do problema, para elle só encontra, como para todos os problemas sociais, a costumada solução do constrangimento, da limitação forçada, que neste caso se lhe afigura resumir-se na proibição do *Divórcio*.

De certo, no problema da Família há, fundamentalmente, um problema de ordem moral, que convém considerar com soluções da mesma ordem. Mas quão diverso do critério do constrangimento absoluto, é aquele que busca as razões da inconsistência actual do casamento, para as estudar e dar remédio uma a uma!

¿Qual desses critérios, de resto, se inspira mais justamente no verdadeiro sentido da moral?

¿*Obrigar* pela força de sanções jurídicas a seguir um caminho, é mais *justo* do que criar as circunstâncias por onde esse caminho se faça sem coacção?

¿Que é a moral senão a arte de nos conduzirmos segundo uma orientação livremente consentida, e em harmonia com as conquistas da razão?

Impôr a indissolubilidade do casamento, sem procurar destruir por outro lado os motivos fundamentais que conduzem à sua lógica dissolução, não é fazer obra de moral, por que é fazer obra injusta.

¿O casamento indissolúvel? Seja. ¿Mas em que circunstâncias se está hoje reallizando o casamento?

¿Penetrado pela moral do «lucro», base da so-

riedade actual, que é na maior parte das vezes o casamento senão um incidente material e utilitarista?

¿Com que independência *aceita* a mulher o casamento, se são as circunstâncias que por via de regra lho impõem?

¿Como são educados para a vida do lar os homens e as mulheres do nosso tempo, senão ensinando-se-lhes a simulação e o engano como regra de conduta?

¿Como manter, pela força, espírito de coesão na vida familiar, se as condições em que se organiza a economia moderna provocam a dispersão dos seus membros, lançando-os pela necessidade em diversas oficinas?

Casando por necessidade e não por estima, desconhecendo-se mutuamente homem e mulher, por defeito de educação e por vício da moral burguesa, doentes, ocultando as suas doenças físicas ou morais, organismos desequilibrados, taras trágicas, quantas razões de desunião e morte da família não vão já na forma como o casamento se realiza! ¿Será então *justo* que se sancionem estes erros, que se amarrem para sempre à sua desgraça aqueles que dela não têm culpa, filha como é da imprevidência e do errado critério das instituições sociais do nosso tempo?

Combater o divórcio, sim. Mas não será preferível combater primeiro os erros que conduzem ao divórcio, agindo de forma que o divórcio não se suprima apenas por prejudicial, mas sobretudo por desnecessário?

¿Doutra forma, como impedi-lo em muitos casos?

Quantos divórcios em potência vão nas razões já apontadas, e quantos outros nascem naturalmente das condições sociais, em que agoniza actualmente a família!

Depois, o erro daqueles que consideram o problema das instituições familiares, focando-o apenas pelo prisma da inconsistência do casamento, não os deixa ver aspectos de fundamental importância para a função social do Lar.

¿ Como, em verdade, manter a família moralmente inabalável, se economicamente é colocada em circunstâncias que a obrigam a dispersar os seus membros (trabalho das mulheres, trabalho de menores), como a dispersar o seu património (1), (impostos sucessórios, custas pesadas nos inventários organológicos, divisão integral do bem de família, etc.)?

¿ Porventura a miséria pode gerar, ou garantir, o regular funcionamento das instituições familiares?

¿ Reprimir a desunião familiar, impôr o sacrifício da união dos sexos, nas condições em que essa união se faz hoje, será isso justiça? Não é.

Estes os motivos por que a Revolução coloca noutro plano as soluções que o problema da família comporta: nova economia e com ela no-

(1) — «L'une des causes les plus incontestables de l'extrême faiblesse de la natalité française est la crainte que le père de famille éprouve de voir sa fortune s'émietter après sa mort. Cette crainte n'est pas chimérique; supposons qu'un homme à force de travail ait créé un fonds de commerce, une industrie quelconque ou une usine, et qu'il ait consacré, pour le plus grand profit de la nation, toutes ses économies au développement de cet établissement; si cet homme n'a qu'un enfant, il a la perspective attrayante de voir son fils, au besoin son gendre, perpétuer le nom de sa maison, accroître sa propriété et arriver à cette réputation que rêve et que doit rêver tout négociant. S'il a plusieurs enfants, au contraire, la loi, pour le punir de cette utile fécondité, l'oblige le plus souvent à vendre (à vil prix probablement, comme dans toute vente forcée) l'établissement, propriété indivisible. L'un des enfants veut-il le racheter? Il ne le peut, car il n'a pas l'argent nécessaire pour rembourser ses frères. Donc l'établissement passera à quelque successeur inconnu.

va moral, que substitua o *critério da solidariedade* ao *critério do lucro*.

O Homem, então liberto, poderá dar à Família uma base de maior sinceridade.

São essas soluções:

SALÁRIO MÍNIMO E FAMILIAR
ABOLIÇÃO DE DIREITOS SUCESSÓRIOS
ABOLIÇÃO DE CUSTAS EM INVENTÁRIOS ORFANOLÓGICOS DOS TRABALHADORES

CASAL DE FAMÍLIA CONSTITUÍDO PELO ESTADO

PREVIDÊNCIA SOCIAL

SUBSÍDIO A'S FAMÍLIAS NUMEROSAS.

Assegurada a posição económica da família, será estável a sua base material.

LEIS ANTE-NUPCIAIS DE CONTROLE MORAL E FÍSICO

Alors pourquoi lui donner tant de soins? Mais il est un moyen bien simple de dissiper ce cauchemar, c'est de n'avoir qu'un enfant. Conçu dans la classe bourgeoise, se genre de raisonnement a gagné celle des paysans. Le petit propriétaire rural calcule, sur ses doigts, le nombre de ses enfants: il doit d'avance partager entre plusieurs ce lopin de terre qu'il a arrondi à force de ruses, à force de sacrifices. D'avance il voit l'impitoyable arpenteur détruire ce bel ouvrage, planter des bornes au milieu du champ, et le notaire tirer au sort les lambeaux d'un bien qu'il a passé sa vie à unifier. Mais il est un moyen bien simple d'échapper à ce tourment posthume: c'est de n'avoir qu'un seul et unique héritier. La statistique et l'étude monographique des familles s'accordent à reconnaître l'état psychologique que nous venons de décrire. On comprend qu'il soit très fréquent dans un pays tel que le nôtre, où la propriété est très divisée et où l'esprit de prévoyance est presque général. Docteur Bertillon, in *La dépopulation de la France*. Cit. de Mgr. Gillet.

A saúde moral e física da família será acautelada e os riscos de derrocada serão diminuídos.

Assim se encontrará, para a sensibilidade humana, uma fonte cada vez mais fecunda e pura.

CAPÍTULO X

FACTORES DA DIGNIDADE HUMANA

O TRABALHO

A COMUNIDADE NACIONAL

Outro factor da dignidade do homem é o trabalho. Pelo trabalho criaram-se, para a vida humana, condições materiais de tal ordem, que delas resultou a transformação completa da sua existência sobre a Terra. Desde a operação primordial que os homens tiveram de praticar para talhar um silex, até às últimas conquistas da técnica moderna, o homem teve de dispendar incessantemente o seu esforço para se vestir, alimentar, procurar uma habitação, deslocar-se a êle e às suas coisas, para, numa palavra, criar a situação material que hoje disfruta.

O homem das primeiras épocas, refugiando-se em grutas sombrias, tremendo diante dos grandes carnívoros, vivendo ao acaso, da fruta brava ou dos restos de caça, babujados, deixados pelas feras no mato; o homem das primeiras épocas

devia ter sentido, à medida que o espírito lhe ia iluminando os gestos e revelando anseios, como a sua posição era humilhante e dura, em face dum mundo em que os elementos, os animais e as coisas, só tinham para êle uma face agressiva ou indiferente... Mas, não só nos alvares da humanidade o homem sofreu de se ver fraco e desprezível. Toda a curva da sua existência está cheia de duros combates pela dignidade da sua condição superior. Pelo trabalho o homem venceu. Venceu os animais, os elementos, e as coisas, pondo pouco a pouco um mundo ao seu serviço.

Sulcou os mares, atravessou montanhas, dominou o ar, abateu as feras e domesticou os animais que julgou úteis; edificou cidades, fundiu os metais, criou a máquina a vapor, arrancou à terra o carvão e o petróleo, descobriu a maneira de produzir e aproveitar a electricidade — e a sua vitória continua...

Só a êle próprio, isto é, à sua ancestralidade animal, o homem não conseguiu vencer. *Naturalmente* egoístas, tirânicos e ambiciosos, nos homens se gera a traça com que se proclamam a si próprios, raça, casta ou classe eleita, para justificar a obrigação, que os outros homens teem, de trabalhar por si e em seu proveito. Desta maneira nasceram sobre a Terra, e sobre ela se vão sucessivamente espalhando sem limites, a escravatura, a servidão e a usura, posições trágicas na curva da injustiça humana.

Assim, quando hoje se considera o problema do trabalho, a primeira observação que logo se impõe é aquela que nasce justamente da desigualdade da sua distribuição entre os homens. Uns trabalham intensamente e toda a vida; outros trabalham parte dela e noutra descansam; outros, ainda, desconhecem, até à morte, todo o trabalho.

¿Porquê? ¿Como se explica semelhante fatalidade e semelhante privilégio?

¿E' a organização da sociedade que é imperfeita, ou é o destino que se compraz em ser injusto?

Largo tempo foi possível iludir a resposta que estas interrogações reclamavam. Hoje seria inútil tentá-lo. Na consciência de todos os trabalhadores; fez-se suficiente luz para discernir e julgar.

O trabalho começa pela *necessidade*. Todos os que vivem sob o aguilhão da necessidade se vêem *obrigados* a trabalhar. E, então, não é um acto de personalidade, um gesto da sua liberdade; é uma grilheta e uma pena.

O trabalho, quando é obrigatório, é sempre duro. «Cavar a terra com o suor do seu rosto» abrange todas as dôres, todas as revoltas, toda a tragédia do trabalhador que se quer libertar da necessidade: cavador ou jornalista, músico ou pintor.

Debalde as religiões, e mais tarde o capitalismo e a mística comunista, tentam deminuir ou doirar a impressão que o trabalhador tem da sua tarefa:

«Trabalhai meus irmãos, que o trabalho
E' riqueza, é virtude, é vigor...»

E Staline :

«O trabalho é entusiasmo»

Mandamentos e hinos, tudo se esbate e reduz diante do travor trágico daqueles que gemem sob o pêso da sua «obrigação». E tanto, que todos aqueles que se podem libertar do jugo do

trabalho obrigatório, logo o fazem, servindo-se de instituições que certos princípios aclimataram ou duma «moral» que certos conceitos justificam.

¿ Que pensa e proclama então a Revolução, do problema do trabalho ?

¿ Deve manter-se uma situação, em que o trabalho pesa como uma grilheta sobre uns, enquanto outros, sejam quais forem as razões, dêle se libertam ?

¿ Qual a posição da Revolução perante o problema da usura ?

¿ Qual o sentido da economia revolucionária em face do problema das massas proletárias ?

A Revolução, sendo na sua essência a libertação espiritual do homem, não pode considerar o trabalho senão como uma das bases dessa libertação e resgate.

O trabalho, dentro dêste conceito, não é pois fim de si próprio, mas apenas um meio variável e redutível, para transformar as condições da vida humana.

As próprias tradições religiosas, que interpretam o trabalho como um castigo original do homem, lhe não negam todavia, — bem pelo contrário! — o poder de resgate que nêle se contém. Como *meio*, pois, e meio de libertação, a Revolução o considera, excluindo todas as interpretações que possam fazer dêle um instrumento de humilhação e de servidão humana.

Assim, a doutrina revolucionária do trabalho repele toda a idéia romântica de *culto* que se empresta a esta função do homem, quer se intente com isso dar um motivo moral ao maior esforço do trabalhador, quer se pretenda dignificar como sua consequência a riqueza individual por êle alcançada. O comunismo russo, que cria todo um aparelho de propaganda e de estímulos de ordem

política para desenvolver o *rendimento* ⁽¹⁾ do trabalho, é tão contrário aos interesses da dignidade humana, como o capitalismo, que diviniza e enaltece o *lucro* como regra moral da vida do trabalhador.

Decerto, o trabalho é uma fonte de desenvolvimento e transformação do bem comum, com a condição, porém, — sem a qual se atentará contra os interesses da vocação superior do homem — de que êle seja sempre reconhecido como função dum *valor pessoal*, e portanto de livre disposição de cada membro da comunidade.

«... (o trabalho) é pessoal porque a fôrça activa é inerente à pessoa e que ela é a propriedade daquele que a exerce e que a recebeu para sua utilidade...»

LEÃO XIII

Esta passagem, que se cita, do famoso Papa, é um conceito perfeitamente revolucionário e personalista do trabalho.

Tudo o mais é aceitar os conceitos que fazem do homem um simples elemento material da engrenagem económica, parafuso da máquina comum, entregue à fatalidade da sua posição. A Revolução não aceita para o trabalhador, nem a categoria de soldado heróico ao serviço das ideologias económico-sociais de qualquer Escola,

(1) Entre as fórmulas de aumentar o rendimento do trabalho na Rússia, a mais recente é decerto o *Stakanovismo*.

O operário Stakanov, trabalhando de empreitada, conseguiu, num esforço duríssimo, realizar obra que lhe valeu o salário de vários dias. Aqui nasceu o sistema que consiste em criar a máxima competição entre os trabalhadores, aumentando assim o rendimento da empresa.

nem a qualidade que faz dêle mero valor-mercadoria, com cotações na bolsa dos interesses financeiros do capitalismo.

O trabalho que nega os direitos e características da personalidade, impondo-se pela *necessidade* ou pelo interesse de mitos, reduz o trabalhador à condição proletária. O papel das instituições inspiradas na Revolução está, exactamente, em realizar as condições económicas e sociais em que o trabalho não tem essa determinante exclusiva.

Só assim será possível, com efeito, a acção de desproletarização das massas, primeiro passo, e passo decisivo, na realização da justiça social revolucionária, porquanto desproletarizar é libertar do jugo da necessidade, erguendo o «proletário» à posição de homem.

E' evidente que uma sociedade empenhada nesta missão resgatadora não poderá consentir quaisquer fórmulas de riqueza, que não tenham em si uma função social clara e justa. E' o caso da usura.

A usura é uma doença do corpo social, que nasce da insuficiência do crédito ou do monopólio capitalista. A Revolução opõe a essa doença o barateamento do capital, a criação de órgãos eficazes de cooperação, nacionalização (segundo os processos e a técnica que se afirmarem mais proveitosos e de mais segura fiscalização) dos serviços de interesse colectivo, a solidariedade dos interesses materiais dos elementos de Produção, o estabelecimento do crédito do trabalhador, a justiça tributária, a coordenação do trabalho nacional, etc. Assim, pela larga estrada da justiça, a economia encontrará uma marcha nova, através da qual se conquistarão as posições e as garantias fundamentais para a dignidade do homem, principalmente na preparação do meio

económico-social em que tal aviltamento do trabalhador é evitado.

A alegação materialista de que êsse aviltamento é necessário e deve continuar, porque traz dentro de si a génese do mundo novo que só do esforço de todos, colectivo e impessoal, pôde resultar, é a negação total da dignidade profissional e humana do trabalhador. Marxista de origem, e visando combater o capital, ela revela-se, nos seus efeitos e no conceito da sua moral, paredes meias do capitalismo.

Quando não se considera a vocação do trabalhador e a sua capacidade física e mental, a profissão é uma tirania e a produção sofre em qualidade; quando se esquece o valor social da pessoa humana a comunidade marcha nas vias do Cesarismo.

Decerto, o trabalho é uma das medidas por onde se avalia o supremo valor humano. Que não se confunda, porém, o esforço que o acto de produzir ocasiona, com o valor da obra realizada. Todo o sentido pessoal do trabalho está aí. Pode-se obrigar a produzir em série, pode-se alcançar por imposição que o homem realize em quantidade *standardizada*; conseguir, porém, obra que traduza originalidade, obra onde fique marcada a impressão criadora, obra que traduza acção pessoal do trabalhador, isso só se consegue quando é fruto de um acto de livre vontade, acto de suprema grandeza, em que o homem *aceita* dar-se a si próprio, plenamente, generosamente.

Assim o considera e julga a Revolução, quando, no plano da dignidade humana, estabelece o preceito de libertar do trabalho-necessidade, antepondo-lhe as possibilidades da técnica em regime de solidariedade social, e erguendo o homem à etapa de trabalho-desejo, isto é, do tra-

balho que a livre expansão de personalidade cria e justifica. Como justas, pois, a Revolução só pode aceitar as instituições mercê das quais esta transformação se faça com realidade e segurança. Por seu intermédio, a sociedade, com todos os seus órgãos, as suas reservas, e as possibilidades do esforço colectivo, empenhar-se-á totalmente na libertação de cada um dos seus membros.

Aqui se define claramente o sentido de profunda solidariedade, que é o signo da Revolução.

Veja-se agora outro problema: o problema das classes médias.

A sociedade do nosso tempo caracteriza-se pelo contraste duríssimo que, dentro dela, opõe a minoria escassa de possuidores de grande riqueza a uma vasta multidão de escravos de necessidade.

Entre muito ricos e proletários vive a chamada classe média, meia fortuna, ou o seu equivalente em salário profissional.

As crises económicas, sobretudo quando elas atingem as proporções daquela que sofre o mundo actual, encontrando o organismo social sem protecção nem estrutura previdente, causam, naturalmente, o pior mal nas classes médias, cuja reserva é insuficiente para queimarem durante o período de desequilíbrio económico que então as assalta. Assim, o fenómeno social mais evidente dos últimos tempos tem sido, por certo, a queda dessas classes na posição inferior, a sua proletarianização.

Insolidários, numa sociedade que não é orgânica, os muito ricos, longe de impedirem a catástrofe da classe média, apressam-na com a sua cupidez cega e imprudente. Assim, a seu contento, senão muitas vezes por sua mão, se vai abrin-

do o fôssio previsto por Marx, e que põe em risco a sua posição de privilegiados.

A Revolução, considerando a posição das classes médias como uma etapa, dentro da qual já é possível realizar certo bem-estar e determinadas condições de justiça, entende ser ela indispensável na orgânica da sociedade.

Por muito tempo, o romantismo absurdo atribuiu à Revolução a intenção bárbara de nivelar a sociedade, numa proletarianização geral e trágica. Nada mais contrário ao seu sentido «humanista» e libertador. Longe de alargar o mundo da miséria e da necessidade, o que urge, pelo contrário, é restringi-lo e mesmo liquidá-lo. O que interessa não é, por certo, que todos sofram, mas sim que todos se libertem o mais possível do sofrimento.

A Revolução, criando instituições que possam aceitar e desenvolver todas as conquistas da técnica, visa à criação das condições pelas quais se erguerão da posição proletária à posição superior as massas operárias. Essa posição é por agora a chamada classe média.

Impedir a sua derrocada é, pois, uma necessidade para os destinos da Revolução.

E' de resto um acto da mais elementar justiça social.

A ruína das classes médias provém, não só da imprevidência e do desamparo do Estado, como ainda, e duma maneira decisiva, dos erros financeiros do mesmo Estado. Na verdade, senhor das estatísticas e orientado pelos privilégios da sua própria posição, o Estado revelou-se todavia impotente para ver e julgar os perigos que de longe vinham ameaçando a economia da comunidade; por outro lado, diante da catástrofe, a sua atitude foi sempre de injusta indiferença, não correndo a atenuar os seus efeitos, como lhe

cumpria; e, finalmente, foi o Estado uma das grandes causas da derrocada, quando, lançado na vertigem da inflação, modificou o valor dos coeficientes económicos, sem pensar depois como equilibrá-los.

As classes médias, desamparadas e atiradas súbitamente para um desequilíbrio forçado, mercê da ficção monetária, só poderiam deixar de cair na catástrofe presente, se o Estado — que é ou deve ser solidário no tempo, como é no espaço — tivesse cumprido o seu dever por todos os meios.

¿ Que fez o Estado?

¿ Tributou os lucros de guerra?

¿ Aliviou, dentro de um critério de justiça fiscal, os contribuintes médios e pobres?

¿ Tornou acessível (juros módicos e prazos longos) o crédito às classes médias?

¿ Combateu com moratórias as violências da usura?

¿ Organizou a economia Nacional em bases seguras capazes de resistir às perturbações da crise, mantendo, ou mesmo fazendo subir, o poder de compra?

A's classes médias deve o Estado larga reparação. Reparação que não quer dizer apenas — seria injustiça máxima — auxílio e resgate para aqueles que lograram resistir por mais tempo, mas também para todos os que caíram, pois a todos é devida.

Assim, através do pensamento revolucionário se definem os deveres da comunidade nacional e do Estado, que os interpreta perante a dignidade do homem, dignidade que a sua posição no quadro da segurança económica consolida com certas defesas materiais.

São êsses deveres de ordem económica, como aqueles de ordem espiritual, que atrás ficam de-

finidos, que resumem as razões que, no espaço e e no tempo, levam os povos à consagração das sociedades *nacionais*.

As Nações, com efeito, teem êsse significado. Formadas por vezes nos acasos da História, consolidam-se depois o impulso de solidariedade efectiva que conduz os povos que as constituem à defesa de aspirações comuns: liberdades, particularismos, honra e glória do grupo constituído. Afirma-se que o factor racial, por razões de ordem biológica, pelo ritmo comum do sangue, acrescenta à solidariedade intrínseca da comunidade nacional motivos de segurança particular. Que êsses factores nem sempre são indispensáveis, prova-o a acção dos grandes impérios históricos e o processo de formação de tantas nações modernas da Europa e das Américas. Frize-se, contudo, que o sentimento de colaboração, que une um povo dentro dos quadros nacionais se nutre mais de razões morais, do que se explica por métodos biológicos, geográficos ou linguísticos. E' a essência espiritual dessa aliança que condiciona as possibilidades de unidade política, levando tantos povos de diferente origem e diferente língua a aceitarem orientação comum e sacrificios comuns, numa identidade perfeita de julgamento e de acção.

Eis porque a natureza eugénica de certas reacções não pode ser considerada pelo pensamento revolucionário como regra inspiradora suprema de nacionalismos justos. A Nação, na sua função suprema, é uma fórmula de criar e defender particularismos úteis para a civilização geral, e não um motivo de permanentes antagonismos e irreductível exclusivismo.

Doutra lórmula o não entende e aceita o espírito «humanista» da Revolução.

Criada e mantida para refôrço e garantia dos

portugueses, a *Nação* portuguesa é a nota específica do nosso pensamento e da nossa vida, em todos os seus aspectos, no quadro das outras nações do mundo.

A Revolução sobrepõe-se sempre ao espírito «contra». Nem dentro, pois, do corpo da nação, no jôgo das correntes e das fôrças livres que a devam constituir, nem, exteriormente, no campo das relações internacionais, o espírito «contra» pode jàmais ser considerado um espírito criador, um espírito Revolucionário.

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO XI

POLITICA DA PERSONALIDADE

Aqueles que reclamam da Revolução uma construção rigorosamente definida da Sociedade e do Estado, não são revolucionários.

A Revolução — insiste-se — é um pensamento em marcha, que não tolera limites nem aceita posições definitivas. Caminhando sempre, a sua função consiste claramente em projectar, para além das conquistas da justiça alcançadas por um momento histórico ou por uma época, o anseio de novas e mais perfeitas conquistas.

Aquilo que as actuais gerações revolucionárias pedem à Revolução é, sobretudo, a inspiração, o sentido, o plano, em que se moverá uma acção que coincida e colabore com ela, nos seus fins superiores de erguer em dignidade e bem-estar a vida humana.

Eis porque não basta proclamar que: «a Revolução continua» ⁽¹⁾; é preciso sobretudo diligenciar que ela seja *contínua*.

Examinar como, em cada um dos problemas

(1) Mussolini, 1934 — Discurso às Corporações anunciando a reforma do seu Estatuto.

que a vida do homem suscita, se encontra a solução que melhor a harmoniza com o seu anseio revolucionário, tal deve ser o propósito daqueles que procuram esclarecer a missão do seu tempo.

Tal é, também, a intenção que se visa nas sínteses que compõem a parte final d'êste livro.

TUDO PELO HOMEM

A dispersão individualista do Liberalismo conduz à tirania dos *fortes* sobre os *fracos*.

O Poder discricionário, em sistemas de forte estatismo, conduz à tirania dum homem ou dum grupo sobre a nação.

Fórmula revolucionária: *Tudo pelo homem*.

A nação, o sindicato, a família, são o meio.

O fim está no homem.

Se *homem* quer dizer *pessoa*, a Personalidade é, em si própria, o lugar geométrico dos direitos e deveres do homem em comunidade. «Como era homem de sua pessoa e desejoso de honra...» diz João de Barros.

Sem comunidade não há Personalidade, mas é o homem que faz a comunidade. Criando-a, o homem quis reforçar as possibilidades da pessoa humana, e nunca diminuí-las.

A comunidade foi, pois, feita para o homem, e o homem não pode ser seu escravo.

SOCIEDADE HUMANA

A base da Sociedade é o homem e não o indivíduo.

Homem significa liberdade interior, que não se aliena jamais nos contactos e automatismos da comunidade.

A vida da Sociedade humana representa-se na

vida de cada homem: na vida de cada homem, em relação aos grupos sociais, económicos e políticos que a constituem; na vida de cada homem, em relação à Sociedade tomada no seu conjunto.

O homem é, primeiro, a Pessoa; quer dizer, responsável e, portanto, livre.

Família, associação, comunidade nacional, são depois as posições por onde se estabelece a escala dos seus direitos e dos seus deveres para com a Sociedade.

A Sociedade constitui-se para pôr ao serviço de cada um o bem de todos. O homem deve, pois, a contribuição do seu esforço à Sociedade, que é o *bem comum* de que êle próprio beneficia.

Assim, nem a Sociedade pode espoliar, tirar ou recusar a sua solidariedade àqueles que a constituem, nem êstes podem eximir-se ao cumprimento de todos os seus deveres, como cidadãos e como trabalhadores, para com a Sociedade.

O homem dá à comunidade o imposto, a sua parte do esforço espiritual e económico, o seu sangue na defesa do território.

Pertence à comunidade garantir-lhe: a liberdade, a retribuição justa do seu trabalho, a habitação digna, a assistência, a reforma na velhice, tudo o que possa contribuir para o desenvolvimento da sua capacidade mental e moral — pão e justiça.

O ESTADO

O Estado é o órgão destinado a assegurar o funcionamento de instituições, criadas pela comunidade nacional, para garantia das liberdades públicas, expansão espiritual, segurança interna e externa, administração e desenvolvimento da riqueza pública.

des; e assim, misturando sistematicamente deliberação com execução, não se fez outra política senão aquela que entregava totalmente o Poder à discrição das maiorias parlamentares, constituídas Deus sabe como.

Dai a política de «cheque ao Rei», que enche uma grande parte do reinado de D. Luís, todo o reinado de D. Carlos e o curto reinado de D. Manuel. Ter a maioria parlamentar era ter o Poder. A acção dos partidos consistia pois em fazer pressão sobre o Rei, para que dissolvesse, em proveito deles, a Câmara dos Deputados.

Seguro da maioria, foi mais longe o Partido Republicano Português (P. Democrático), não inscrevendo na Constituição da República o direito de dissolução, que só podia jogar contra elle. Dai, o golpe de Pimenta de Castro, o 14 de Maio e todas as perturbações dos primeiros anos do regime, perturbações que depois baldadamente se tentaram evitar.

A maioria democrática, consolidada por vários anos de Poder, criou uma situação de privilégio, que foi logicamente terminar na Revolução de 28 de Maio, a que se seguiu a Ditadura actual.

Assim, o predomínio das maiorias, que o mesmo é dizer, o predomínio do Legislativo sobre todos os outros poderes, longe de garantir as liberdades, traduziu-se na tirania dum partido, contra a qual só se pôde reagir pelas armas.

A teoria inglesa de Bagehot deu nos países latinos trágicos resultados.

O número de ministérios tombados por pressão parlamentar, nos últimos anos da Monarquia e desde o 5 de Outubro em diante, mostram toda a impossibilidade de fazer obra governativa em «regime de maiorias».

Em França, para só falar dum país latino, que nos serve tantas vezes de modelo, as mesmas causas produziram naturalmente os mesmos efeitos, de tal forma que, em 68 anos, 100 ministérios se sucederam no Poder.

Depois, a intervenção dessas maiorias é de tal modo absorvente em todos os pormenores da acção governativa — autoridades, tribunais, empresas, etc. — que ilaqueia e impossibilita o trabalho dos homens que deteem nominalmente o Poder.

Daqui, deste predomínio do Legislativo e da possibilidade da sua intervenção em todas as esferas da acção governativa, nasceu o interesse e a possibilidade das oligarquias financeiras se imiscuirem no jogo da representação nacional, servindo-se d'elle para fins particulares.

A corrupção notória dos meios parlamentares não tem outra origem, nem outra é também a razão fundamental da desorientação em que esses meios se movem.

Tal corrupção e tal desequilíbrio político levaram os povos a aceitar as ditaduras, mesmo as mais pesadas.

A situação política da Europa oscila, assim, com algumas excepções honrosas, entre estes dois polos: ditadura da desordem e ditadura da polícia.

Nenhuma dessas tiranias a Revolução aceita, e por isso ela se propõe criar um Estado em que o Legislativo surja liberto das oligarquias, em que o Executivo se não confunda com o Legislativo e em que o Poder deixe de ser possível monopólio de qualquer grupo.

Independência de Poderes dentro dum plano de útil colaboração, representação funcional, colaboração das diversas tendências doutrinaárias, *referendum* popular em determinados casos, des-

centralização administrativa, coordenação dos interesses profissionais, — eis outros tantos aspectos da fisionomia que a Revolução cria ao Estado.

Tornar o Poder independente de todas as pressões externas, mas limitá-lo pelas liberdades regionais e sindicais; dar ao Poder um sentido polarizador de todas as correntes do pensamento nacional, mantendo porém o princípio da unidade na diversidade; inspirar o Poder nos anseios do Povo, como seu intérprete, jãmais como seu escravo; organizar o Poder num plano superior às engrenagens do Estado, de fôrma a que jãmais com elas se confunda e burocratize; fazer finalmente, do Poder, o centro activo que impulse o organismo nacional, sem pretender substituir-se-lhe nas iniciativas — o Poder, centro espiritual que interprete, fiscalize, coordene, anime e proteja todas as possibilidades do desenvolvimento da pessoa humana e a colectividade nacional — eis as linhas gerais do plano revolucionário.

REPRESENTAÇÃO NACIONAL

¿ Se o Estado deve traduzir, para que seja legítima a sua autoridade, a vontade da comunidade nacional, como se mostra e assegura a expressão dessa vontade?

Tal é o problema da representação.

A Revolução não aceita como justa e verdadeira a representação que assegura o predomínio duma classe ou dum partido, ou aquela em que os direitos dos cidadãos estão à mercê dos interesses das oligarquias financeiras.

A Revolução não aceita um critério de representação em que se confundam os interesses da produção com os interesses da vida cívica.

A Revolução não aceita a representação que, dentro da vida cívica, não significa os direitos da livre crítica, e, dentro da vida económica, não consegue substituir o critério quantitativo e indifferenciado pelo critério qualitativo e técnico.

A representação será pois funcional, e sancionada pelo sufrágio popular organicamente expresso.

O Estado é, pois, um órgão da Sociedade, criado e mantido para seu serviço. Não pode, para ser legítima a sua acção, deixar de representar a comunidade, nem portanto antepor-lhe a sua vontade. A Sociedade, com efeito, sendo uma «Pessoa de pessoas» ⁽¹⁾ humanas, incarna direitos inalienáveis, contra os quais, se ela própria não pode atentar, muito menos o Estado que dela emana.

Eis porque os sistemas que emprestam ao Estado um poder ilimitado e discricionário, embora na intenção de garantir o que é, Estado, *suponha* ser a ordem e a paz social, são sistemas que a Revolução condena.

O poder do Estado só é legítimo, quando *limitado pelos direitos* de natureza humana. Assim, a justiça só em verdade começa, onde o Estatismo acaba.

Vitória do Cesarismo contra os particularismos do Feudalismo, e do Colectivismo contra a dispersão liberalista, o Estatismo tem na sua base um nítido sentido de reacção.

Revolução significa rompimento.

O Estatismo, na sua forma de inspiração marxista, que é todo o Estatismo do nosso tempo, é apenas uma mudança de *posições*, mantendo-se, na base da Sociedade, o critério individualista.

No Liberalismo, o Estado nasce dos *indivíduos* e é escravo deles; no Estatismo, é o Estado que se sobrepõe aos *indivíduos* (pouco importa neste momento considerar o processo), e é ele que os escraviza à sua vontade.

Em ambos os casos o homem está ausente.

Em ambos os casos o conceito linear de unidade individual é que preside à formação das assembleias eleitorais ou das *massas*. Umas e ou-

(1) Mounier — «Révolution Personnaliste et Communautaire».

tras são, para o Estado, soma de indivíduos, de cuja natureza humana é feita abstracção.

Por isso, Revolução pressupõe Personalidade. Só quando o Estado incarna, representa e assegura os direitos da Personalidade, a Revolução o aceita e considera legítimo.

Assim, perante a Revolução, há no Estado duas condições essenciais, de diverso sentido a realizar: legítima representação da comunidade, garantia dos direitos da Pessoa humana.

Consideramos mais adiante a primeira condição. A segunda resume-se porventura nesta fórmula fundamentalmente revolucionária: A Liberdade tem a sua garantia na Autoridade. Isto é, a Liberdade, só quando se organiza, toma corpo e segurança.

Toda a tragédia da política nacional contemporânea está aí a elucidar-nos em páginas de desvario anárquico, de tirania e de sangue. A Monarquia e a República sossobraram, vítimas dos mesmos desastres.

A Liberdade é a ordem dentro da Justiça.

Há largos anos, porém, que nós misturamos a idéia de ordem política com a confusão que gera a tirania.

A ordem é a justa independência dos poderes do Estado, dentro dum plano de útil convergência. O constitucionalismo, monárquico ou republicano, foi, quasi sempre, a negação dessa ordem, substituindo a *colaboração* pela *subordinação* dos poderes.

Com efeito, que é toda a história desses sistemas, senão largas sobreposições do Legislativo sobre o Executivo, apenas interrompidas por reacções, que traziam *naturalmente* as ditaduras e a tirania?

Nunca se quis ver como a *independência* do Executivo era a garantia necessária das liberda-

CAPITULO XII

PROBLEMAS DO ESPIRITO

Para a Revolução, os direitos do Espírito são inalienáveis, porque das possibilidades do Espírito tira ela todas as suas conquistas.

Toda a obra revolucionária provém da audácia com que o Espírito recusa aceitar as realidades injustas do nosso tempo.

Decerto, recusar aceitar as realidades não quer dizer, *negá-las*, nem essa podia ser nunca a função do Espírito; significa porém, em todos os tempos, que êle se não **conforma** com a injustiça ou a imperfeição, buscando sempre, na sua revolta, novas conquistas, novos caminhos para a grandeza e dignidade do homem.

Toda a civilização é obra do Espírito.

Foi êle que iluminou o instinto, arrancando o homem a todos os conformismos da sua animalidade, para dominar e vencer os entraves que, em todos os tempos, a natureza dura põe entre êle e a sua dignidade de ser superior.

Por mais fortes, mais violentos e mais irredutíveis que tenham surgido os obstáculos, nunca o homem se resignou a aceitá-los como definitivos, não porque êle se pudesse fiar nas pos-

sibilidades limitadas da sua origem, mas sim porque dentro dêle jãmais se calou a inquietação criadora da sua espiritualidade.

¿ Que não haverá pois, e justamente, a esperar para o destino humano, se as conquistas da técnica lhe rasgam já hoje tão largos horizontes, que o homem de há um século mal os entenderia, e o homem do nosso tempo, êle próprio, muitas vezes os contempla assombrado?

¿ Como não confiar às virtudes do Espírito a esperança, que, para além da inquietação do presente, prepara já porventura os caminhos de nova marcha?

Cultura, Técnica, Instituições, quem sabe até que ponto o Espírito saberá, um dia, erguer o homem no seu anseio de perfeição e de justiça!

¿ Para quê impedir, para quê limitar então a marcha divina do Espírito, ó conformistas de todos os tempos?

A CENSURA

O problema da censura é um velho problema, mil vezes equacionado pelos que defendem e pelos que atacam os direitos do Poder perante o Espírito.

Tudo está dito.

A Revolução não pode aceitar a censura, porque não aceita nenhum limite para as liberdades espirituais.

¿ E o perigo das ideologias novas?

A primeira função dos homens que dirigem o Estado consiste em interpretar o seu tempo. Não temem que se opôr, por posição, a ideologias novas, a fórmulas novas, a ritmos novos... Temem que as entender, sentir e interpretar.

Se o não conseguem, não são dignos da missão que a Sociedade lhes confiou.

As idéias novas, ou são justas ou injustas. As primeiras aceitam-se, tentando realizá-las; as segundas combatem-se, mostrando a sua injustiça.

Se, pela palavra, pela pena, e por todas as outras formas de combate ideológico, os defensores do Poder se revelam impotentes para fazer triunfar aquilo que o mesmo Poder considera a verdade, não quer isso significar que lhes caiba o direito de esmagar pela censura a opinião adversa. Pelo contrário, a sua impotência, momentânea ou definitiva, deve-os conduzir a uma revisão das suas idéias, quando não ao abandono das próprias posições, então e só injustamente mantidas.

Mistificação, que outra coisa se não pode chamar, é a alegação de certos defensores da censura, ao afirmarem que, se o Espírito com ela não é livre, também o não era antes, sob a tirania dos interesses plutocratas.

Evidentemente.

Por isso mesmo a Revolução se ergue, em primeiro lugar, contra a plutocracia; e o governo que se diz revolucionário só merece êsse nome, se começar por partir a grilheta com que o oiro procura dominar o pensamento.

Libertar o Espírito não pode porém ser, em nenhum caso, amordaçá-lo. A troca não seria, nem menos absurda, nem menos infamante.

E' no debate espiritual que a Revolução ganha as asas dos seus grandes vôos, e daí o hábito com que todos os conformismos lhe limitam a extensão.

A menos, porém, que se considere de direito divino a sabedoria e a clarividência dos detentores do Poder, não se vê como possa ser justa e útil a posição de infalibilidade que tomam, ao exercer a censura prévia sobre o pensamento contrário.

Assim, de todos os atentados que o Estatismo tem praticado contra os direitos da Personalidade, o regime de censura é o mais condenável, por ser aquêle que mais directa e mais profundamente atinge o Espírito.

¿ Mas a calúnia, a difamação, o achincalhamento dos homens do Poder, que são tantas vezes a arma das oposições ?

A calúnia, a difamação, o achincalhamento, como sistema de combate, não fazem parte da liberdade do Espírito, mas sim da **licença** dos costumes.

Uma lei de Imprensa pode e deve pois prever todos os atentados, não só contra a reputação legítima dos detentores do Poder, mas também contra a reputação legítima de qualquer cidadão.

Lei de Imprensa e tribunais independentes.

Quando se calunia, que se apliquem severas penas ao caluniador. Se, porém, se acusa e se prova, é o atingido que deve ser castigado.

Só é justo que o Estado seja inexorável no castigo dos que não respeitam a lei, quando se mostre inabalável na defesa das liberdades.

Como é outro, porém, o critério que o Estatismo adopta na defesa daqueles a quem circunstâncias, tantas vezes fortuitas e passageiras, entregaram posições de comando !

Todos êles, como ministros, são infalíveis, e, como homens incorruptíveis.

O seu talento, e o acêrto das suas medidas, não são julgados pela crítica dos interessados ou dos que discordam. Uma mesa censória, que lhes é parcial, vela.

Pina Manique, eternamente debruçado sobre os caixotes que vinham de França, na mira de vasculhar e queimar o pensamento dos jacobinos, eis um alto símbolo, digno de presidir aos debates mentais em regime estatista.

¿ Como renovar-se, como transformar-se, como adaptar-se à marcha dos tempos, um pensamento que, prisioneiro do seu orgulho, se considera único e indiscutível depositário da verdade ?

Há quem afirme, todavia, não estar o mal na censura, mas na maneira como é aplicada, por via de regra, em regimes estatistas, querendo assim frisar-se que o problema está porventura na competência dos censores.

Erro e êrro grave.

Se é certo que aos censores improvisados escasseia muitas vezes a competência para poderem estabelecer um critério de censura, poucas lhes falta a honestidade política que os torna mais refractários a qualquer predisposição de hostilidade, que outros censores mais experimentados na arte das letras e menos leais não deixariam, por certo, de manifestar. Censura imparcial não é possível, nem essa conviria para a intenção com que é criada.

O mal está pois na instituição, que é tão perigosa e condenável para o Pensamento, que raros são os povos, a-pesar-de tudo, que ousam mantê-la mais do que em breves períodos de perigo externo.

A liberdade «a meias» não pode, com efeito, significar outra coisa, senão coacção dissimulada.

A fórmula não é portanto outra, senão aquela que justifica a plena liberdade de Imprensa dentro da plena responsabilidade dos seus actos; pois, ao lado das garantias dos jornalistas, não seria justo que se omitissem as que legitimamente se devem aos poderes públicos e aos cidadãos.

Responsabilidade, portanto, para os excessos do jornalismo, com um tribunal neutro, livre de influências oficiais, rápido, expedito e eficaz, e,

por outro lado, liberdade com garantias, para que os casos de querelas promovidas pela má fé ou precipitação de juízo não fiquem impunes e a Imprensa obtenha as reparações devidas.

Nem o Estado, nem o cidadão, podem estar à mercê da injúria e da calúnia, através dum procedimento judicial que é lento, dilatatório, e oneroso; nem os direitos da Imprensa podem estar expostos às perseguições impunes e injustas dos governantes ou dos particulares, sem reparação nem desagravo. A toda a liberdade, toda a responsabilidade.

A IMPRENSA

A Imprensa, pelos recursos cada vez maiores que possui e pela influência cada vez mais vasta que alcançou, é hoje um órgão poderosíssimo da opinião pública. Como tal tem de ser considerada pela Revolução, dando-se-lhe no quadro da Sociedade e do próprio Estado uma posição e uma orgânica. Posição que lhe assegure a independência; orgânica que lhe coordene as funções dentro do interesse geral da comunidade.

Tornar independente a Imprensa é, decerto, um dos mais imperiosos problemas a resolver pela Revolução.

Com efeito, os Estados conscientes da força que a Imprensa significa não teem perdido ocasião de a escravizar, ou pondo-a a seu serviço pelo suborno e pela violência, ou manietando-a pela censura prévia, ao mesmo tempo que as oligarquias financeiras ou politicas procuram fazer dessa força a sua arma.

A' Revolução compete combater uma e outra tendência, ordenando em bases novas uma organização de jornalistas com «esprit de corps», que seja uma garantia moral de independência e de

condições de defesa e de fiscalização interna, indispensáveis à segurança da sua dignidade.

Ao Estado não se nega, por certo, o direito duma fiscalização dentro dos limites que venham a estatuir-se. Esse direito, exerce-o ele em nome dos interesses da comunidade, em todos os ramos da actividade nacional. Fiscalização, porém, não será, jámais, fácil absorção, pois que a isso se oporá firmemente a organização interna do grupo.

Para outros problemas, incarna também a Revolução mais fáceis soluções, dentro das possibilidades duma **Ordem de Jornalistas**: o problema da idoneidade mental e moral dos directores dos jornais, ensino técnico de jornalismo, assistência, seguros para invalidez e velhice, etc.

Como função social e de grande relêvo, não poderá decerto deixar de caber à Imprensa um justo lugar na representação nacional.

Um departamento do Estado lhe deve mesmo ser dedicado, não para a dominar e submeter, mas sim para garantir os seus direitos.

Assim, em todos os seus aspectos morais e materiais, a nobre profissão do jornalismo é encarada com justo interesse pela Revolução, como elemento da mais alta importância na orientação da opinião pública, que é a base duma actuação honesta do Poder.

EDUCAÇÃO E ENSINO

No plano do Espírito, os problemas da educação e do ensino são decisivos para a formação da Personalidade. Por isso a Revolução lhes dá um relêvo dos mais altos, quando equaciona o futuro.

Educação e ensino são dois factores que é erro colocar em campos diversos. Juntos, comple-

tam-se na sua acção criadora ou refundidora da vontade e da sabedoria humanas.

O defeito máximo do ensino, entre nós, está exactamente em se lhe não dar por base uma unidade segura entre o pensamento e a acção.

A cultura e a vida parecem opôr-se... A firmeza, a decisão, a opinião própria, são colocadas num plano secundário.

Despreza-se assim a formação do carácter, pedra de toque da pessoa humana.

Ensinar é sobretudo criar consciências, e essas não se conseguem sem dar ao homem o sentimento da sua responsabilidade pessoal, a convicção do seu valor social e humano.

O ensino e a educação devem, pois, completar-se, num esforço cujo supremo objectivo é criar as condições em que o homem encontra a sua vocação e os caminhos por onde naturalmente atinge o seu máximo desenvolvimento.

Desenvolver a vocação da Pessoa não é, porém, torná-la *individualista*.

Cultivar a iniciativa e exaltar simultaneamente o sentido da comunhão social, que reforça o homem e lhe desdobra a grandeza das suas perspectivas morais — eis outra das funções da educação, que lhe completam a personalidade.

Condena, a Revolução, lógicamente, o critério escolar do nosso tempo.

A educação dos portugueses é irracional, desconexa, sem espírito prático, e, tirante a fachada, inteiramente desprovida do sentido da vida moderna.

Não se visa o conhecimento, visa-se o diploma.

O diploma e o empenho político são as chaves que abrem as portas da vida neste país. E isto a tal ponto, que se concebeu um plano de Instrução que reduz as possibilidades da conquista

dêsse diploma, para o Estado não ter tanta dificuldade em colocar os diplomados...

E', no domínio do Espírito, a regra que se applicou, no domínio da economia, limitando as sementeiras e arrancando as vinhas.

Saber por saber, não interessa. Os cursos teem como única finalidade uma **carreira**, nada significando como *apport* para a cultura geral, nem nada representando para o aumento das aptidões individuais. E' esta a própria opinião do Estado. De tal forma que, dificultando-se pelos exames (!) a frequência das escolas, a ninguém assalta um remorso por se impedir o desenvolvimento da capacidade dos portugueses.

Inutilidade ou luxo, assim o Estado considera os cursos, fóra da conquista da carreira. Ora, as carreiras não teem lugares vagos e o Estado tem mais que fazer do que criar novos campos de actividade nacional, impedir acumulações, etc, e por isso a solução, quanto à abundância de candidatos, está de certo em expulsar a maior parte das Escolas.

E' a selecção, objectar-se há.

E de que maneira! Em primeiro lugar, selecção entre **ricos e pobres**. Os **pobres**, não tendo meios para seguir os estudos secundários e superiores, quanto mais para pagarem ainda as propinas excessivas que o Estado reclama, ficam pelo caminho, possuam embora alta capacidade mental. Depois, é nos **exames** que a segunda selecção se faz. Sabe-se bem o que os **exames** significam entre nós. Fieira absurda, onde passam, bem mais, os protegidos da **sorte**, do que os eleitos de Minerva, os candidatos dos influentes políticos, do que as revelações de competência. Fieira injusta, onde se reflete largamente a injustiça que inspira a própria organização da sociedade, e fieira contraproducente, o mais possível,

pois os valores que ela consagra, como aqueles que ela regeita, não raro desmentem na vida prática, uns e outros, o conceito que dêles se ficou fazendo.

O que menos deve interessar nos cursos são exactamente os diplomas. Técnica da observação, leis da experiência e bases do conhecimento, nada disso se torna necessariamente solidário da certidão do juri, nem isso normalmente se alcança, mercê dum professorado cuja trágica situação lhe faz tomar a **cátedra**, primeiro do que tudo, como um ganha-pão.

O Estado não tem que se inquietar, — pelo contrário! — com a abundância dos que freqüentam as Escolas. Quanto mais vasta fôr a cultura geral, mais facilmente poderá recrutar os valores de que precisa para o seu serviço. O que importa é fixar, para além do diploma e do empenho político, normas que demonstrem segura competência. Essa seria a verdadeira solução para os lugares das carreiras, por ser a selecção justa em todos os aspectos e para todas as **posições** da vida. O resto prende-se com os problemas do desenvolvimento nacional.

Mas não é essa a selecção que se pode obter com os programas e os processos escolares que se vão seguindo? Programas e processos que exigem a abdicação da originalidade, da espontaneidade e do valor próprio do homem, em proveito duma cultura que é a negação da vida, como poderão êles servir de guia e de orientação na conquista duma segura consciência, sem a qual não existe selecção possível?

Encontrar as condições em que o homem descobre a sua vocação; — repete-se — diferenciar o ensino para que êle se adapte às vocações reveladas; orientá-lo para que possa dar a medida da capacidade de cada um; garantir aos fi-

lhos dos trabalhadores a possibilidade de freqüentar todas as Escolas, dêse as de *artes e ofícios* até às de alta cultura; libertar o ensino, isto é, restituí-lo à sua função exclusiva de preparar e desenvolver o espírito para a especulação e para a pesquisa das leis universais, fóra de qualquer limite e livre de qualquer chancela; dignificar moral e materialmente o professorado — eis o plano que garante os direitos do Espírito dentro dos quadros escolares e da sua missão.

* * *

E' evidente que o problema não tem nenhuma probabilidade de solução, enquanto fôr encarado sem uma visão prática dos seus dados e situado fóra dum plano geral de reconstituição espiritual, profissional e moral do país.

Por isso, as tentativas esboçadas já depois dêste capítulo traçado, estão, dêse a origem, destinadas não só ao maior insucesso no que se propõem, como virão, por certo, a representar um novo elemento de confusão e de esterilidade para o ensino em Portugal.

Com efeito, surgindo, a menos dum ano, doutrinas de sentido absolutamente contrário, as quais por sua vez contradiziam o pensamento inspirador das tentativas anteriores — as propostas de reforma do ensino agora aparecidas, apreciáveis talvez pela definição dum método próprio, resultarão, porém, inúteis, por falta de espírito prático e pelas condições em que se procura realizá-las. Em nenhum outro plano, certamente, como no plano do Espírito, se torna primordial, para o bom êxito duma reforma, a criação antecipada dum clima moral que lhe seja propício. A inquietação, a angústia, o sentimento de humilhação e a apatia gerais, não são condições fa-

voráveis a uma íntima colaboração dos elementos indispensáveis à transformação que se diz visar.

Em tais empreendimentos não pode faltar a mística criadora, o movimento das almas, capaz de suprir a deficiência dos meios materiais e de fecundar a esterilidade das burocracias, estabelecendo a confiança que polariza e reforça a acção comum.

Assim, de balde se tentaria *fazer aceitar* a professores e escolares uma função nova, num Estado que ninguém *aceite* nem ame. Faltaria a êsse Estado uma autoridade moral, que o tornasse insuspeito de querer servir-se para *fins* próprios, que não teem a concordância do país, de novos e mais perigosos *meios*.

¿Os problemas da selecção espiritual, da orientação pedagógica e profissional, da educação física e civil da mocidade, por exemplo, podem porventura equacionar-se e resolver-se, com justiça, num Estado que não seja popular?

Outros problemas e outros princípios provam ainda o êrro de reformadores que se não movem sob o impulso do vasto movimento «humanista» da Revolução, mas sim sob a acção da impaciência e da confusão geral, que geram o pânico de responsabilidades imprudentemente tomadas.

De tais reformas, costuma resultar aquilo que resultou do plano do sr. de Monzie: mudar-se o nome do Ministério de Instrução Pública para outro—Ministério da Educação Nacional...

* * *

Os problemas do Espírito demandam, cada vez mais, a criação de Orgãos do Estado, especializados e aptos à delicada missão do seu estudo

e coordenação, dentro do plano geral duma política verdadeiramente «humanista».

Assim, da mesma maneira que se demonstra a necessidade dum departamento especial de governação pública para o Ensino, se conclui a urgência dum departamento próprio para as Belas Artes e Imprensa.

O desenvolvimento espiritual do homem merece à Revolução todos os cuidados da sua técnica criadora.

CAPÍTULO XIII

ECONOMIA DA REVOLUÇÃO

O processo do liberalismo económico está feito. Inútil insistir nas razões de toda a ordem que o condenaram: esmagamento dos fracos pelos fortes, irresponsabilidade moral das potências do dinheiro, triunfo absorvente do super-capitalismo, catástrofe económica do mundo.

Aqui, como diante do processo do liberalismo político, a Revolução não hesitou em ultrapassar as posições ideológicas duma época, para assegurar a sua marcha de libertação humana.

A' dispersão dos valores económicos, à desordem dos empreendimentos, à anarquia das concorrências, apareceu a necessidade de opor uma orgânica, uma disciplina e uma orientação, no plano nacional e no quadro geral da civilização. Todo o perigo estava, porém, como no campo dos problemas políticos, na dificuldade de impedir que as fórmulas encontradas para corrigir os males não fôsem além da sua intenção, tornando-se, por seu turno, fórmulas de opressão, inimigas do homem.

A Revolução, que não pode pactuar com a

desordem, em que o homem sofre, muito menos pode aceitar qualquer tirania que o esmague.

Eis porque, para além das soluções estatistas da economia dirigida, da ditadura de classe, e do materialismo económico, ela considerou como suprema justiça encarar as soluções onde a personalidade se não diminui nem fere, ao mesmo tempo que a sociedade se reorganiza e fortifica.

Com efeito, fundando-se a reacção contra o liberalismo económico no conceito injusto que legitima a *imposição* como processo de resolver todos os conflitos e contradições, não podia a Revolução aceitar as fórmulas por essa reacção criadas, fórmulas que se limitaram a trazer, para o campo da economia nacional, o triunfo da burocracia e do espírito de facção; para o campo das relações internacionais, a reserva e o egoísmo, sob as formas de nacionalismo económico; e, para o campo da moral social, menos ainda, pois não se dignificou, por certo, o trabalho humano, substituindo o *lucro* do capitalismo pelo *rendimento* da produção em regime estatista.

¿Depois, como arrancar ao seu sentido profundamente materialista, rígido, rectangular, um pensamento *humanista* e revolucionário?

Assim, a economia da Revolução não podia caber dentro dos limites criados pela reacção anti-liberalista, por não encontrar neles, nem paz, nem justiça.

Na verdade, a *orgânica* que ela preconiza penetra-se dum comunitarismo que é feito da livre comunhão de todos e visa o melhor desenvolvimento de cada um; a *disciplina* que reclama, fundamenta-se num acôrdo estatuído entre Pessoas, e alimenta-se sempre da essência da sua própria origem; a *orientação* que considera justa, é aquela que vive da plena aceitação da sociedade que a recebe.

Assim, a política económica da Revolução pode enunciar-se nestas idéias essenciais:

Revolução da Moeda, criando uma nova base ao equilíbrio entre os salários e o preço dos produtos.

Nacionalização do crédito, contra o seu monopólio e a usura.

Função social da propriedade.

Propriedade comunal, todas as vezes que seja possível e útil realizá-la.

Organização profissional, tendo por base o sindicato.

‘Régie’ cooperativa.

Representação dos interesses da Produção e do Trabalho no Conselho de Economia Nacional, totalmente independente do Poder Legislativo.

REVOLUÇÃO DA MOEDA E NACIONALIZAÇÃO DO CRÉDITO

Se realizar a justiça social é, em primeiro lugar, fazer triunfar um conceito de equidade na distribuição das riquezas e na revisão de valores, evidente se torna, por outro lado, que as possibilidades dessa realização se condicionam inteiramente, para serem portadoras de melhoria, a novos conceitos económicos e financeiros.

Na base, pois, da Revolução, nos seus aspectos sociais, está necessariamente a Revolução económica, que só pode ser eficaz se se desenvolver num plano paralelo à Revolução nas finanças.

Baldadamente, com efeito, se tentam modificar as condições económico-sociais duma época mantendo, à margem duma declaração de

direitos revolucionários, os mesmos processos administrativos e os mesmos conceitos de economia, cujos resultados bem patentes se visa combater.

Todavia — e nisso se prova a insinceridade daqueles que se servem da Revolução e não a servem a ela — a regra seguida, na linha das transformações a que dizem abalancar-se certos governantes, outra não é senão aquela que, sob a capa revolucionária, prolonga e continua as situações do passado.

Nesse caso, por exemplo, está o critério dos que dão por única base à reconstrução dum país as possibilidades financeiras que adveem do aumento de impostos e de empréstimos internos em longa escala, quando um e outro dêsses meios só pode contribuir para o rebaixamento do nível da vida económica e aumento do desemprego, causando o cansaço do contribuinte e o esgotamento das riquezas circulantes da nação. Tal critério, que, há trinta anos, ainda recolhia os sufrágios da economia clássica, encontra todas as reservas da parte do pensamento revolucionário dos nossos dias.

Para o problema, buscam-se hoje soluções que o valor de certos dados novos multiplicam em eficácia e extensão, criando perspectivas imprevisíveis para o desenvolvimento da riqueza pública.

E é aqui que surgem, como dados de primeira importância, as consequências da Revolução da Moeda, levada a cabo pelas conquistas duma técnica financeira, que ultrapassa as regras impostas pela concepção do *padrão ouro* e torna possível equacionar os problemas da finança do nosso tempo em função apenas de dois coeficientes, um moral — a confiança — e outro técnico — a contabilidade.

A hipótese típica, apresentada com tanto êxito pela Revista «Vendre», revela-nos, num traço, todo o sentido da transformação que no campo da finança se está realizando:

Suponha-se que um indivíduo compra uma caneta de tinta permanente pelo preço de 20 francos, pagando-a por meio de um cheque. Admita-se agora que o vendedor, em lugar de receber o cheque, paga com êle um candieiro que compra pelo mesmo preço da caneta: 20 francos. Admita-se ainda que a operação se repete 20 vezes, antes do último vendedor ir finalmente receber o cheque, o qual se averigua então não ter cobertura. O último portador do cheque procura os 19 intervenientes anteriores e consegue que êles compartilhem do prejuízo, entregando-lhe, cada um, um franco. Recebe pois 19 francos.

Supondo que cada vendedor realizou um benefício de 20% nas suas vendas, tendo perdido 5% no franco que entregou, manteve ainda um lucro de 15%.

Conclusão de André Ulmann: ⁽¹⁾ *assim, a emissão dum cheque sem provisão é motivo de riqueza, logo que tenha obtido um pouco de circulação (confiança) e benefício.*

¿ Não foi êste em parte o sentido das consequências da burla do *Angola e Metrópole*?

¿ Isto que prova, senão que as regras financeiras estão ultrapassadas, e que é um gravíssimo erro teimar em impô-las aos povos, como um dogma?

E' isto mesmo que recentemente veio demonstrar o capitão Correia de Campos, num li-

(1) "Esprit", Julho 1935.

vro ⁽¹⁾ corajoso e cheio de ensinamentos, que faz incidir sobre estes vitalíssimos problemas a luz dalgumas observações esclarecidas.

Pela inteligência e previsão que demonstram, muito nos apraz registar alguns traços do seu depoimento:

O PADRÃO OIRO

«Mesmo depois da Grande Guerra, verificou-se que a *Lei monetária de Ricardo* já se não ajusta à realidade, porquanto a curva dos preços de retalho deixou de se harmonizar com a quantidade de oiro ou de numerário em circulação.»... «A valorização dumamoea, não é o oiro que lhe dá, mas, sim, as riquezas (artigos, géneros ou produtos) que se formam.» «O desacerto observado está, pois, em se confundirem os sinais representativos da riqueza (oiro ou notas) com a própria riqueza.»... «Ainda mais: se fôsse o oiro que desse valor a uma moeda, os câmbios seriam feitos segundo a percentagem da cobertura em oiro que a moeda tivesse. E nós vemos que as notas valem, ordinariamente, mais do que indicam as suas percentagens em oiro. O facto é tão evidente em si, que *vemos os câmbios flutuarem, não obstante as reservas oiro*, a que as moedas pertencem, ficarem constantes, e além disto tem-se visto mesmo aumentar o encaixe oiro, dizem, para maior garantia das notas nos Bancos Emissores, e os câmbios muitas vezes piorarem, em vez de melhorarem.» ⁽²⁾

(1) "Mundo Novo que surge", Imprensa Portuguesa, Porto.

(2) Obra cit., pag. 49, 51, 52.

OS EMPRÉSTIMOS INTERNOS COMO ÚNICA POLÍTICA DE FOMENTO

«Muitas pessoas julgam que a política de empréstimos para obras de fomento não faz surgir crises internas, raciocinando que as economias retiradas do corpo da Nação para a Nação voltam, através dos fornecedores e serventários do Estado, porquanto, dizem, não é o numerário que se consome, nem o estrangeiro o deseja açambarcar, tratando-se de notas inconvertíveis. Mas a verdade é que, de facto, tudo se passa como se as *disponibilidades tivessem desaparecido*. O dinheiro saído dos órgãos criados para o receber e distribuir (Bancos) *pulveriza-se*, reduz-se a quantidades infinitamente pequenas, *desaparece nas carteiras individuais*, e só mais tarde uma pequeníssima parte dêsse dinheiro vem a ser recuperada.»... «Além disso, o numerário, depois de algum movimento circulatório, acaba por abandonar o pequeno capitalista da classe média, que o empregava vantajosamente no desenvolvimento da economia nacional, para se refugiar definitivamente nas mãos duma minoria privilegiada — a alta finança — que o aplica, de preferência, em títulos da dívida pública ou nas grandes empresas em regime de favoritismo, como são os monopólios.»... «Saído o numerário de empréstimos, especialmente se forem avultados, ⁽¹⁾ graves perturbações e prejuízos irão causar às forças vivas, aumentando-lhes a angustiosa crise por que passam. O mal estar económico ainda mais se agravaria, se, conjugada com esta política da sucessão contínua de numerário,

(1) Os empréstimos para efeitos de saldar orçamentos e da política de reconstrução foram, nos últimos anos, três, de 500.000 contos cada um.

um Estado, por intervenção dos perniciosos estabelecimentos de crédito que possuísse, se apoderasse, impiedosamente, de quasi todo o numerário disponível da colectividade, sem ter a preocupação constante de o espalhar rapidamente e sem dificuldade pelo corpo sequioso da nação.»...⁽¹⁾

PARA ERGUER O NÍVEL GERAL DA VIDA ECONÓMICA

«A prosperidade duma nação, a melhoria das suas condições económicas e extinção do desemprego, só poderão vir da alta dos preços.»... «A Europa pôde enriquecer e prosperar desmedidamente, por ter havido sempre, desde a Idade Média, a alta dos preços, a-pesar- de algumas reacções cíclicas. Entretanto, essa alta não se notava, passando despercebida, por apenas o ser em proporção aritmética, ao passo que os metais monetários aumentavam em proporção geométrica, em razão da Europa ter absorvido, em seu proveito exclusivo, todas as riquezas do mundo.»... «Só aumentando o numerário, com ritmo e ordem, para que a alta das mercadorias não o acompanhe paralelamente, poderá haver o renascimento económico e voltar a almejada prosperidade às depauperadas actividades nacionais.»... «A necessidade de aumento da circulação fiduciária ainda se torna mais imperiosa dentro da Economia Dirigida ou dos Estados que queiram viver dentro do chamado «regime corporativo.» Deixando os preços de ser aquilatados pela lei geral da oferta e da procura, a tendência será para um agravamento do custo da vida.»... «As reivindicações de carácter social, como por exem-

(1) Obra cit., pag. 60, 61 e 65 (nota).

plo o salário mínimo (para ser mais alguma coisa do que o salário da fome) ou os seguros contra a velhice e invalidez, só poderão descer do campo das utopias para o das realidades concretas, *fazendo perder à moeda o carácter rígido até hoje mantido.*»... «Como o numerário em curso representa um valor insignificante em comparação com as riquezas existentes, as quais se traduzem nas obras e melhoramentos efectuados pelas gerações passadas e nos realizados, contínua e incessantemente, pelas que se lhes seguirão, a política de revalorização *sacrificará o todo à parte.*» Representará «protecção aos detentores do numerário» e significará «a ruína dos devedores de numerário, porque estes, para poderem saldar os seus débitos, terão de vender ou de trabalhar muito mais do que calcularam no *momento de projectar e contraír os empréstimos.*» Não há que objectar com o problema do custo da vida, pois «as recentes estatísticas mostram que, a partir de 1920, o aumento da circulação fiduciária, nos países onde foi praticado, pouca ou nenhuma influência teve no agravamento do custo da vida.»⁽¹⁾ Em resumo, o autor conclui que «o progresso, a felicidade e a grandeza duma nação só poderão realizar-se, no momento social que atravessamos, *empregando os processos novos*, inteiramente diferentes dos

(1) O caso italiano é cheio de significação. A Itália vive há muitos anos em regime largamente deficitário. Não obstante, aumentou assombrosamente a sua riqueza hidro-eléctrica (triplicou-a em 7 anos), secou pântanos históricos para cultivar e povoar novas terras, reconstruiu estradas e portos, criou uma armada e uma aviação poderosíssimas, armou um importantíssimo exército, ergueu escolas e toda a espécie de edificios públicos, e, por fim, sob o peso exaustivo das sanções económicas, impostas pela Sociedade das Nações, levou a cabo a empresa caríssima e difícil da conquista da Etiópia.

preconizados pelos economistas do passado.» (1) Aqui, Correia de Campos sublinha a sua conclusão com esta nota elucidativa: «Houve uma nação que, para acompanhar outra, quando esta fôra forçada a abandonar o padrão-ouro, desvalorizou a sua moeda em mais de 40%. Suponhamos que essa nação, que, para mais, é pobre e pouco desenvolvida, fazia a desvalorização da sua moeda por causas directas ou próprias, emitindo papel fiduciário, com o qual fazia as obras de emancipação económica de que carece; não viria assim a dispor dum enormíssimo capital, sem o pesado encargo de juros a sair das suas magras receitas?!

Que inconveniente haveria, empregando o sistema? Nenhum. Desvalorizaria a moeda, mas era êsse o desideratum — conseguido gratuitamente. Vantagens? Todas, desde que houvesse ritmo no lançamento do papel fiduciário.»

A nação que desvalorizou a sua moeda em 40% foi Portugal, para acompanhar a Inglaterra. Fez-se assim, inútilmente, aquilo que não se quis fazer — aconselhado por ultrapassados autores — com vantagem para a economia do país.

Alongámo-nos, porventura, demasiadamente, em citações de Correia Campos; fizêmo-lo, porém, porque as observações do ilustre publicista veem todas ao encontro das grandes interrogações do momento, poupando-nos de insistir sobre o sentido dos novos problemas que nascem da Revolução da Moeda.

O nosso tempo não traz, de resto, senão a confirmação das previsões de Proudhon e de Charles Gide que, para além do materialismo da ditadura das coisas e sua directa administra-

(1) Obra cit., pag. 68, 69, 70 (nota), 71 (nota), 72, 73, 74, 75, 77 e 78.

ção, proclamaram a necessidade de equacionar os destinos humanos em função de dados espirituais, os únicos resgatadores. Daí a origem do *crédito*, essa conquista moderna do espírito, que, sobrepondo-se a realismos outrora imutáveis, como os que nasciam do coeficiente estabilizador do ouro, está em via de revolucionar toda a economia da nossa época.

E' certo que a *técnica bancária* de Proudhon foi largamente ultrapassada, mas isso apenas prova que o sentido criador das ideologias que a lançaram não encontra limites para as possibilidades económicas que gerou.

Desgraçadamente, aqueles que teimam em governar, fieis às convenções do passado, continuam levando os povos pelos caminhos contrários à sua libertação, tornando dia a dia mais negra e amarga a sua tragédia.

Compare-se, por exemplo, a atitude da Inglaterra em 1931, confiando no valor económico do esterlino por cima do padrão-ouro, com a teimosia francesa, de que o nosso país compartilha, de acumular confiadamente as reservas metálicas, enquanto a balança comercial periclita.

¿Para que manter todavia a ilusão do prestígio do ouro, quando todos veem pouca relação entre as reservas acumuladas dêsse metal e as possibilidades da balança comercial dos respectivos países?

O ouro — confessa-se — não é mais um freio regulador de operações económicas, mas — acrescenta-se — é ainda um instrumento de especulação externa. Assim a face capitalista se desmascara. O *ouro* serve de alavanca universal, nas mãos daqueles que, deslocando-o, criam os desequilíbrios, as perturbações, os perigos imprevisíveis de que êles beneficiam, enquanto os povos sofrem.

Pelo contrário, o *crédito*, que pode e deve ser nacionalizado e ordenado em função dos interesses legítimos e das liberdades dos trabalhadores, mostra-se como a forma segura de criar e regular as possibilidades da verdadeira justiça económica.

A REVOLUÇÃO ECONÓMICA E A JUSTIÇA SOCIAL

De Oliveira Martins a Bento Carqueja, passando pelos planos de Mariano de Carvalho, todos os economistas portugueses contemporâneos frisam a impossibilidade de se sair do marasmo em que caíram as actividades nacionais, enquanto se mantiverem as circunstâncias que amordaçam as iniciativas e esterilizam a riqueza pública.

¿ Quais então as características duma política financeira e duma política económica, capazes de dar o impulso necessário e justo à marcha económica do país?

Já se viu como é errada a política que considera pedra angular da sua acção o recurso aos grandes empréstimos internos. Mais errada ainda, e contraproducente, se mostra, por certo, uma política que se firma no acréscimo da receita fiscal, num país em que o peso do imposto já em 1909 causava o assombro e a amargura de Poincaré, e que nos últimos anos recebeu ainda um aumento de 93,0/0. Em ambos os casos, com efeito, não se obtém outro resultado que não seja a baixa do nível médio de vida e o agravamento portanto das condições que urge combater.

«Não há dinheiro!... A tragédia da fome!»

«De há 50 anos para cá, nunca as classes pobres atravessaram tamanha crise, como a actual.»

«Se houvesse uma porta aberta por onde em busca de pão pudesse sair a população faminta dos nossos campos, o êxodo seria formidável...»

Assim o afirma, num desassombro trágico, o dr. Ribeiro Cardoso, no seu recentíssimo trabalho «Saibam quantos...» ⁽¹⁾, que é um alanceado grito nas trevas...

«Na maioria das nossas freguesias rurais, contam-se pelos dedos de uma das mãos o número dos proprietários rurais que, vivendo exclusivamente do granjeio da terra, podem retirar do seu orçamento, sem desequilíbrio, a quantia de 5\$00 mensais para o cofre das «Casas do Povo». ⁽²⁾

A palavra «fome» é aqui uma palavra sonora para efeitos de especulação política? Não. O dr. Ribeiro Cardoso, que acabamos de citar, é presidente da União Nacional de Castelo Branco. E', pois, uma indiscutível verdade. Uma grande parte da população nacional encontra-se no estado de espírito que nasce da miséria: o terror das dificuldades, cada dia mais graves; a mesquinhez duma vida, onde já não há nenhuma margem para a tranquilidade, que nasce da confiança; o círculo trágico que nos envolve e que surge cada manhã mais próximo e inexorável. Saídos dum bêco sombrio, entrámos noutro.

Como sair agora?

E' bem claro que só num plano revolucionário, que se não embarace com os destroços dos velhos ídolos caídos, pode residir o impulso inicial e a regra orientadora duma nova marcha.

O êrro maior, em que o passado induziu o presente, consiste, por certo, na regra pela qual

(1) «Saibam quantos...» — Ed. Portela Feijão, Castelo Branco, pag. 36 e 38.

(2) Ob. cit. — pag. 35.

ta à fiscalização do país. Cessarão desta maneira o «favor» e o «capricho», para, em seu lugar, se organizar o direito dentro da ética revolucionária.

Assim, orientar a economia não será submetê-la à intervenção de organizações complicadas e burocratizantes, que são a regra no Estado, mas reforçá-la por órgãos especializados e privativos de cada um dos ramos fundamentais da actividade nacional (Agricultura, Indústria, etc.), no sentido duma justa administração das possibilidades que lhe forem destinadas pelo plano de ressurgimento nacional.

Uma vez organizado, desta maneira, o crédito, em base nacionais, mas especializadas, de fôrma a poder chegar, por um mecanismo rápido e expedito, ao alcance de todas as iniciativas justas e tecnicamente estudadas pelos organismos sindicais competentes, ao Estado caberá, então, além da função fiscalizadora, o dever de procurar pelos outros serviços nacionais, de que tem a iniciativa e a orientação, a segurança e o desenvolvimento da prosperidade geral.

Paralelamente, pois, aos problemas do crédito, ter-se-á em conta aqueles que se prendem com uma política de exportação (Remodelação comercial do Ministério dos Estrangeiros, Prémios de exportação, Transportes, etc.) e outros que, como o Turismo, se prendem com o aumento de capacidade económica nacional.

Eis, indicadas em síntese, as características duma política económica e duma política financeira revolucionárias, tendentes a realizar: 1.º, uma política monetária que reforce as possibilidades máximas do crédito; 2.º, uma distribuição justa do crédito, em função das actividades nacionais; 3.º, uma fiscalização activa das relações dos organismos de Produção entre si e das rela-

ções entre a Produção e o Consumo; 4.º, uma acção de estímulo e coordenação geral.

A justiça proclamada pela Revolução satisfaz-se, directamente, com as maiores possibilidades que os conceitos da sua política económica trazem ao país, e com o critério com que são postas ao serviço dos trabalhadores, aumentando-lhes, por todos os meios, a capacidade de compra.

E' realmente tempo. A situação trágica das massas proletarizadas e das classes médias em via de se proletarizarem não pode continuar, sem que o sentimento da injustiça, que arde no coração de todas as vítimas, não acabe por se erguer em labareda catastrófica e vingadora.

Todos teem o direito de viver, e não se pode chamar vida à situação dum trabalhador «em que lhe não fica um instante para repouso do espírito, apenas as horas indispensáveis à reparação das fôrças; em que lhe não resta uma migalha de sobra — oxalá que o salário chegue para não estalar de fome —; em que o operário e a sua família, se acaso a pode ter, vão descendo cada dia na estrada da miséria, até baterem às portas do hospital, da cadeia, ou do prostíbulo.» (1)

Pelo contrário.

Justo é, pois, que se erga a um nível económico salutar o trabalhador, e isto só o pode fazer a Revolução, pois que, «se dentro dêle (regime capitalista) o proletariado como classe não pode atingir o capital, da mesma forma que os servos e colonos *jâmais teriam obtido a terra* a não serem as leis que lha outorgaram, como poderão os proletários, impossibilitados de mudar de condições, preparar uma sorte diversa para seus

(1) Oliveira Martins — «O Regime de Riquezas», — pag. 213.

filhos? O filho do operário é operário. O pai era pobre e ignorante? O filho cai com frequência na mendicância e no vício, a filha na prostituição (1).

Como sair senão rompendo?

Reconstruir sobre as bases actuais, é prolongar uma injustiça em que o *standard* de vida da maior parte representa uma condenação sem apêlo para a sua dignidade de homens.

O PROBLEMA DA PROPRIEDADE

A solução dos problemas económico-sociais, dentro do espírito da Revolução, está naturalmente ligada ao princípio que informa o direito revolucionário de propriedade.

Propriedade e personalidade são duas condições máximas de comunidade. Por isso, considerar o problema da propriedade é, em primeiro lugar, rever as idéias que inspiram a formação da comunidade no plano da Revolução.

A comunidade, já se disse, é ou tende a ser, segundo a definição de Mounier, uma «pessoa de pessoas», isto é, a resultante harmónica dos esforços sem comum dum grupo humano, que procura realizar a vocação de cada um dos seus elementos. Assim, frise-se, a comunidade constituída segundo este espírito não perde jámais as características humanas da sua origem nem pode nunca, também, reclamar das pessoas que a formam a renúncia de si próprias. Resultam daqui conceitos ético-jurídicos que alargam todas as perspectivas da justiça social. O primeiro de todos é, sem dúvida, aquêlê que estabelece como finalidade máxima da sociedade a criação do

(1) O. M.—Obr. cit. pag. 215.

meio moral e material onde a pessoa humana encontra o seu desenvolvimento. Os outros, completam o seu sentido geral, confirmando ao homem os direitos da sua liberdade moral e jurídica e os deveres que a solidariedade do seu grupo lhe impõe.

Duplo movimento: ruptura e aliança. Ruptura, pois que o homem se nega a aceitar, como signo de comunidade, a imposição da simples vontade geral (a vontade da maioria) e reclama a sua liberdade de escolha; aliança, porque o homem seguindo as indicações naturais do seu comunismo (comunidade familiar, profissional, espiritual, etc.) se agrupa segundo afinidades próprias em núcleos de sólida estrutura, que tomam mais forte e coesa a comunidade nacional.

Nada, com efeito, mais contrário aos interesses da personalidade do que a lei geral imposta pela vontade colectiva e que, por natureza, faz tábua rasa de todos os particularismos e liberdades próprias da pessoa. Quer seja pois a vontade da maioria ou a vontade dum tirano — a dignidade humana não pode aceitá-las como expressão de justiça. E, aqui, nascem os motivos de rompimento que ameaçam o equilíbrio da comunidade, surgindo em ódios e tiranias que se defrontam sem descanso.

Pelo contrário, quando os autonomismos, sob o signo dos quais se organizam as afinidades naturais e morais do homem, encontram a sua expressão no pluralismo de fórmulas jurídicas que os atendem e reforçam, então a pessoa encontra o meio que é próprio ao seu desenvolvimento e o clima duma solidariedade que é propícia à expansão dos outros homens. Só então a comunidade é legítima, por ser de facto a coordenação harmónica da vontade de todos em função da vontade de cada um.

Eis a comunidade revolucionária. Em face dela e dos direitos que ela consigna, é porventura possível definir a posição do princípio de propriedade, princípio que resulta, logicamente, da finalidade económica com que a Revolução justifica a formação da própria sociedade, e segundo a qual o homem encontra nela as possibilidades materiais do seu autonomismo e expansão própria.

O direito de propriedade é, assim, o elemento fecundante da personalidade humana. Logo, porém, à luz dos mesmos princípios, se enxerga o limite desse direito. Nascendo do apoio que a posse material dá à liberdade do homem, termina naturalmente onde essa liberdade acaba. Quer dizer: a posse dum bem só é legítima, quando esse bem se não torna tirano do seu senhor, ou tirano doutrem.

A propriedade — como acontece ao grupo social — não constitui um fim de si própria, mas sim um meio. Só como tal a Revolução a entende e como tal a considera de justo direito para todos os membros da comunidade, pessoas singulares ou colectivas.

Tão condenável é para a Revolução a grilheita dura da miséria como a grilheita trágica do ouro. Escravo duma ou doutra tirania, o homem nas duas posições, abdica igualmente da sua personalidade.

Eis porque, ao mesmo tempo que a ética revolucionária condena o capitalismo e todas as outras formas de usura, que são fonte permanente de tirania, dos que possuem, como das suas vítimas, prepara a desproletarização das massas, como primeiro passo da sua libertação. Há, assim, no princípio de propriedade, um máximo que é requerido pela necessidade de apoiar todo o desenvolvimento da pessoa, e um mínimo que é o

indispensável para a libertar da miséria. Para além desse máximo, aparece o supérfluo, que de direito é pertença do grupo social onde deve contribuir a elevação do bem comum.

Entre essas duas posições, a Revolução não descança em procurar as possibilidades dum mais alto nível geral da vida humana. E é aqui que intervém então o engenho humano (progresso material) e as possibilidades novas criadas pelo pluralismo revolucionário às instituições sociais.

Tais são os elementos fundamentais do plano da Revolução, no campo das relações entre a justiça social e a propriedade.

* * *

¿Provado o direito e a vantagem, que tem todos, de apoiar a sua liberdade num mínimo de posse material e defendida a solidariedade para com o grupo económico, solidariedade que reclama a contribuição do supérfluo ao desenvolvimento do comum, como realizar? Definida a doutrina, qual a tática revolucionária que a põe em prática?

CASAL DE FAMÍLIA

(MÍNIMO BASE)

O mínimo de apoio material, que a liberdade da pessoa reclama, é:

- a) a habitação e, para o camponês, terra adjunta;
- b) o salário mínimo (critério económico);
- c) subsídio familiar (critério social).

Acrescenta-se: habitação impenhorável e inalienável, salário na saúde, seguro na doença, reforma na velhice.

A habitação é um problema de crédito individual, o salário mínimo um problema de justiça económica; em ambos os casos, problemas de organização.

I — CRÉDITO DO TRABALHADOR

O crédito do trabalhador é: ⁽¹⁾

- a) individual (sobre a sua caderneta de trabalho ou a sua caderneta de contribuinte);
- b) colectivo (aquele que provém dos recursos do seu sindicato ou grupo económico de qualquer natureza a que pertença).

Organização: Organismos locais distribuidores de crédito. Organismos locais coordenadores do trabalho.

II — SALÁRIO MÍNIMO

O *salário mínimo* é o salário indispensável para a alimentação e vestuário do trabalhador.

(1) O problema da distribuição do crédito é fundamental num regime de equidade económica. Pela maneira em que hoje é regra distribuí-lo, o crédito só aproveita aos ricos, que assim teem nêle uma poderosa alavanca da maior riqueza. O crédito bancário é um "favor," que, por vezes, se dispensa às pequenas fortunas e aos trabalhadores. De "direito," e de facto, só está, porém, aberto para os que teem *muito de seu*.

A pequena iniciativa da classe média ou do operário vê-se, regra geral, obrigada a recorrer ao agiota, que o mesmo é dizer, à escravidão e à contingência.

Na sua "moral," a sociedade actual nunca considerou a necessidade de garantir o crédito, senão aos que podem caucioná-lo com capital próprio. Só êsses são «honestos» e dignos de ajuda. O crédito é, apenas, um negócio.

Para a justiça da Revolução, pelo contrário, o crédito é um direito que a todos deve ser garantido. Para caucioná-lo, basta criar a mecânica duma distribuição, em que entre o acôrdo dos organismos de crédito com os organismos do trabalho ou o testemunho das repartições públicas competentes.

Salário máximo é o *salário justo* que corresponde directamente ao lucro industrial da empresa.

A margem que vai entre as duas espécies de salários é igualmente devida ao trabalhador, mas é-lhe paga, indirectamente, através dos organismos de crédito e de trabalho em:

- a) Amortização dos subsídios para habitação;
- b) Amortização dos subsídios para fundo de iniciativas de utilidade económica reconhecida;
- c) Fundo de seguro contra doença e reforma na velhice. (A Empresa e o Estado contribuem para êste Fundo numa justa proporção);
- d) Capitalização em forma de acções operárias, individuais ou colectivas, que tornem o operário interessado nas empresas;
- e) Férias pagas e desenvolvimento espiritual. (A Empresa e o Estado contribuem também para êste fundo).

III — PROTECÇÃO À FAMÍLIA

A protecção à família é um acto de justiça social, pelo qual a comunidade assegura a sua continuidade e desenvolvimento.

O Fundo de protecção à família é constituído por:

- a) Taxa sobre a tributação do *supérfluo* (Imposto progressivo);
- b) Imposto sobre o absentismo;
- c) Taxa sobre o jôgo.

O Fundo de protecção à família destina-se a:

- a) Subsídio familiar. ⁽¹⁾
- b) Maternidades, crêches, cantinas escolares, colónias infantis (Praias e Montanha), etc..

(1) O subsídio familiar não tem nenhuma relação com salário mínimo, que é de natureza individual.

DESPROLETARIZAÇÃO

Enquanto o salário mínimo, capaz de fazer frente às despesas de alimentação, é determinado pelo preço dos géneros de primeira necessidade, a margem de salário complementar, que se harmoniza com o salário industrial, varia com o aumento dos lucros da empresa.

Assim, não só se garante satisfação à necessidade vital do trabalhador, como se interessa o seu trabalho na marcha da empresa de que faz parte. Este interesse é economicamente indispensável, pôde e deve traduzir-se, num maior esforço voluntário do trabalhador em favor da empresa, da *sua* empresa, pois com ela acaba por identificar os seus interesses em trabalho e em capital (acções operárias).

Põe-se desta maneira nas suas mãos uma alavanca útil à sua própria desproletarização, assegurando-se ao mesmo tempo a devida fiscalização financeira e técnica (organismos de crédito e de coordenação de trabalho) da sua iniciativa.

TRABALHO INDUSTRIAL E TERRA

Proibiu-nos a natureza dêste trabalho entrar nos aspectos particulares do problema. Propondo-nos apenas indicar bases de acção, temos que deixar naturalmente para regulamentarizações futuras êsses aspectos. Todavia, torna-se indispensável notar, desde já, como as soluções apontadas se manifestarão em campos de índole inteiramente diferente: indústria e terra.

No domínio industrial é mais fácil, por certo, interpretar as formas de que se revestirão dentro da nova ética social.

O problema da terra é, porventura, mais delicado de se equacionar e é por isso de certa uti-

lidade que se lhe juntem algumas observações ainda.

¿ Dada a natureza ruralista dos portugueses, o seu apêgo à terra, o fraccionamento desta em grande parte do país, a miséria da lavoura média, o seu individualismo, etc., como realizar a obra de Revolução, sem correr o risco de perturbações tão perigosas neste domínio?

As dificuldades estão logo no princípio.

¿ O casal de família rural englobando habitação e uma pequena gleba subsidiária, será praticamente possível?

E'.

Todo o problema reside numa orgânica rural que crie instrumentos suficientemente dotados para a obra de coordenação do trabalho e distribuição do crédito. (¿ Restaurar-se-á devidamente o valor da Junta de Freguesia? ¿ Criar-se-á a Junta Corporativa? Pouco importa.)

Possível será então a formação dum Fundo de Propriedade, capaz de, com certa rapidez, ir dotando de *casal* a família rural.

Decerto, aqui interveem, duma maneira imperiosa, os conceitos da ética jurídica revolucionária. (1)

Mas que grande e trágica chaga êles não são chamados a curar?!

Assim, para a criação do Fundo Agrário in-

(1) E' interessante recordar o que, no capítulo de Reforma Agrária, alguns países europeus sentiram necessidade de fazer, perante a ameaça bolchevista: Na Tchecoslováquia foi reconhecido, sob certas restrições, o direito dos cultivadores arrendatários se tornarem proprietários das terras que cultivam; na Polónia expropriam-se os terrenos que vão além de 75 hectares; na Hungria deu-se terra, por uma só vez, a 400.000 trabalhadores do campo; na Bulgária conseguiu-se fazer proprietários 500.000 trabalhadores sem terra, o mesmo acontecendo na Romenia.

dispensável, recorrer-se-á a várias medidas justas mas inevitáveis, como sejam:

a) Os conjuges sem filhos, só poderão dispor dum terço da sua fortuna, pertencendo de direito os dois terços restantes da herança à «Junta»;

b) A Junta tem direito de opção na compra de prédios rústicos, dentro da respectiva área;

c) ⁽¹⁾ Tributação pesada para aqueles que, possuindo terras, não vivem para elas, mas sim para o emprêgo público, obrigando-o a optar.

Com estas medidas e outras de índole igual, já por certo se terá terra para o casal de família. Será até, porventura, maior o *Fundo de Propriedade* do que se precise para o efeito. Aumentemo-lo ainda com as possibilidades que o imposto progressivo bem orientado sobre os grandes proprietários absenteístas nos traz, e ter-se-á terra para mais altas intenções de justiça social agrária.

Não julgamos que seja preciso ir mais longe ⁽²⁾. Uma vez — e isto é fundamental — apoiada a liberdade do trabalhador rural num pedaço de gleba, o problema agrícola estabelece-se mais em

(1) Sugestão do Dr. Ribeiro Cardoso, Ob. cit., pág. 70.

(2) E para que ir mais longe, com efeito? A experiência agrária russa deve esclarecer-nos para evitar a repetição de novos erros.

Que fizeram os russos?

Começaram pela nacionalização das grandes propriedades e domínios da corôa, entregando-os ao velho regime agrário da *Obstchina* (A Terra é do Estado; casal; terras de sementeira repartidas todos os 15 anos; pastagens comuns), ao mesmo tempo que vão criando as «comunidades», e as *Sovkoz*, às quais dão toda a protecção e vantagem. Passam depois, em 1929, à colectivização de todas as terras, casal, animais, meios de produção, através dos *Kolkhoz*, e, mesmo, à «comuna integral», em que até os utensílios domésticos são da comunidade.

Que resultados obtiveram os russos?

Maus, e tão maus que Staline em 1933 criou o tipo in-

função duma nova orientação social-económica, cooperação, federação e comunalização, do que nos processos que trazem maior retalhamento da propriedade.

Seria, porém, impertinência fixar de antemão o caminho.

Nêste capítulo, o pluralismo revolucionário tem, como em nenhum outro, todos os direitos.

Nenhuma universalidade para a lei agradaria, eis o princípio base.

Pluralismo de fórmulas jurídicas e pluralismo de formas económico-sociais.

¿O pluralismo de formas sociais-económicas não será incompatível com as possibilidades de uma orientação geral, dentro do plano de antemão marcado, pela justiça revolucionária? Pelo contrário, pois a melhor virtude da verdadeira ética revolucionária está exactamente na plástica espiritual com que aceita todas as formas e rit-

termédio, em que já se concedem a habitação coma gleba adjunta, os animais domésticos, etc.

E estão contentes? Não. O caminho que se está seguindo para as velhas fórmulas *Obstchina* e *Artel* é evidente.

E' Staline quem o confessa: (Discurso de Staline no XVII Congresso do Partido Comunista. 1934.) «O *Artel* adapta com sucesso os interesses pessoais aos interesses sociais, facilitando por isso mesmo a educação das iniciativas particulares no espírito do colectivismo..... Pelo contrário, na «comuna os interesses individuais não eram tomados em consideração e combinados com o interesse geral, mas sim asfixiados por este último, num espírito de nivelamento de pequena burguesia..... Assim, esse «nivelamento das necessidades e da existência pessoal é uma absurda reacção de pequena burguesia, digna de uma seita de ascetas primitivos e não duma sociedade de marxistas. Não se pode, com efeito, exigir que os homens tenham as necessidades e os gostos idênticos, e que toda a gente viva segundo um modelo único».

Banir certa propriedade individual é um erro averiguado. Os próprios anarco-sindicalistas (Pestaña) o reconhecem.

foi possível separar em planos diversos o problema financeiro ⁽¹⁾ do problema económico...

«Primeiro o financeiro, depois o económico, depois o político»... Fórmula errada.

O financeiro não se resolve, se paralelamente se não forem encontrando soluções para o económico. Pode mesmo afirmar-se que os dois juntos formam, em verdade, um problema apenas, a várias equações. Só resolvendo-as em função de determinadas incógnitas, se teem os elementos para a solução total que se visa.

Enriquecer o Estado sem aumentar a riqueza pública, antes enfranqueando-a, com ser uma injustiça, é apenas construir um belo edifício em chão de areia... ⁽²⁾

(1) "Não é nas medidas financeiras que se deve procurar a origem da sua fortuna. E' no fomento agrícola. A Argentina refez-se pela agricultura cerealífera. As finanças públicas compuseram-se, mas enriquecendo-se primeiramente a nação. A obra de fomento precedeu a obra financeira. E' essa a verdadeira cronologia económica." (Anselmo de Andrade, "Portugal Económico", pag. 168.

"E' pavoroso o nosso deficit (financeiro), mas deem-nos boa economia, e logo teremos boas finanças. Enriquecer Portugal, eis todo o problema financeiro." (Anselmo de Andrade "Manifesto da Cruzada Nacional D. Nuno Alvares Pereira", Maio 1921.)

"O problema financeiro está por tal modo ligado ao problema económico, que um não pode ser resolvido sem o outro, e estes estão de tal modo ligados à resolução do problema político, que não poderão ser resolvidos sem este estar solucionado." (Barros Queiroz, Conferência no Porto, em 23 de Abril de 1921).

Citações de Ezequiel de Campos in "Lázaro", pag. 57.

(2) "O Estado tem obrigação restrita de ser pobre.... Onde o Estado enriquece, a comunidade está roubada, porque se lhe extorquiu mais em imposto do que se lhe deu em serviços, e as relações dos indivíduos com o Estado, tendo por base a troca, não podem ter por fim o lucro do mesmo Estado, representado pelo príncipe, pela corte, pela nobreza ou por qualquer outra classe privilegiada."

(Ramalho Ortigão, "Farpas", — A Sociedade — pag. 124.

No estado de indigência em que se encontra o país, é bem evidente que todas as reformas serão inúteis e todas as tentativas de ressurgimento se tornarão estéréis. O primeiro passo da política económica de Revolução está indicado: o aumento da capacidade de compra para todos os trabalhadores. ⁽¹⁾

Para isso, as vias revolucionárias, abertas pela Revolução da Moeda, serão aproveitadas, sem hesitação, seguindo a norma dentro da qual dirigir e orientar os automatismos do Crédito e da Produção é, sobretudo, saber como dominá-los em função dos direitos da personalidade humana.

Eis porque os organismos de coordenação e desenvolvimento do Crédito devem ser nacionalizados, constituindo, como constituem, um serviço público de primeira grandeza.

Assim serão quebrados certos privilégios; e o crédito, formando um instrumento poderoso da comunidade, será pôsto, de harmonia com as indicações sindicais e nacionais, ao serviço das actividades de todos.

¿ Economia dirigida ?

Como um cronista francês do nosso tempo justamente reconhece, a economia foi sempre dirigida, mesmo em pleno liberalismo económico, porque então ela dependia do comando todo poderoso da plutocracia.

Sòmente, não está no plano da Revolução substituir o monopólio do capitalismo privado pelo monopólio do Estado, mas, sim, dar à economia uma orientação nacional, inspirada pelas organizações da produção e do trabalho, e sujei-

(1) Numa sociedade organizada por inspiração revolucionária, todos os seus membros são trabalhadores, embora repartidos por categorias diversas de trabalho.

mos da vida humana, sem necessidade de lhe *standardizar* os limites ou de lhe uniformizar a cadência.

Todas as fórmulas encontradas pelo homem, para equacionar, ao longo da história, os problemas que exprimem os seus anseios, encontram na Revolução um sentido novo, que as actualiza e reforça.

Nada se rejeita do que representa uma conquista na difícil marcha das instituições sociais.

Sem nenhuma intenção pragmatista, mas acatando as indicações dum empirismo criador, considera-se de interesse revolucionário tudo o que mostra a sua utilidade ao serviço do homem.

Eis porque todas as organizações agrárias, que no passado ou no presente revelam ensinamento que aproveite à estrutura das instituições revolucionárias, serão estudadas nas suas intenções e aproveitadas no que possa delas ser actualizado.

A riqueza dêsse pluralismo comunitário enche a história social-económica dos portugueses. Desde as simples *mutuas* à cultura comunal da terra, a gama das fórmulas, com que se atendeu às necessidades e anseios diversos, é das mais completas. Nela se mostra, por vezes com soluções que se eternizaram, o propósito de equacionar os problemas do nosso ruralismo dentro dum profundo espírito prático. Os gados em comum, o regime dos afolhamentos, a previdência, etc., tudo demonstra a nossa vocação solidarista, em reforço do nosso personalismo caracterizado.

Entre as fórmulas encontradas e ainda subsistentes, é curioso registar o regime de cultura por que se rege ainda hoje a herdade comunal da Zibreira (Beira Baixa), regime tão próximo da *Obstchina* russa.

A referida herdade, terreno de 600 alqueires

de sementeira, doada em tempos por uma família altruísta, ou talvez em cumprimento de qualquer voto, à povoação de Zibreira, para com os seus rendimentos se prover à manutenção e ajuda dos seus escolares em Coimbra, é há longos tempos cultivada neste regime de *junteiros*:

1.º — A terra é da comunidade local;

2.º — Uma Junta de nomeação popular distribui todos os anos, por sorteio, o terreno destinado à cultura;

3.º — Tem direito a um lote de terra todo aquele que tiver de seu uma junta de bois de trabalho;

4.º — Os gados da povoação são pastoreados em comum;

5.º — Tanto os donos dos gados, como os lavradores, pagam à Junta um ónus com que ela faz face aos encargos de comunidade.

SINDICATOS E CORPORAÇÕES

Se a História das instituições nos assegura que as liberdades políticas se garantem sempre em regime de descentralização, não menos nos prova também que o mesmo regime se torna indispensável à segurança das liberdades sociais-económicas.

Descentralizar é libertar.

Por isso, se a política económica da Revolução se inspira numa comunhão geral de interesses e aceita como órgão coordenador dêsses interesses um centro especial de acção, não perde nunca o seu verdadeiro sentido descentralizador.

Coordenar actividades e federar organismos sociais-económicos são, na verdade, atribuições que em nada desrespeitam — antes lhes dão mais coesão e eficácia — as prerogativas das unidades que constituem a comunidade.

Descentralizar, no plano da organização social-económica, é, em primeiro lugar, estabelecer, com liberdades e garantias estatuídas, a unidade dessa organização.

O Sindicato é essa unidade.

Há quem tema a palavra por demasiada tradições de agressividade e de luta social que lhe valeram o seu papel do passado. A Revolução aceita porém todas as palavras que representam dinamismo e acção, seja qual fôr a sua origem. Só essas, mesmo, lhe podem interessar como auxiliares na sua dura marcha. Na luta espiritual, que é a única decisiva, as palavras teem de surgir armadas e fortes, para abaterem preconceitos de insondável resistência.

A palavra **Sindicato** é uma palavra-fôrça e significa para os trabalhadores a armadura necessária para a sua defesa e segurança.

Tomando o sindicato para unidade fundamental da organização social económica, a Revolução aceitou a palavra e o seu significado perante as massas trabalhadoras: grupo profissional de uma única profissão e de um mesmo elemento da Produção.

Os sindicatos mixtos, englobando representantes dos seus diversos elementos: capital, técnica e mão de obra, revelaram-se impróprios para a sua função unitária e caíram na desconfiança dos trabalhadores. Quando muito, aceita-se, para evitar dificuldades de maior, o sindicato que agrupa êsses elementos em secções diversas.

O sindicato simples é pois o sindicato ideal, aquele que melhor realiza a unidade profissional e moral de cada elemento da Produção. Dêste facto, hoje incontroverso, resultou porém, com maior acuidade, a necessidade de resolver o problema das relações entre os factores sociais-económicos especificamente organizados.

Aqui surge então a tentativa dos conselhos **paritários** que o fascismo coordenou na **Corporação** restaurada.

Da intenção à realidade medeia, porém, um grande passo.

A experiência da **Corporação** a-pesar-das sucessivas etapas por onde teem passado, está por certo bem longe de atingir uma fase de verdadeira justiça social.

Muitas são as críticas que a sua organização e funcionamento teem suscitado. A mais grave de todas e que, de certo modo, as resume, é esta: a corporação, na sua modalidade actual, é um instrumento para manter o *statu quo* social-económico. E assim é. Elemento estabilizador de segura eficácia, mas estabilizador dentro da injustiça de muitas situações actuais, a corporação restaurada pelo fascismo, mostra-se fóra das vias da Revolução, porque se opõe ao livre desenvolvimento da personalidade.

A Revolução não pode, com efeito, aceitar nenhum conformismo e não se pode negar, que na prática, o primeiro efeito da «corporação» seja a criação dum espírito conformista por parte dos trabalhadores da mão de obra. Assim, a dificuldade, que logo se definiu e mantém, em a fazer aceitar pelas massas, as quais, a não serem movidas por entusiasmo político, se lhe mostram inteiramente irredutíveis.

No fundo subsistem as razões que precipitaram o julgamento dos homens da Revolução Francesa, impossibilitando-os de actualizar, dando-lhe um novo sentido, o regime gremial medievo.

A aspiração que nasce com o Homem, de se erguer na escala dos valores económicos, não se compadece com os limites que porventura o destino do seu nascimento lhe marcou, e muito me-

nos, portanto, com aqueles que as instituições pretendam estabelecer-lhe.

Nascer humilde não é uma razão para **aceitar** as amarguras que tal condição impõe. Nunca de certo o foi. Hoje, porém, tal renúncia é inteiramente incompatível com a consciência revolucionária das gerações novas.

No fundo de todos nós, grandes ou pobres escravos da terra, lateja e vive, em proporções diferentes mas sempre em alta labareda, o sentimento dignificador de eterno anseio, que a grandeza da nossa personalidade justifica. Por isso, o homem se não resigna perante os rigores da posição que lhe indicou a vida, e vai eliminando, uma atrás das outras, ora sofrendo o golpe das reacções, ora avançando no turbilhão das revoltas, as instituições que se revelam impotentes em realizar mais justiça.

Desta maneira, as organizações da Produção e do Trabalho que não trazem dentro, de si as possibilidades de transformar a situação dos trabalhadores da *mão de obra*, não colhem, e com razão, os sufrágios das massas operárias, nem portanto a sua indispensável colaboração.

No plano revolucionário atende-se, pois, e em primeiro lugar, ao estudo dessas possibilidades e à forma de lhes dar corpo nas instituições que êle inspira. Eis porque, definido o sindicato como unidade base duma política económica-social, o cuidado maior da Revolução estará em criar garantias á sua liberdade, através da outorga duma individualidade jurídica e das condições que informam os processos da sua formação. Da mesma forma, quando se estabelece o problema das relações entre os diversos elementos da Produção, o pensamento revolucionário começa por consignar um pé de igualdade para os direitos da mão de obra e termina por considerar a ne-

cessidade duma orgânica, em que a solidariedade moral dos trabalhadores se reforce da solidariedade material entre a propriedade e o trabalho (Função social da propriedade). Só assim se não contraria, de resto, a essência própria ao sindicalismo. Este não considera, com efeito, justa, qualquer organização social-económica, dentro da qual mantenha uma posição privilegiada um dos seus elementos. Eliminar o lucro do capital privado, pondo-o ao serviço do grupo económico — tal é a função suprema do Sindicalismo.

Dentro dum regime verdadeiramente sindical, a Corporação, ou o organismo com outro nome que a substitua, poderá e deverá ser o instrumento pelo qual a Revolução servindo-se do **capital e técnica** de mãos dadas, erguerá a **mão de obra** até ao nível das classes médias, cumprindo a missão que a justiça lhe impõe: a desproletarização das massas.

Tal organismo não poderá, como a Corporação, na fase fascista esmagar a vida sindical. Bem pelo contrário. Do ritmo dessa vida, da sua intensidade e livre espírito criador, colherá a Corporação do futuro o ritmo da sua própria existência.

O Sindicato, tomado como base das instituições sociais-económicas, receberá delas todas as vantagens e todas as garantias jurídicas que a sua independência e justo desenvolvimento reclamarem; e, organismos paritários, coordenando os sindicatos, estabelecerão em regime de colaboração estreita, um corpo independente que assumirá as funções legislativas para a profissão e estabelecerá o plano do desenvolvimento económico do país.

Descentralização até aos sindicatos, coordenação até ao Conselho de Economia Nacional, eis a regra.

A MÁQUINA

¿O domínio da técnica sobre o mundo económico dos nossos dias é um bem ou representa um perigo?

¿A máquina, acelerando o ritmo da produção em proporções quasi ilimitadas, criando a possibilidade de reproduzir em série um objecto inteiramente igual e realizando a divisão extrema do trabalho — é um inimigo ou um deus tutelar?

As opiniões dividem-se.

Respondem uns que a desordem económica é obra da revolução industrial e a máquina o seu pior e trágico factor. Querem outros que as possibilidades da técnica, que a máquina tornou infinitas, sejam a melhor e única esperança do homem do nosso tempo.

¿Como encara a Revolução o problema?

Para o pensamento revolucionário, a máquina tem em si os mais graves perigos e significa a sua melhor esperança.

Os perigos proveem da sua acção sem limites sobre os destinos do trabalhador, tornando-o autómato servidor das suas engrenagens e vítima das possibilidades novas que o capital dela tira actualmente; a esperança está naturalmente nas vantagens sem número, que uma nova estrutura social, adaptada às conquistas da técnica (1), pode trazer, para resgate do homem da dura escravidão a que o condena o trabalho.

Com efeito, o problema da máquina, estando, como está, inteiramente ligado ao problema das

(1) Si nous voulons de plus en plus afranchir l'homme des soucis matériels, c'est pour qu'il puisse employer sa liberté reconquise à l'étude et à la contemplation de la vérité.

H. Poincaré, "La Valeur de la Science," Introdução, pg. 1.

instituições sociais, tem as suas soluções fatalmente ligadas às que para este se fôrem encontrando.

Dentro dos conceitos económico-sociais por que se orienta esta época, é evidente que a Máquina, aumentando a riqueza sem que se atenda à justiça da distribuição desta, só pode trazer a desordem económica (super-produção, trigo a mais!, café a mais!, etc.) e a tirania capitalista (concentração industrial, baixa da mão de obra, salários em decrescente proporção com os lucros da empresa, desprezo da personalidade do trabalhador, etc.).

Esta é, com efeito, a situação actual. Mas isto quer apenas dizer que a Revolução industrial não correspondeu a Revolução nas instituições, e que no domínio social o homem não acompanhou o ritmo das transformações económicas.

Aqueles que amaldiçoam os triunfos da técnica e erguem mesmo a mão revoltada contra a máquina, aconselhando o regresso a tempos mais simples, não consideram por certo, o problema neste seu aspecto, todavia essencial, julgando mais fácil opôr às realidades dos tempos a solução dum recuo inteiramente impossível e absurdo, do que procurar no caminho do futuro mais segura e lógica defesa.

«Recuar» é a solução que todas as reacções advogam nas horas difíceis da História, por ventura quando na marcha dos tempos se preparam largos passos em frente.

O ritmo da vida humana é hoje de tal ordem, que um passo à rectaguarda significaria de certo uma catástrofe, de consequências mais trágicas do que aquelas que resultam da sua actual aceleração.

¿Como voltar, de resto, ao ritmo anterior, se a todos domina o anseio duma marcha mais rápida

ainda? ¿Desordem económica? ¿Como impedir a derrocada geral, se o homem se resolvesse a renegar a sua obra, repelindo a técnica, destruindo a máquina, a maior das suas conquistas materiais?

¿Mas não é hoje o homem escravo dessa obra, vítima do seu próprio engenho?

E', evidentemente. O que urge, porém, não é renegar o engenho, o que equivaleria para o homem renegar-se a si próprio, mas, sim, criar as condições da sua libertação, invertendo os papéis, de forma a conseguir que seja o homem a dominar a máquina, servindo-se dela, reforçando-se com ela, e não a máquina a dominá-lo a êle. ¿Não foi isso que o homem fez, quando criou e desenvolveu a sua utensilagem anterior à máquina?

A utensilagem anterior à máquina era capital individual, possível portanto sem a escravidão do trabalhador, antes elemento que o realçava, como sucedeu em regime gremial.

A função do capital individual, que garantia os instrumentos de trabalho em regime gremial, terá de ser hoje substituída pela função do capital social, que garanta a máquina em proveito dos trabalhadores.

¿Capital do Estado?

¿Capital do grupo económico?

Isso supõe a organização dêsse grupo económico em bases inteiramente diferentes daquelas por que hoje se organiza dentro das instituições económico-sociais modernas.

Esse grupo—já se disse—comportam a aliança estreita do capital (terra ou indústria) da técnica e da mão de obra. A máquina será pertença de todos os elementos do grupo e serão compartilhadas por todos as suas vantagens. Até agora, ao contrário, a máquina, pelo seu preço, só podia ser pertença do capitalista que a alugava

por preços de usura ou a fazia trabalhar em seu proveito exclusivo.

Vê-se que novos e largos horizontes aos novos conceitos de justiça social se abrem aos homens. A máquina rendendo o necessário para substituir o trabalho de um certo número de produtores, e êsses produtores associados, segundo a sua vocação própria, para lhe disfrutar o rendimento; pequenas equipes de trabalhadores especializados, **personalizados**, revezando-se nos serviços da máquina; redução ao extremo das horas de trabalho. .

A máquina, em suma, que hoje, nas mãos de poucos privilegiados, serve para explorar o mundo trabalhador, em grande parte reduzido à condição servil de proletário, demudando-se então em instrumento capaz de libertar, quanto possível, os homens da sua pena de todos os dias.

Assim, eis a **técnica** ao serviço do homem, tornando possíveis, as condições em que uma nova moral social (1) irá desenvolver o seu plano de libertação, permitindo, enfim, estabelecer, para além das preocupações, materiais, um período de desenvolvimento espiritual, de distração e de repouso, até aqui atributo exclusivo dos privilegiados da fortuna.

Evidentemente, há na forma demasiado linear de tratar aqui êste problema, a preocupação apenas de indicar as suas posições limites. As posições intermédias e o processo a que terão de obedecer as instituições que a Revolução inspira, não cabem na índole dêsse trabalho.

O que fica dito, porém, é suficiente para es-

(1) «La morale et la science ont leurs domaines propres que se touchent mais ne se pénètrent pas. L'une nous montre à quel but nous devons viser, l'autre, le but étant donné, nous fait connaître les moyens de l'atteindre.»

H. Poincaré, Ob. cit, Intr., pg. 4

clarecer as intenções do espírito revolucionário perante a máquina e as possibilidades práticas, que esta traz, de resolver certos problemas, até aqui considerados meras aspirações, perdidas na consciência amargurada de alguns e no anseio inquieto da maior parte.

CAPÍTULO XIV

POLITICA RURAL

RURALISMO

Sendo Portugal um país essencialmente rural, justo é que se considere dentro do plano da Revolução esta sua fisionomia particular.

Um país rural e um país de indústria agrícola, são duas coisas perfeitamente distintas, perante os problemas económicos e sociais.

Num país rural a terra tem, aos olhos dos seus habitantes, para além do sentido **capital material**, um significado de ordem espiritual e moral que a torna inteiramente distinta da terra, noutras partes considerada uma indústria agrícola caracterizada.

Num país rural a terra e o homem casam-se numa comunhão mística de valores, que se completam e mutuamente limitam. Ama-se a veiga e a árvore com uma ternura instintiva e um cuidado todo de ordem sentimental, como se laços, para melhor dizer, raízes fundas e fortes, ligassem à terra o fiel coração do homem.

A vida moral dos portugueses está toda penetrada dos reflexos do seu ruralismo. Visão das

coisas, costumes, aspirações, tudo lhe segreda o seu eterno diálogo com a terra.

De tal forma se interpenetram o homem e o torrão da pátria, que o povo português é daqueles raros povos que, como Keyserling notou, inventaram a incisiva palavra **destêrro**, para o lugar que todos os outros ocupam com outro de bem menos viva expressão: **exílio**.

Estas características especiais da sensibilidade rural traduzem-se, como não podia deixar de ser, na ordem económica, por regras e princípios também particulares.

Os portugueses, na sua grande maioria vivem em permanente contacto com as dificuldades materiais que assoberbam o seu *campo*, procurando dominá-las, num esforço que lhes absorve todas as faculdades e todos os cuidados. Solo em grande parte ingrato, escorregando ao sabor das encostas, sem fundura nem humidade, sujeito a um clima de irregularidades nefastas, o solo português demanda canseiras infinitas, engenho, e paciência que não canse. Tudo lhe prodigaliza com amor o habitante. Muro de suporte, quantas vezes para garantir apenas meia dúzia de palmos de sementeira; poços que demandam grande esforço e que raro chegam ao fim do estio com água que satisfaça; açudes que as trovoadas levam, plantações que o sol requeima — toda a odisseia da nossa vida agrícola é suportada com resignação, senão com entusiasmo e confiança.

A paixão da terra faz-nos sofrer eternamente, sem uma maldição, e condena-nos a uma contínua escravatura por amor. O lucro só entra nos nossos cálculos na medida em que êle torna possível continuar o nosso carinho à terra.

Assim, a vida agrícola dos portugueses tem sido definida, com verdade, como «a arte de empobrecer alegremente».

Outro é o sentido que essa vida tem em países em que a terra significa apenas uma indústria.

O lavradar industrial não ama a terra, nem ela entra na sua vida, mais do que como o dado dum cálculo, através do qual se pretende enriquecer sem perda de tempo.

Quando se instala, a sua habitação tem um carácter de acessório e todo o sentido de uma coisa que nada tem de definitivo. Com efeito, tentada a cultura só nela se insiste se o rendimento fôr o previsto ou o que convenha.

Nada de hipotecar à terra, como no ruralismo, a saúde e a vida, mesmo sem esperança...

Estes dois conceitos da vida agrícola determinam, por certo, condições bem diferentes para o desenvolvimento duma política económica nos países onde se aclimatam.

A acção do Estado em face do ruralismo ou em face da vida especificamente agrícola, industrial e mercantilistamente agrícola, deve ser pautada por regras de sentido bem diverso.

A agricultura industrial reclama do Poder os cuidados doutra qualquer indústria: o petróleo, a máquina, as minas. Medidas financeiras, pautas, regulamento previdente da produção.

O ruralismo impõe a um govêrno que cumpra o seu dever, tendo além desses cuidados materiais, — protecção contra a usura, amparo nas horas de crise ou de desastres, fomento metódico e permanente, ensino técnico, etc. —, cuidados de ordem moral, que vão desde a protecção à vida familiar até à defesa das condições espirituais dos trabalhadores rurais.

E' que, com efeito, não se trata já e apenas de promover e garantir a produção, mas sim, e sobretudo, de promover e garantir o povoamento do país, ajudando a desenvolver as condições

indispensáveis à vida e à dignidade dos seus habitantes.

Portugal só graças ao amor da terra, ao ruralismo intenso dos portugueses, mantém a sua, aliás bem limitada, população. No abandono a que tem sido votado, vítima ainda de pesadas expropriações fiscais, o povo português vegeta há largos anos ao longo do caminho do trágico ruralismo.

O ESTADO, EIS O INIMIGO

A política rural do Estado português define-se bem pelo rasto que tem deixado na consciência do povo. A figura que o Estado toma sempre aos olhos do povo dos campos (como aliás de todo o povo) é a figura de cobrador de impostos — a décima, a taxa especial, a licença, e, por cima de tudo, a multa.

Nunca nas suas aflições — anos maus, crédito difícil, tragédias colectivas ou particulares — nunca nesses casos o povo se lembra do Estado, por demasiado saber como é inútil recorrer à sua protecção, sempre tardia e regateada... quando vem. Pelo contrário, para todas as *inovações* da política financeira do Estado está sempre, em última instância, o aumento das contribuições.

Assim, para o povo dos campos, o Estado é o Inimigo. Inimigo-fatalidade, que o destino lhe pôs no caminho, e que êle com maior ou menor resignação vai suportando...

Eis em que se resumiu, na prática, a ideia de protecção e garantia que o Estado representa.

Quando é necessária a sua intervenção, esta não se realiza; quando se realiza, na maior parte das vezes, é para ser inútil ou prejudicial.

E' assim que os problemas nacionais equacionados pelo Poder têm recebido dêle apenas

soluções arbitrárias, a que está alheio, quasi sempre, o espírito natural do ruralismo.

Os governos, mesmo quando bem intencionados, como pecam sempre por defeito de informação, supõem tudo resolver á força de medidas legislativas que só complicam e perturbam por inadaptáveis ou contraditórias. (1)

¿ Quando se reconhecerá que a organização e a orientação da vida agrícola não podem ser tentadas por meios artificiais, inteiramente estranhos ao país, e que só uma colaboração estreita e profunda entre o Poder e o povo dos campos pode traduzir-se numa obra de utilidade prática?

O problema, é bem evidente, está fundamentalmente na possibilidade de encontrar as bases duma organização, que não faça táboa rasa das imposições naturais, que nascem dos costumes e regras íntimas da vida rural do país, e seja condicionado sempre, pelas conquistas de justiça social indispensável a uma ordem legítima.

O êrro duma transplantação atabalhoada de critérios administrativos e económicos estranhos, critérios por vezes mal verificados nos próprios países em que se adoptaram, encheu de ruínas a nação e todavia continua a ser a regra de governo no tempo que corre.

O que, por exemplo, se está verificando com a cultura do trigo é elucidativo.

« Pretendia-se, primeiramente, parar a exportação do ouro, extinguindo a importação do trigo, depois, evitar o excessivo encarecimento do pão, e finalmente impelir a agricultura para a

(1) Para que se analise a extensão da nossa confusão legislativa, bastará dizer-se que os diplomas em vigor, que se referem à vida agrícola do País, ultrapassa, à data em que escrevo, a cifra assombrosa de 550.

produção do trigo pela garantia de preços remuneradores.»

«Estudemos primeiro as bases e os principais detalhes da combinação. Um **Mercado Central** de Produtos Agrícolas foi criado em Lisboa para regularização do comércio de cereais. Este mercado não é outra coisa, na realidade, senão uma administração interposta entre o produtor, obrigado a vender a preço fixo, e o consumidor que não tem liberdade de comprar onde lhe agrade porque a importação do trigo é proibida».

«De Julho a Outubro os agricultores nacionais são convidados a declarar as suas disponibilidades, e os moageiros são obrigados a prover-se exclusivamente daquelas, pagando os cereais segundo uma tabela dupla que aplica, ao trigo duro duma parte e ao mole de outra, uma escala de preços graduados segundo o peso por hectolitro.»

«E' fóra de dúvida que o alto preço artificial do trigo tem desenvolvido a sua cultura duma maneira notável, e são principalmente as províncias do centro, com as suas lavoiras, que teem sido arroteadas e carregadas de adubos químicos por lavradores empreendedores que, além disso, importaram material de cultura considerável.»

«Avalia-se com efeito em 80 %, em média, o aumento artificial do preço do pão no mercado lusitano, o que representa uma bela quantia, pois que o aumento pesa sobre todo o trigo, quer seja nacional ou importado. Quem paga então este enorme prémio? Todos os que devem comprar o pão, sobretudo os operários da indústria. E quem aproveita? E' o que nós devemos examinar com cuidado.»

«Quando se inventou o sistema que acabamos de resumir, êle excitou entre os lavradores do centro uma grande concorrência».

«Sendo as terras pobres de cal e azote, era preciso estrumá-las abundantemente; mas como o estrume animal falta, substituem-no por adubos químicos e principalmente superfosfatos. Esta prática tem graves inconvenientes, porque se esgota depressa um terreno pouco fértil; custa bastante caro e não dá senão fundas mediocres. Por conseguinte, o resultado não é aquêl com que se contava e o melhor do preço de favor creado pela protecção é partilhado: entre o proprietário, geralmente **ausente**, e que fica com a parte de leão; o negociante de adubos e de máquinas, que é estrangeiro, e o trabalhador rural necessário para preparar o solo e a colheita».

«A supressão brusca do sistema traria a ruína do rendeiro, o qual deixaria ao proprietário uma terra empobrecida e daí em diante sem arrendatário».

«Os proprietários estão arriscados a pagar bem caro, um dia, os seus proveitos actuais».

«Seria além disso um êrro grande acreditar que os proprietários, hoje tão favorecidos, venham a tirar de tudo isto um grande proveito real».

«O consumidor é explorado desapiedadamente, sem utilidade real para o país».

«A combinação do mercado central é talvez engenhosa, mas é absolutamente oposta às condições do lugar, aos interesses das classes mais pobres, à organização regular do trabalho. Esta combinação extravagante é prenhe de desastres que esperam Portugal, ao mesmo tempo, na sua situação financeira e na sua organização política».

¿Estes comentários à tentativa de Portugal «produzir o trigo que consome», não estão cheios da maior actualidade? ¿Não parecem traduzir os maiores ensinamentos?

Pois são de Léon Poincard (1), criticando em 1909 o nosso regime cerealífero de 1889!

A lição aproveitou desta maneira... Os mesmos erros, as mesmas imprevidências, o mesmo desconhecimento das possibilidades do país, e, por cima de tudo a mesma ausência de plano geral em que a par do trigo, o centeio, o milho, os gados, etc., tudo tivesse assegurada a sua função convergente, no campo duma vasta e fundada política rural, como a natureza da vida nacional o reclama.

Isto nos domínios do fomento. ¿Que dizer porém naqueles em que a acção do Estado se deve traduzir em conquistas da hygiene pública, assistência, ensino prático, artes e officios, protecção da iniciativa, habitação, caminhos vicinaes, serviço de correio, telégrafos e telefones, etc.?... ¿Que dizer duma organização administrativa onde a vida particular das freguesias é letra morta, negando-se-lhe todos os legítimos (2) recursos para ter os povos sob a tutela centralista do Poder, e a vida municipal perdeu todas as características da sua passada grandeza, sem ganhar nenhu-

(1) *Portugal Ignorado*, Dr. Léon Poincard, Magalhães e Moniz — Porto, 1910.

(2) Ultimamente, adoptou-se o sistema de conceder subsídios para melhoramentos rurais com a comparticipação das freguesias. Proclama-se a prática como um grande favor do Estado, digno de eterno reconhecimento das gentes.

O método, com se ter revelado imoral, é absolutamente injusto.

Imoral, porque as freguesias pobres (e são as mais necessitadas) não tendo recursos para prometerem, a comparticipação sem a qual não é concedido o subsídio, continuam abandonadas em proveito das freguesias ricas; imoral porque em muitos casos (porventura a sua totalidade), as freguesias prometem a comparticipação para obterem o subsídio, mas não entram depois com a sua parte, bastando-lhe para isso... enganar o Estado no orçamento, das melhorias. Injusto, porque os melhoramentos das freguesias não tem que re-

ma das prerogativas que os tempos modernos naturalmente lhe atribuem?

A MISÉRIA DA VIDA RURAL

A vida dos campos é, pelas circunstâncias em que se desenrola, a maior dôr da Nação Portuguesa.

Habitando tristes casas, que são «cubatas» sem luz, sem alegria sempre negras de fumo e sempre abertas ao frio e à chuva dos invernos; dormindo em promiscuidade selvagem com os gados e animais domésticos; vivendo através dos séculos em ruelas lamacentas e sórdidas, onde mal entra a luz do sol e onde a noite é a mais trágica das aventuras — sem nenhum conforto, sem nenhuma hygiene, nenhum amparo — os portugueses condenados à grilheta da vida rústica — e são bem larga percentagem — nascem, crescem, vivem e morrem, à margem da Europa e das suas conquistas resgatadoras.

Compare-se, por exemplo, a mais humilde e rudimentar povoação da Bélgica com as mais razoáveis aldeias das nossas Beiras, Trás-os-Montes ou Minho.

presentar um favor do Estado mas sim um direito que lhes pertence e que nasce directamente do seu quinhão nas contribuições gerais.

Assim, como muito bem demonstrou o Dr. Mendes Guerra, nos seus proficientes estudos sobre a organização da freguesia, publicados no jornal *A Voz* em Fevereiro e Março de 1930, o problema dos melhoramentos rurais e da defesa da freguesia contra a ambição dos caciques locais ou dos caciques do Terreiro do Paço, tem a sua natural e justa solução na entrega duma regular percentagem sobre os impostos à administração da respectiva Junta. Neste, porém, como em tantos outros aspectos duma boa política rural, o pensamento que ditou as bases do Código administrativo ultimamente aprovadas, mostra-se infelizmente alheado do justo caminho.

A casa do aldeão belga, como a casa do aldeão de qualquer país verdadeiramente europeu, tem janelas por onde entra a luz, tem móveis iguais aos que em regra usa a classe média, fogão, utensílios de metal para a cosinha, algum conforto, bastante higiene. Ninguém dorme junto dos animais, nem ninguém vive em ruas que são apenas estrumeiras.

Mas a tragédia da vida rural complica-se ainda doutros aspectos bem mais trágicos.

O português dos campos e serranias da província, vivendo a mais primitiva das vidas, junta à sua miséria material a tortura da sua agonia moral. Tudo lhe mostra a sua posição de pária, a sua condição de escravo, nascido para trabalhar e pagar. Trabalhar para a usura nos seus diversos aspectos; pagar para o Governo o que lhe resta. (1)

Assim, a sua existência é permanente inquietação e cuidado no dia de *amanhã*.

(1) O procedimento do Poder para com os pobres párias rurais vai a ponto de lhe confiscar o último animal doméstico, vender em praça a última terra, e mesmo a própria casa de habitação, para haver as dívidas fiscais atrasadas, muitas vezes por erro dos próprios serviços do Estado.

Para ilustrar com um exemplo, entre tantos, a acção "paternal" do Estado para com a pequena propriedade: transcreve-se no "Saibam Quantos...", que vimos citando, um anúncio judicial, publicado numa gazeta do lugar, e em que o tribunal de Castelo Branco avisa que se vai proceder à venda e arrematação em hasta pública, por qualquer preço que fôr oferecido, de alguns prédios (3 prédios sem valor), penhorados nos autos de execução por custas e selos que o Ministério Público moveu contra Lúcio dos Santos, casado, jornalista, residente no povo dos Pereiros, para pagamento da quantia exequenda de 112\$30.

Também para que se veja como a "protecção" do Estado se manifesta nos duros lances em que a morte entra nos lares, pondo tantas vezes em risco a sua estabilidade, reproduz o dr. P. Cardoso um quadro desenvolvido das custas em

Salários que, quando há trabalho, mal equilibram a despesa de todos os dias, e portanto nunca se capitalizam, numa reserva útil para os dias em que o trabalho falta; rendimentos da pequena lavoura, e mesmo actualmente da média lavoura que dificilmente mantem o equilíbrio económico dos que usufruem. Tal a situação em que se arrasta a vida rural do País.

Poinsard, no seu inquérito famoso a que vimos fazendo referência, estuda o quadro económico duma **família tipo** de pequena cultura em diversos pontos do território.

Em Mirandela uma família com cinco filhos, todos em idade de trabalhar, casa de habitação, terras arrendadas e uma propriedade no valor de um conto; na região vinhateira do Douro, uma família com quatro filhos, todos em idade de tra-

inventários contados na sua comarca, pelo decreto 25.882 de Outubro passado, decreto que veio, aliás, com a intenção de "proteger".

Alguns números para edificação do leitor:

Por 1.408\$00 de bens inventariados o Estado levou 192\$00, ou sejam 13,6%; por 7.141\$00 levou 1.261\$74, ou 17,7%. Depois, também é justo. Enquanto por 8.004\$00 levou 1.367\$20 ou seja 17%, por 44.456\$00 levou 4.356\$00 ou seja 9,8% e por 488.109\$80 levou 14.991\$44, isto é 3%.

Não se pode dizer que os pobres não sejam favorecidos... Também por essas e outras, é que o autor que vamos citando não tem papas na língua quando, em carta ao Presidente da C. da União Nacional de Lisboa afirma: "Se a Comissão de Propaganda conhecesse e sentisse a espantosa miséria em que se debate a grande massa de operários nos campos, sem ter assegurado o pão de cada dia, na saúde e na doença, por certo não deixaria escrever na Cartilha que a União Nacional se preocupa com a Fundação para a alegria do trabalho..."

Se a Comissão de Propaganda conhecesse a apavorante tragédia em que dia a dia se veem crucificando os pequenos proprietários, sentiria arrepios ao ver em liquidação as pequenas fortunas fundias, e não viria aconselhar às Comissões da U. N. uma propaganda insistente. Ob. cit., pág. 90

balhar, propriedade no valor de dez contos; em S. Pedro do Sul, uma família com seis filhos, habitação e propriedade no valor de quinhentos escudos, e terras arrendadas, cujo valor orça por quatro contos; em Viseu, aldeia de Corga, uma família com seis filhos, uma filha, todos em plena idade de trabalho, habitação no valor de trezentos escudos, terras arrendadas que valem três contos; um camponês da Estrêla, nove filhos, sendo cinco maiores e quatro menores, casas de habitação e terras de renda; um camponês da Louzã, família com cinco filhos, todos maiores mas dois dêles já casados, possui terras no valor de dezasseis contos; hortelão de Faro, família com dois filhos maiores e um menor, habitação e terras no valor de quinhentos escudos, uma horta arrendada por dez escudos, trabalham para fóra; aldeão de Monchique, família com uma filha de dois anos, habitação e propriedade no valor de seiscentos escudos; caseiro de Almeirim, família com dois filhos menores e cinco irmãos do seu chefe, habitação e propriedade de três hectares e terras de renda de três hectares, trabalham para fóra; jornaleiro de Pias, família com três filhos menores, vivem do trabalho a dias, a própria casa é alugada; etc..

Em todos os casos o equilíbrio é instável, e a família está à mercê do menor golpe do tempo ou da fortuna. Em todos os casos espreita à porta a usura que, mais dia menos dia, terá o seu quinhão assegurado.

E isto em 1909, numa época em que não tinha de fazer frente à situação creada pelos erros da inflação cometidos pelo Estado, às dificuldades da crise europeia, aos erros da super-produção de que nalguns casos o Estado foi culpado, às contribuições agravadas pesadamente e aos novos impostos que, para os campos, representam

as taxas obrigatórias destinadas às federações económicas recentemente creadas.

Avalia-se claramente, por tudo isto, a desolação da nossa vida rural.

As escolas não teem cantinas para os filhos dos pobres, que a miséria dos pais priva dos alimentos necessários e do necessário a poderem seguir os seus estudos. Nem cantinas, nem livros gratuitos, nem sequer o papel e a tinta dos seus exercícios.

O crédito... nas mãos da usura.

A assistência médica reduzida a pura ficção e nenhuma assistência farmaceutica.

A mocidade precocemente explorada e triste-mante atrofiada; ⁽¹⁾ a vida adulta num eterno trabalho sem repouso; a velhice sem amparo nem recompensa — eis o nosso ruralismo.

E todavia, a êle, às suas virtudes de forte amor da terra e de corajosa disposição para todos os sacrifícios, se deve o arroteamento e cultura de todas as duras glebas e infindáveis charnecas do país. Sem o nosso extraordinário espírito ruralista, Portugal seria em grande parte inhabitável.

Maior é, pois, a responsabilidade dos estadistas que jâmais quizeram ou souberam encarar o problema rural, dando-lhe soluções que aproveitassem e valorizassem as qualidades naturais da raça, ao mesmo tempo que se cumprisse um dever de pura justiça social.

Mas não; o legislador, advogado de Lisboa, que a ficção eleitoral fez árbitro dos destinos

(1) Fazendo, para êstes últimos 5 anos, uma resenha do número de mancebos inspecionados, isentos e apurados por cada freguesia, dum dos concelhos do distrito de Castelo Branco, o concelho de Oleiros — o dr. Ribeiro Cardoso averigua desoladamente que "*mais de metade da sua mocidade foi rejeitada para o serviço das armas*".

Ob. cit., pág. 50.

duma produção que desconhece; catedrático ou militar, que os acasos da fortuna ergueram à posição de estadista infalível para todos os problemas nacionais; o legislador, reformando de torto em travesso, jámais se lembrou de ouvir os que sofrem e labutam, para com o seu conselho atender às realidades e corrigir os êrros.

Pois, a não ser desta maneira, nunca será encontrado o caminho por onde o ruralismo se possa libertar da sua miséria.

De resto, reformar, sim, mas não por jactos e ao acaso das necessidades de momento. Reformar, pelo contrário, subordinando todas as medidas a um vasto e profundo plano nacional, em que a vida rural entre com toda a sua importância que é máxima. Não se pode, por exemplo, encarar o problema agrícola nacional, sem corrigir os perigos do fraccionamento ⁽¹⁾ incessante da propriedade individual e sem estudar as bases da propriedade colectiva ou da cultura em comum. Impossível, também, modificar a situação agónica das classes médias e dos simples trabalhadores do campo, enquanto, por um lado, subsistir a injustiça tributária actual, e, pelo outro, as verbas que o Estado destinar à criação de ri-

(1) Como testemunho do grau de dispersão a que chegou a propriedade rústica, invoca o autor de "Saibam quantos..." a opinião do dr. J. de Melo e Matos que há tempos forneceu sobre o assunto estes números:

De 1881 a 1931 os prédios no distrito de Viseu passaram de 662.400 para 1.631.091, em Coimbra de 580.000 para 1.203.249 e em Bragança de 388.728 para 1.203.249. (pág. 68).

O dr. Cardoso mostra também, num quadro expressivo, a actual distribuição da propriedade no seu distrito, e dum modo particular na sua freguesia, Sarzedas. E' elucidativo.

Dos seus 33.517 prédios, 15.473 tem o rendimento colectável até 5\$00; 5.473 vão até 10\$00; os restantes distribuem-se em grupos de 2.000 até ao rendimento colectável de 100\$00. Para além de 100\$10 o número de prédios é de 1.020. Ob. cit., pág. 55.

queza e de fomento agrícola fôrem a ridícula miséria que se conhece. E, ainda, como realizar com segurança semelhante obra, sem lhe dar concomitantemente a base social indispensável, base que só na criação de quadros fortes ⁽¹⁾, onde se fortaleça a vida da Nação, encontra a sua garantia e o seu equilíbrio?

O Calvário, que a vida rural portuguesa representa, é tão pavoroso e injusto, que um estadista digno desse nome, que o conheça e disponha das possibilidades do Poder, não poderá sem modificar tal situação ver socegada a sua consciência.

Antes de quaisquer outras obras, num plano de urgência superior àquêle que leva o Estado a largas despesas sumptuárias, antes e acima de tudo, impõe-se o resgate espiritual e material dos portugueses que trabalham nos campos, em condições indignas duma roça africana, e que constituem 55% da população metropolitana.

(1) No trabalho que o escritor nacional-sindicalista, dr. Mendes Guerra, publicou no jornal *A Voz* sob o título "Alguns apontamentos e sugestões da vida paroquial na Nova Reforma Administrativa do Estado", números de 4 de Fevereiro e 25 de Março de 1930, explana-se o problema da organização da freguesia rural, duma maneira cabal e prática. Esse estudo, que o autor anuncia ir em breve fazer aparecer em volume, representa um subsídio do mais alto interesse para o plano revolucionário.

Não se insiste, por isso, no assunto.

CAPITULO XV

PROBLEMAS DE SOBERANIA

POLÍTICA EXTERNA

Exprimir as indicações duma política internacional inspirada pela Revolução, poderá parecer arrojado na hora incerta que se está atravessando.

O problema não consiste porém em saber como vai sair-se da crise actual, e mesmo como se sairá um dia do embate dos imperialismos racionais, que ameaçam projectar a sua acção poderosa no futuro.

A Revolução é um permanente acto de Fé da Personalidade Humana nos destinos superiores da sua vocação. Mais do que o tempo, importa-lhe pois a definição da linha moral por onde a justiça irá alcançando as suas conquistas.

Dentro da Revolução, o caso português merece-nos a observação particular duma posição dentro da qual se move a nação de que fazemos parte. Não se perturba de qualquer egoísmo o sentido desta observação. Verifica-se a realidade da nação portuguesa, meio social, histórico e geográfico, dentro do qual a personalidade dos homens que a formam procura as possibilidades do seu desenvolvimento.

Herdeiros de Roma, a vocação dos portugueses é profundamente universalista.

Inspirou-nos por instinto a larga visão duma política que jámais se prendeu diante de preconceitos de raça e sempre procurou a unidade dentro da diversidade. Assim, o espírito *contra*, que a Revolução combate, não encontra eco profundo, nem nas tradições, nem no coração das gerações revolucionárias.

A nação, tomada no seu verdadeiro significado de nota específica na harmonia geral da civilização, não se reveste, por princípio, de hostilidades e antagonismos, quando se considera entre as demais nações. Pelo contrário, uma colaboração que torne mais fácil e íntima a convergência de todos os povos no caminho do seu desenvolvimento está no plano da mais lógica ambição.

Opõem-se a essa convergência erros de educação, que em tudo fazem temer a perda da independência nacional. Prejudicam-na por outro lado os exageros internacionalistas de Escola, herdados do passado, e para os quais tal convergência se não realiza com utilidade, senão com a anulação daquilo que as nações de melhor trazem ao concêrto geral: a sua própria personalidade e justa liberdade.

Desta maneira, enquanto por um lado se julga necessário e útil criar gerações, alimentando-as com o ódio ao espanhol, o *vencido de Aljubarrota*, e o ódio ao francês, o *vencido do Bussaco*, outros, com não menos absurdo linearismo mental, vão procurando criá-las na idéia absurda e inimiga da própria civilização — cujo processo desconhecem — de que só alienando as liberdades e prerogativas, que a nação representa, os portugueses encontrarão o caminho do seu resgate.

Fóra do plano de cada um destes conformismos, a Revolução vai nivelando caminhos bem diversos, por onde os povos, sem se confundirem nem odiarem, encontrarão um dia a fórmula de melhor realizarem o interesse geral.

Que a ninguém perturbe as aparências, aliás bem contraditórias, do presente.

Com efeito, ao mesmo tempo que parece de nacionalismos suspeitosos e isolados esta época, em que os povos erguem sem cessar entre si altos compartimentos aduaneiros, nunca, como no presente, as nações multiplicaram as suas alianças e acordos, numa ânsia febril de pactos e colaboração, a que a desorientação geral faz perder a necessária eficiência. E isto sem nos querermos referir à tentativa da Sociedade das Nações, esboçada em Genebra, tentativa que o forte jôgo de imperialismos fortes não podia deixar de submeter à influência interna duns e à influência externa doutros, originando equívocos e êrros de orgânica que a perderam.

São o terror e o interesse mercantilista que estão movendo o mundo à margem do Espírito e da razão.

Antes da catástrofe, e isso seria torná-la impossível, ou depois dela para lhe atenuar os efeitos temerosos, o triunfo do Espírito iluminará, porém, a seu tempo — como em todas as grandes crises da História — a rota por onde os homens darão um novo passo em frente.

* * *

A regra económica, pela qual os países de produtos idênticos eram necessariamente rivais, está hoje profundamente ameaçada.

¿ Não será possível, um dia, aliar sob o signo desses produtos os povos seus produtores?

¿ As nações, por exemplo, cuja produção se

poderia chamar especificamente mediterrânica, e às quais, naturalmente, se junta Portugal, não poderão formar entre si um vasto sindicato, que oriente a defesa comum dos seus produtos nos mercados estranhos, em vez de os depreciarem mutuamente, mercê da concorrência desenfreada que fazem uns aos outros?

Decerto essa organização só estaria completa, quando povos produtores e consumidores — que produtores doutros produtos também são por sua vez — entrem nela. ¿ Então, um plano de trocas, justamente estabelecido, não virá garantir a natural expansão de certas actividades agrícolas ou industriais, actividades que a geografia, o solo e o clima determinaram, e não aquelas que em tantos países o artifício dos homens tenta criar e manter, em prejuízo da sua própria economia e da economia universal?

Uma política internacional, que receba a sua influência da Revolução, tem por certo estas e outras características de igual sentido.

E não há que esperar que os tempos amadureçam a fórmula geral. Dentro desta orientação, quantas não são já as realizações possíveis!

Para isso, é evidente, impõe-se um novo critério a orientar o Ministério dos Estrangeiros. A diplomacia, hoje, tem de ser, mais do que nunca, o complemento da economia.

Os representantes de Portugal lá fóra pouco temem que se preocupar com a guerra e a paz, e com o jôgo fácil dos seus deveres burocráticos actuais. O seu papel no futuro exige que lhes seja ordenada mais larga esfera de acção, para o que terão de ser escolhidos intencionalmente e na ordem da especialização própria.

Qualquer reforma do Ministério dos Estrangeiros que não traga, dum modo prático e eficaz, — adidos comerciais delegados directos da lavou-

ra e da indústria, etc. — a colaboração íntima da economia nacional com a engrenagem da nossa representação, será inútil e estéril.

Os destinos da nossa economia, de que depende, em grande parte, o desenvolvimento da vida material de cada um dos portugueses, serão fecundos e prósperos na medida em que os produtos nacionais logrem contacto directo e fácil com a economia das outras nações.

O Ministério dos Estrangeiros tem nesse **desideratum** a sua maior função. E' preciso, pois, que para isso elle se torne verdadeiramente apto.

DEFESA NACIONAL

Pois que a nação é um círculo de liberdades e de prerrogativas alcançadas ao longo da História, é dever sagrado dos portugueses defendê-la contra as ambições tirânicas de quem quer que seja que, de dentro ou de fora, contra ela se erga.

O civismo e o patriotismo são, assim, dois aspectos da mesma dignidade humana. Nenhum destes sentimentos se alimenta espontaneamente de combatividade, de espírito *contra*. Actos de amor puro, neles não cabe, naturalmente, nem servilismo nem ódio.

Morre-se pela liberdade, sem a qual não há consciência, no mesmo gesto com que se morre pela Pátria, sem a qual não há vida.

A Pátria não é porém uma forma de egoismo; é, sim, uma forma de bem servir o género humano. Na sua essência superior, ela não é outra coisa senão uma chancela de pensamento e de sensibilidade inconfundível. Portugueses verdadeiros não são, assim, necessariamente todos aqueles que nascem em Portugal mas aqueles que nascem de Portugal, ao fio da sua linhagem

moral e como continuadores da sua personalidade particular.

Unidade moral a que está ligada a herança duma espiritualidade característica, que junta à riqueza do mundo a sua riqueza própria, a Pátria impõe-nos, com justiça, a sua defesa, como um dever de fidelidade para com o Espírito.

¿Mas, os direitos da paz?

A paz é decerto um bem, para o qual todos os esforços do homem se devem conjugar. A paz, porém, dentro da dignidade, que é sinónimo de justiça.

¿Se a Revolução, cujo ideal supremo é a paz, não defendesse com armas na mão as suas conquistas, não estariam elas de antemão condenadas por todas as reacções?

O tesouro de valores e de reivindicações, que na alma colectiva dum povo criou o seu génio particular, merece bem a continuidade do sacrificio que, através dos tempos, cimentou no sangue a sua defesa.

No problema entram, porém, outros factores morais de alta importância, que muitas vezes se teem desprezado.

E' evidente, por exemplo, que uma condição desde logo se impõe: a defesa da nação exige que a nação seja digna dela. Digna pelo respeito que deve às liberdades públicas e ao bem estar de cada um, digna pela satisfação de justiça que para todos significa.

Uma nação de escravos será sempre inferior em potencial heróico a uma nação de homens livres, em que os sacrificios são aceitos voluntariamente.

Nações há em que, quando o presente é indigno de si próprio e do passado, se procura então justificar o sacrificio exigido ao patriotismo, unicamente pelo que se deve aos exemplos

heróicos da história. Tal abuso, com trazer muitas vezes uma reacção perigosa contra um historicismo abusivo aplicado como terapêutica dos sentimentos pátrios, em crises de consciência revela-se, por via de regra, inoperante.

Não! Os diversos conflitos interiores, que se erguem entre a personalidade e o interesse colectivo, na hora da suprema renúncia, só podem verdadeiramente ser sanados dentro dum ambiente de dignidade humana.

Fóra disso vai-se à batalha resignadamente ou revoltado, oferecendo, compelido, ao sofrimento e às balas, um corpo de que a alma está ausente.

Bem diferente é, contudo, a actividade daqueles povos que, sabendo ser dignos da glória do seu passado, combatem defendendo a honra do seu presente. Anima-os a consciência dum sacrifício, que de antemão floresce em recompensas. Dando-se, tornam-se maiores na posse de si mesmos.

A legitimidade da Defesa Nacional tem aqui a sua base moral mais segura.

Eis porque, organizar a nação portuguesa para a sua eficaz defesa externa, implica em primeiro lugar o restaurá-la na dignidade da sua consciência de povo livre.

Então poder-se-á pedir-lhe todos os sacrifícios com a certeza não só da sua aquiescência como da sua viva e firme colaboração.

Grandes sacrifícios haverá que pedir-lhe, com efeito.

A situação de extrema miséria a que chegou o nosso exército, sem espingardas, sem artilharia de campanha, sem artilharia pesada, sem carros de assalto, sem morteiros, sem aviação, numa hora em que de toda a parte ameaçam graves acontecimentos, nos quais, pela nossa situação

internacional, seremos fatalmente envolvidos, — a situação de extrema miséria a que chegou o exército só se pode modificar com eficácia, mediante dum duro e grande esforço moral e material ⁽¹⁾.

Esfôrço moral que penetre, para lhes dar um novo sentido, todas as engrenagens da organização militar do país, antiquadas, fóra das conquistas da técnica moderna, impregnadas muitas vezes de espírito rotineiro e derrotista.

Valorização de quadros, especialização técnica, novo critério de promoções, melhor aproveitamento do rendimento individual, numa palavra, todo o esforço necessário à criação duma alma militar moderna e científica, incompatível com o paisanismo burocrata de alguns e com a situação atribulada com que a maior parte se debate, tendo de procurar fóra dos estudos da sua arma e do âmbito do seu quartel as possibilidades materiais para uma pobre vida de mediania.

E' preciso que o exército seja restaurado no seu prestígio, totalmente e sem hesitações. Exija-se-lhe a maior linha moral, a mais completa formação técnica, o maior rendimento militar, mas criem-se-lhe para isso as condições necessárias. Um oficial deve ser bem especializado, mas bem pago. Um sargento deve ser bem escolhido, mas sem se lhe regatear o ordenado.

Isto pelo que respeita à fisionomia moral da força pública nos seus quadros essenciais.

Mas o problema da Defesa Nacional com-

(1) Quem conhecer o preço fabuloso por que hoje fica uma bateria de artilharia de campanha, um *tank*, um avião, agora extraordinariamente aumentado em virtude do estado inquietante em que se encontra o mundo, não poderá deixar de estremecer de justo receio, deante da illusória verba de 150 mil contos, com que nesta hora trágica se reforçou, e para um praso de cinco anos, o orçamento do Ministério da Guerra.

preende, além da força pública armada e actuan-te, a acção de toda a população civil de antemão preparada e coordenada.

A consciência cívica dos portugueses, erguida e unificada pela mística da sua vocação e da sua própria honra, é preciso ainda prepará-la técnica-mente para uma colaboração eficaz, segura e não improvisada. No primeiro plano dessa prepara-ção está, por certo, a formação duma mocidade sãdia, desportista, tendo o culto das virtudes cí-vicas — coragem, lealdade, brio — e tendo a cons-ciência dos seus deveres para com a colectivida-de e para consigo própria. Surge depois o estu-do duma mobilização consciente, que vai desde a alta indústria à imprensa, para a qual a popula-ção civil tem papeis discriminados em harmonia com as suas aptidões, regiões habitadas e pos-sibilidades próprias.

Assim se completa, nas suas linhas gerais, o plano da preparação civil.

Eis-nos, porém, agora perante o problema ur-gente e duro do material.

Partindo do princípio — tecnicamente exac-to — de que nada temos hoje quanto a material militar, capaz de se opôr ao material de qualquer nação modernamente armada, avalie-se o pesado esforço a empreender e a urgência com que se deve tentar tudo para o conseguir a tempo.

Grandes são, na verdade, as responsabilidades dos dirigentes dum país. ¿Por sua incúria, má vi-são, quando não por seu capricho, quantos mi-lhares de homens que a tempo não foram bem armados, competentemente adestrados e prepa-rados, poderão cair àmanhã no campo da bata-lha, indefesos e inúteis?

Comemora-se todos os anos, no 9 de Abril, a batalha de La Lys, em que os soldados portu-gueses sofreram um duríssimo revés. Pois a ba-

talha de La Lys não foi mais do que o esmaga-mento, fulminante e impiedoso, do campo portu-guês, pela metralha infinitamente mais poderosa do ataque alemão.

Os relatórios militares de então afirmam a inanidade da nossa resposta a um bombardea-mento, contra o qual não dispúnhamos senão de fracos recursos. De nada nos podia então valer o heroísmo e a firmeza dos nossos soldados. O seu massacre deve ter salpicado de muito sangue a consciência dos responsáveis.

Com efeito, um exército não se improvisa, nem em soldados especializados, nem em mate-rial eficiente. Muito será já conseguir que, tendo providentemente preparado e armado o nosso exército, o futuro nos não traga, ainda assim, gra-ves surpresas.

Eis porque a mais elementar previdência, co-mo o amor que os nossos soldados nos mere-çam, exigem, custe o que custar, um equipamen-to cuidado e vigilante da defesa nacional.

As condições novas, criadas pela motorização dos exércitos e pela eficácia crescente da aviação transformaram por completo as possibilidades, dum país invasor. De tal maneira, que uma das preocupações dum govêrno, ao encarar o proble-ma da defesa nacional, está hoje, sem dúvida, na maneira de garantir a mobilização geral. Tal é o problema da **cobertura**, problema que consiste em preparar a defesa das posições fronteiriças que são caminho **natural** ou **provável** de in-vasão, em prever a segurança dos centros vitais, dos meios de comunicação, caminhos de ferro e estradas, e em garantir as posições marítimas e a capital contra qualquer surpresa. Isto sem falar no triângulo atlântico e na defesa das nossas províncias ultramarinas.

Que este problema é fundamental, toda a

gente facilmente o entenderá, bastando porventura que se atente nas conseqüências dum bombardeamento aéreo, que destruísse ou anarquizasse os transportes, ou no ataque fulminante que cortasse o país — e tudo isto em plena mobilização — para se poder avaliar da gravidade da sua importância.

Compreendendo isto, não se poupou a França, por exemplo, a fortificar vigorosamente a sua fronteira com a Alemanha e a organizar as resistências das posições vitais para os seus transportes.

Uma organização de defesa nacional terá de começar por aqui.

¿Portugal, com a sua exígua população, poderá, porém, bastar sozinho à sua defesa?

Na sua conferência da abertura da Escola Central de Oficiais, o Sr. General João de Almeida ⁽¹⁾, confirmando aquilo que tantas vezes tem asseverado noutros trabalhos, demonstrou como essa defesa era, não só possível, como segura, desde que... se preparasse. A opinião do actual director da Escola de Oficiais é, por certo, para considerar. Na verdade, João de Almeida alia à sua experiência o estudo consciencioso das possibilidades do país e do valor das posições estratégicas da fronteira, cuja linha detalhadamente percorreu por seu pé.

Mas em que essa voz seja demasiado optimista e que a nossa defesa se não possa assegurar sem auxílio da aliança inglesa, está fóra de dúvida a necessidade de se preparar e garantir a resistência do país... até que os ingleses possam desembarcar ⁽²⁾. Ora, quem conheça as

(1) Junho de 1934.

(2) A experiência da Guerra Europeia, neste capítulo, é cheia de ensinamentos. Tendo apenas de atravessar a Man-

dificuldades que os nossos aliados hajam de vencer, eles que não teem serviço militar obrigatório, e que estão a alguns dias de distância de Lisboa, e quem conheça ao mesmo tempo as possibilidades militares dum exército moderno pôsto a atravessar a estreita faixa do território nacional, convirá, com certeza, que uma justa providência nos ordena precauções, e das mais urgentes, em organização e material.

Pelo caminho apressado que as nações teem seguido, a-pesar-da tentativa de Genebra e de todos os pactos de segurança, na marcha dos rearmamentos, não temos a possibilidade de resolver o problema que nos diz respeito dentro dos limites normais das nossas finanças ⁽¹⁾.

O esforço é de envergadura e exige, portanto, enormes sacrifícios. Que ninguém se iluda, porém, quanto à natureza imperiosa e absorvente deste problema. E' daqueles que não comporta soluções parciais e dilatórias. Ou se resolve a tempo e **totalmente**, ou tudo será inútil.

O PROBLEMA ULTRAMARINO

Portugal, desdobrando-se, para além dos mares, em vastas províncias e úteis posições — restos do seu grande império de Quinhentos — tem

cha (35 quilómetros), os ingleses só puderam, no entanto, levar à França um auxílio de alguma importância um mês depois do começo da guerra e ainda...

(1) Nem nos limites normais, nem nos limites da actual organica do Ministério da Guerra. O problema da aviação, por exemplo, reclama uma divisão larga e um departamento especial com possibilidades e jurisdição para ordenar e fomentar a própria aviação civil, viveiro indispensável de aviadores. A criação dum Sub-Secretariado do Ar, dirigido por um militar **que seja** aviador é uma necessidade das mais urgentes.

uma fisionomia particular, que lhe impõe deveres próprios, a que não pode esquivar-se.

O seu caso não é o caso característico dum país colonial que nas suas posições visa unicamente, ou em primeiro lugar, o alargamento das suas possibilidades mercantilistas, o jôgo dos seus interesses de momento. Essa foi porventura a fase colonialista doutros tempos, pelo menos aquela que na Índia inspirou a política de D. Francisco de Almeida, e que, no tipo mercantilista, constituiu um modelo perfeito de adaptação.

Não tem hoje, nem o sentido das **feitorias**, nem as características dos **domínios**, nem o significado de pura chancelaria colonial — o nosso pensamento ultramarino.

Não tem... Não deve ter. Só uma política nacional, que saiba considerar as províncias de Além-mar como parte integrante da nação portuguesa, realizando a convergência dos seus elementos na mesma unidade espiritual, pode, em verdade, interpretar as aspirações do país e assegurar o seu futuro.

Só essa política está, com efeito, dentro das normas da nossa vocação universalista, isenta de preconceitos de raça, inspiradora do nosso génio de assimilação. As terras que os portugueses ocupam devem ter todas a mesma missão, a missão do seu território europeu — servir de base ao seu desenvolvimento *humanista*. Assimilando, transformando, criando consciências, Portugal legítima, pela única maneira perdurável e forte, o alargamento das suas fronteiras para além do velho continente, continuando e reforçando de maior grandeza a nossa parte na civilização universal.

Daqui se infere, claramente, como é anti-português, por contrário à nossa missão, qualquer pensamento de governo que se limite a considerar as províncias ultramarinas num ponto de vis-

ta puramente financeiro. Se tal pensamento é, em referência a terras metropolitanas, inteiramente nocivo e falso, que dizer quando êle visa o desdobramento nacional de Além-mar!?

O Portugal ultramarino é uma herança que temos de valorizar, com todo o esforço de que somos capazes. Terras novas, arrancadas por nosso engenho e sacrifício à braveza do sertão, ao primitivismo da natureza, elas reclamam de nós, por largo tempo ainda, uma assistência que não se pode ater aos limites de um equilíbrio de contas, à contra partida egoísta de qualquer recompensa material.

Povoando e desbravando o ultramar português, nós praticamos um acto de amor em toda a sua grandeza e espontaneidade. Portugal dá-se a si próprio, no cumprimento de um destino humaníssimo.

Todos os recursos, todas as vidas, todas as boas vontades postas pelo país ao serviço da sua vocação civilizadora são, portanto, um dever estrito e não um cálculo.

O nosso amor à terra de Africa, que de geração em geração se ateia e propaga por entre lágrimas e tragédias, não tem outro sentido nem outra explicação, senão êsse devotamento instintivo e heróico da grei.

Tudo o que está feito, foi-o à custa de ingentes esforços e duros sacrifícios, e tudo o que resta fazer, só pode ser tentado por uma política que tenha as mesmas características. A nossa herança de Além-mar reclama cuidados, carinhos, empreendimentos incessantes e cada vez maiores, sob pena de tudo o que está feito se arruinar e perder.

Urge não só fomentar maiores riquezas e garantir-lhes consumo, como ainda atender às situações criadas, de fôrma que se mantenham em-

tempos de crise. Urgente também uma política, consciente e larga, de colonização. E' preciso acordar no povo os seus instintos adormecidos pela miséria e pelo cepticismo, levando-o a colaborar com o Estado nessa obra tão necessária do povoamento ultramarino.

Não se coloniza, porém, sem se criarem condições de deslocamento e de vida a uma corrente de emigração apreciável. Os emigrantes nacionais para as nossas províncias de Além-mar deverão ser rodeados de todos os estímulos e auxílios, desde a viagem até às concessões de terras e às garantias dos primeiros anos da sua nova vida ⁽¹⁾.

Mas a política ultramarina do país ficará decerto incompleta e logo arruinada pela base, se a obra material que suscitar não fôr condicionada por uma profunda e fecunda acção espiritual.

Nêsse aspecto, o problema missionário assume de pleno direito a mais alta importância. Uma política nacional ultramarina, não poderá deixar de assegurar à vida missionária não só as condições do seu melhor desenvolvimento e actuação mas também a garantia superior duma orientação nacional que hoje está longe de possuir, como se encontra, à mercê de influências externas ⁽²⁾.

(1) O testemunho dos portugueses que conhecem Angola é unânime em afirmar — sobretudo nos últimos tempos — as possibilidades enormes dos alemães e italianos que ali tem chegado para se estabelecer. As regiões de Nova Lisboa, Lobito, Huila, etc., estão cheias dêsses novos e afortunados colonos, a quem não falta a protecção dos respectivos governos. E' vulgar encontrar ao lado de concessões portuguesas arruinadas pela crise e abandono do Estado, belas e prósperas concessões de estrangeiros, a quem a crise não perturba... por milagre de Berlim ou de Roma.

(2) E' sabido que os nossos Institutos missionários estão recebendo demasiadamente orientação estrangeira. Não nos move, decerto, nenhum sentimento particular contra a

Finalmente, uma política de expansão no ultramar não tem sentido, se não se desenvolver dentro dum plano que harmonize todos os interesses da economia geral da comunidade portuguesa e não se reforce duma política de transportes apropriada ⁽¹⁾.

influência que se exerce sobre as missões que trabalham no nosso ultramar. E' em nome, porém, dos interesses gerais da Civilização, dentro dos quais Portugal representa uma parte, que se formula o justo propósito de dar à orientação missionária um sentido bem nacional.

(1) O papel da marinha mercante nacional no desenvolvimento das nossas relações com as províncias ultramarinas é de primordial importância e merece, portanto, dos poderes públicos a mais justa atenção.

Os tratados de diferencial de Bandeiras últimamente assinados com a Itália e Inglaterra constituem um grave erro.

CAPITULO XVI

UNIDADE E ACÇÃO

As condições imprevistas, em que teve de ser escrito êste livro, limitaram necessariamente as intenções com que foi pensado.

Destinando-se a desenvolver e aprofundar a Doutrina da Revolução, nos seus aspectos fundamentais e nas suas relações imediatas com o problema nacional, teve, por motivos vários, entre os quais avultou a necessidade de ser reduzido o seu volume, de restringir-se a um breve resumo do pensamento que primeiro o ditou. Entretanto, mesmo nos limites a que teve de se subordinar, espera-se ter suficientemente definido nêle o sentido duma política nacional revolucionária, que é aspiração e anseio do país.

¿Expressão meramente teórica? Por certo. Nem as realizações ganham em ser definidas fóra do Poder, pelo risco, tantas vezes verificado, de serem deturpadas e desprestigiadas, nem a oportunidade dessa definição se opõe à enunciação das idéias a que urge abrir seguro caminho nos espíritos.

De resto, toda a dificuldade de fazer triunfar a justiça está bem menos nas soluções técnicas

a encontrar aos problemas, do que na própria forma de os equacionar.

As soluções podem ser tecnicamente exactas e lógicas, sem contudo deixarem de ser erradas perante a justiça que os problemas não souberam visar.

O que importa, pois, é encontrar as bases dum pensamento que inspire e penetre o espírito dos homens, para melhor os conduzir na acção que interessa ao comum. Tal é a intenção da propaganda doutrinária da Revolução.

Criar um clima moral, dentro do qual a injustiça logo se revele e torne impossível, dar às idéias criadoras dêsse clima uma unidade que as reforce e active, eis os objectivos do seu primeiro plano.

A reforma das instituições não se pode conseguir verdadeiramente, sem ter transformado, antes, o espírito e o coração duma época. Todas as possibilidades do nosso esforço devem, pois, convergir nessa conquista fundamental.

Nessa obra todos cabem. Seja qual fôr o signo exterior que atraia a cumplicidade revolucionária dos elementos de cada sector, há demasiadas razões para determinar-se um plano de acção, que a todos envolva e conduza na mais íntima das comunhões espirituais.

A lição dos tempos, as circunstâncias duríssimas em que se debate a dignidade das consciências, tudo leva os homens desta época a preparar os caminhos duma nova renascença, que, só pode revestir todos os aspectos do pensamento revolucionário, se fôr obra de todos os que sentem e amam a Revolução.

Daqui a necessidade gritante duma unidade espiritual, onde se consubstanciem todos os anseios dos portugueses, na intenção superior de

melhor se reforçar e completar a visão total das conquistas revolucionárias.

Aqueles a quem ainda repugna essa *unidade*, é porque a confundem com um pensamento de subordinação e de nivelamento, a que ela é totalmente oposta. Bom será, pois, que se frise como a *unidade* espiritual que se reclama, longe de exigir qualquer abdicação que prejudique a pureza dos princípios, propõe apenas o reconhecimento das idéias fundamentais da Revolução, *estejam onde estiverem*, fazendo delas suficiente mas necessário motivo duma aliança criadora.

Não é só a necessidade, mas a própria lição dos tempos, que a ordena.

E' tempo, com efeito, de verificar a inutilidade, quando não o perigo, que representou a luta sem quartel, que, em volta de idéias incidentais, absorveu as gerações passadas, deixando entretanto perder ou pôr em risco os princípios fundamentais, aqueles sem os quais não é possível assegurar a dignidade da vida humana. A Europa dos nossos dias é, porventura, um grande castigo aplicado pelo destino à frivolidade dos costumes políticos das gerações passadas.

Crime sem nome seria o das gerações do presente, se insistissem em prolongar êsses feitos sem grandeza.

¿Para que manter o feitichismo das fórmulas políticas, e sobretudo o feitichismo de certas palavras fantasmas?

¿Liberalismo? Democracia?

O que interessa no Liberalismo, como na Democracia, não é a música das suas fórmulas, nem o brilho das palavras que êstes sistemas entronizaram, mas, sim, o sentido de justiça que inspirava os homens ao criá-las.

E' êsse sentido de justiça que é preciso salvar, dentre as ruínas do presente, reforçando-o

com as possibilidades novas, que em sua defesa, o tempo porventura sugeriu e criou.

A Revolução não pode aceitar — evidentemente — um saudosismo da Democracia.

As idéias, como o proclamou Camille Maclair, teem de surgir armadas e em combate, para que mereçam a homenagem do seu tempo. Não se luta contra a reacção *autoritarista*, que ameaça esmagar as liberdades públicas, com protestos vãos, junto de eternos muros de lamentações. E' preciso combater e sofrer para se ser digno da vitória. Combater é, porém, aceitar uma disciplina, uma técnica de acção e um plano.

Eis porque a Revolução proclama a necessidade duma aliança, através da qual se façam aceitar as balizas dum caminho comum a seguir. Caminho que, — repete-se — pelo facto de ser comum, não impede que cada qual marque dentro dêle a sua acção, em harmonia com o próprio ideal.

E' o supremo triunfo da unidade dentro da diversidade. Convergência de pensamentos e de esforços que variam em côr e intensidade, mas convergência que realiza a harmonia duma unidade resgatadora.

A unidade, assim realizada, logo se traduz na formação duma consciência revolucionária popular, condição indispensável para uma obra inspirada na justiça. Por isso, fóra desta unidade não se logra mais do que obter uma consciência interessada, de grupo, de classe, ou de partido.

Assim, a mais urgente conquista da Revolução será realizar a unidade espiritual do povo português.

Conquista indispensável!

Portugal, uno pelo espírito religioso, pelo processo de formação, pela cultura, pelos costumes, pela língua, está porém hoje muito distante

duma unidade espiritual, que realize o pensamento duma convergência popular ao serviço duma política nacional.

O particularismo dos grupos políticos, não tendo encontrado uma idéia e um órgão que o conduzisse e ordenasse, acabou por quebrar o ritmo do dinamismo social do país. A Nação Portuguesa vive hoje uma vida dispersa e morna, à margem dos seus grandes interesses colectivos e da sua verdadeira vocação histórica. As tentativas de ressurgimento, feitas dentro do clima moral do presente, estão condenadas a morrer no ostracismo, a que as vota um povo que perdeu inteiramente a consciência de si próprio.

Debalde se procurará fazer da prosperidade do Estado, ⁽¹⁾ a alavanca poderosa capaz de dar ao país a sua consciência perdida. As vantagens materiais, a sereno obtidas, só servirão para tornar mais profundo e recatado o egoísmo de cada um.

Aqui se revela a razão principal da falência de qualquer esforço, que queira ser nacional sem ser revolucionário, que queira atingir os Quadros sem ter influência decisiva no ânimo das massas, que vise transformar as instituições sem ter a colaboração do povo.

O povo, eis a alavanca e a massa elementar, de todos os grandes movimentos da História. Aqueles que isto negam, desconhecem o po-

(1) A prosperidade de um povo não pode porém ser aquilatada pelo dinheiro que o príncipe possui no erário à sua disposição, nem pelo número das baionetas dos soldados ou das bôcas de fogo dos navios que êle tenha à mão para fazer guerras. O Estado é um aparelho, não é uma individualidade. O Estado tem funções e não tem mais coisa nenhuma, nem bens, nem crenças, nem opiniões.

Ramalho Ortigão, "As Farpas," — A Sociedade. — pág. 123.

tencial criador, que dentro dêle se agita, e a parte decisiva que a sua vontade toma na marcha do mundo.

O êrro é ainda querer confinar, num conceito puramente económico, o movimento que permanentemente anima as massas populares.

O povo não é uma unidade de essência económica, mas, sim, uma justa expressão moral, sob o signo da qual alinham todos os que sofrem da má organização do mundo em que vivem: trabalhadores das oficinas e camponeses, negociantes e funcionários públicos, intelectuais e analfabetos, todos os que teem uma grilheta a romper, um motivo para eleger a revolta como meio natural de abrir uma janela por onde entre o sol e a alegria de viver. A sua acção é, pois, indispensável às conquistas da justiça.

E, por isso, as obras que o seu espírito não toca, são frias, estéreis e incapazes de resistir às convulsões profundas, que vão surgindo nos caminhos do mundo.

A História contemporânea está aí a atestá-lo.

Consequência de êrros graves, surge o Liberalismo como reacção resgatadora, depois de um longo e duro período de lutas cívicas. As circunstâncias, porém, em que foi criado o movimento liberal e o processo da sua formação condenaram-no logo a nascer sem ter por si o povo. O povo, estava em verdade, por razões de ordem religiosa e tradicionalista, com o partido vencido.

O mal do Legitimismo foi não ter querido ou podido, êle próprio, fazer a Revolução.

Podiam os liberais ter conseguido, depois, através do seu governo, a colaboração e o amor do povo pelo sistema. Nunca, porém, o procuraram. O Liberalismo nasceu, viveu e morreu, no artifício e no exotismo das suas fórmulas, sem

jâmais ter sido entendido e sentido pela alma popular. O povo esteve sempre à margem do sistema. O linearismo reformador de Mousinho da Silveira limitou-se a criar hábitos burocratas e fórmulas de administração; nunca foi mais além. Largo e profundo nos *relatórios*, o seu pensamento, estiola-se e contradiz-se nos textos legislativos.

O movimento que instaurou a República em 5 de Outubro foi, em dada altura, um movimento de características populares. A vibração de certas horas chegou a criar a mística revolucionária que se traduz no ardor duma esperança profunda. Foi talvez um dos grandes momentos nacionais que se perderam. O povo chegou a crer que o seu problema ia ser posto, enfim, e talvez resolvido... Mas, os dirigentes, em breve se mostraram incapazes de fazer a Revolução que o povo sonhava e as suas atitudes desassombradas faziam acreditar. Em vez disso, perdeu-se o tempo em lutas religiosas e em guerras de partidos.

Não tardou que o povo perdesse o interesse por uma «revolução» que mostrava desconhecer os seus anseios.

A fachada da República permanecia; a sua alma popular perdeu-se, porém.

Veio depois o Movimento de 28 de Maio e êsse não foi, evidentemente, um movimento popular. O povo, afastado da vida da República, não tomou partido, nem na defesa, nem no ataque; aceitou os factos, embora os aceitasse com certo alvoroço de esperança nova.

¿ Que fizeram os detentores do Poder, para cá de 1926, no sentido de fazerem dêste movimento político um movimento popular, um movimento que se penetrasse das inquietações, dos cuidados e das aspirações do povo?

Passando das mãos dos militares às mãos

dos civis que nenhuma responsabilidade tiveram na revolta, e por isso não lhe entenderam o mandato, o Poder não buscou a colaboração do povo; procurou impôr-se-lhe, para seu *bem*, «a bem da Nação».

Assim, não sentindo em nada a sua aspiração na obra tentada, não lhe sendo dado fazer ouvir a sua voz para livremente aplaudir ou para livremente discordar, o povo recaiu na sua dispersão apática, deixando que as novas reformas fôsem fazendo o seu caminho, tão longe da sua alma como longe dela estiveram as do Liberalismo. O mesmo artifício de sistemas estrangeiros adaptados pela força ao país, o mesmo deprêzo pela personalidade própria da nação.

¿ Que admirar, então, se o povo se desintereça? Sòmente, êsse afastamento da obra tentada, não quer dizer, de nenhum modo, renúncia do seu anseio de justiça. Esse, é por ventura, o engano de muitos, que confundem *ordem* com *inércia*, *aceitação* com *apatia*. Tal *ordem*, manutenção pela violência dum *statu quo* que é a consagração da desordem moral nascida da injustiça, acaba sempre por trazer gravíssimas conseqüências.

A paz e a prosperidade dum país só são justas, se antes se tiver tido em conta os direitos do povo, que são os direitos da Pessoa Humana.

Quando se não interpretam os direitos do povo, governar é então sinónimo de esmagar, e a situação criada não pode traduzir-se senão pelo marasmo.

O marasmo do povo português, em tudo o que diz respeito à sua vida cívica, não tem outro sentido. Tirá-lo dessa degradante posição moral, tal deve ser o primeiro dever da Revolução. Só assim, de resto, ela obterá uma tão eficiente quão indispensável colaboração popular.

O processo que a Revolução terá de seguir

na sua actuação será, naturalmente, aquele, através do qual se cria uma forte convicção colectiva, levando o povo a aderir a fórmulas onde se inscreve a libertação da Pessoa Humana. Só essas fórmulas constituem a base duma mística capaz de produzir a exaltação heróica, que leve a aceitar uma disciplina criadora e uma educação colectiva.

O homem, em plena posse dos seus direitos, fará, então, conscienciosamente, todos os sacrificios que o bem geral lhe pede.

Criar essa mística e renová-la incessantemente na grandeza moral do clima revolucionário, será isso obra das gerações novas e de quem as conduzir.

A Revolução reclama uma *élite* activa e um comando. Quadros populares que bem expressem os anseios revolucionários do povo e chefe que os interprete.

Em primeiro lugar os novos.

A exaltação e a fidelidade das gerações novas à causa revolucionária trouxeram-lhe, naturalmente, a cólera fria e calculada da ordem burguesa.

O seu inconformismo, sadio e livre, a sua irreverência diante da infalibilidade dos consagrados, a sua coragem em não se deixar enfileirar, à força, no cortejo da *ordem* triunfante — tudo os tornou suspeitos aos olhos dum mundo sem nenhuma grandeza moral, onde só predominam as atitudes bafientas — múmias donde fugiu toda a vida espontânea, toda a nobre sinceridade.

Apontou-se aos novos a sua mocidade, como um insulto, e ergueu-se um altar resplandecente ao *bom senso*, tornado caricatura da verdade.

Pelo portal que dá acesso às posições do Estado, como à galeria doirada da *consideração* burguesa, só entram os novos que renunciam

claramente às virtudes da sua mocidade. Corpos sem alma que não discutem e só aplaudem, na mira fisgada de seguir sem entraves a carreira do seu interesse; «Pachecos» precocemente lançados à luz duma ribalta «oficial», melancolica e sorna; juventudes que esmaguem, por imprudente, o coração, que esqueçam, por inútil, o calor do entusiasmo, que se tornem refratárias, por cálculo, à colera, à convicção própria, que fujam, por prática, a toda a expontaneidade, a toda a vida original, a todo o anseio — juventudes que substituam a emoção pelo capricho, afim de realizarem o tipo neutro, invertebrado e claustral, pronto para todos os jogos que a vida lhes imponha — eis os eleitos, a carneirada castrada e convencional, que subirá na vida e na escala burocrática.

Os outros, os impetuosos, os irrequietos, os irreverentes, os sonhadores, os que não são banais, os que não sonham com o emprêgo, os que não sabujam, os que não apostatizam, os que teem character, enfim, êsses são a mocidade «perigosa», «extraviada», que se abandona ou se persegue. Precisamente nessa encontra o seu mais vivo e ardente apoio a Revolução.

Os novos, — estudantes, operários, militares — foram, em todos os tempos, a chama alta e pura onde se inflamou a fé dos povos nas horas das arrancadas históricas.

A êles se deve toda a beleza dos grandes lances, toda a firmeza nas épocas de derrocada, e toda a intransigência nos momentos de corrupção e abandono.

De certo, neste tempo singular que o mundo vive, um grande conflito interior se trava no coração das novas gerações, que por vezes parece afastá-las da acção. O exemplo das lutas anteriores, em que os novos se empenharam

a fundo, arriscando tudo na batalha para afinal entregar aos egoístas e aos prudentes, que nada fizeram, o fruto da vitória, leva-os agora a considerar com pessimismo a marcha penosa e incerta da Revolução.

Se as vitórias revolucionárias estão sempre à mercê dos elementos que lhes são estranhos e veem depois desprestigiá-las e roubar-lhes o sentido, valerá a pena com tanta dôr e martírio conseguí-las?

O problema dêste conflito só tem uma solução segura e total: — aquela que se encontra na criação dos *Quadros* populares da Revolução.

Só o povo, na sua tragédia, ama e sente com sinceridade o imperativo da revolta e a necessidade de lhe defender as conquistas; só nêle pois, se deve fiar a organização da estrutura do país.

Nas mãos do povo, protegido pela sua fé e pela sua energia sempre renovada, não são possíveis as intervenções traiçoeiras de qualquer conformismo, nem sequer dum conformismo nascido da própria Revolução.

* * *

Em três aspectos essenciais se pódem resumir as razões que fundamentam o plano duma unidade nacional revolucionária.

Os direitos de Personalidade, as imposições características do «humanismo» dos portugueses e o clamor de justiça social do nosso tempo.

Os direitos da Personalidade são a regra fundamental, que através da história informa o espírito dos costumes e das instituições do país.

Personalistas, os portugueses nunca aceitaram o arbítrio do poder e tiveram sempre por timbre da sua dignidade cívica a segurança das suas liberdades. E' essa ainda a característica que, no

fundo, anima todas as formações políticas que, ao declarar-se a impotência do Liberalismo, se ergueram em defesa das prerrogativas nacionais.

Desde os republicanos mais democratas, aos monárquicos de mais acentuado nacionalismo integral, a todos uma fé íntima conduzia no sentido do resgate. Os democratas, convencidos de que a Democracia seria a alavanca das liberdades populares; os integralistas, considerando que o Rei, colocado, por posição, acima das facções e das classes, seria a garantia dessas mesmas liberdades.

Aqueles mesmo que, sinceramente, colaboraram na Revolução de 28 de Maio, ao preconizarem o refôrço do Poder Executivo, só o fizeram na intenção de melhor assegurar uma ordem em que os poderosos, a alta finança, o caciquismo, etc., não pudessem esmagar livremente os fracos.

Personalistas, por vocação e convicção profunda, os portugueses encontram na expressão dos direitos da Personalidade um dos signos seguros da sua unidade.

Outro, é por certo aquele que as imposições características do nosso «humanismo» reflectem através da história nacional.

Povo generoso, amorável, eivado de tradição universalista e cristã, o povo português jámais poderia aceitar o comando de quem quer que fôsse que, fria, sombriamente, sem coração nem respeito pela personalidade, alta ou humilde dos cidadãos, procurasse impôr-se. (1)

Finalmente, o outro motivo duma colabora-

(1) Afonso Lopes Vieira compraz-se muitas vezes em contar, como sinal de *portuguesismo* nas relações entre o Poder e os cidadãos, a discussão violenta, livre e sem preocupações das duas partes, travada um dia, à sua vista, no Ministério da Justiça entre Afonso Costa, então cheio de fôrça e popularidade e uma conhecida personalidade, da Igreja. Mi-

ção íntima dos portugueses não conformistas do nosso tempo está, ainda, na comunhão de justiça social que é o comum anseio de todos nós.

A unidade espiritual da Revolução, assim realizada, é a condição segura da restauração do país na dignidade e honra dos portugueses.

São as idéias-bases dessa unidade que, sobrepondo-se a todas as *pequenas* razões que nos dividiam, a todos os *aparentes* motivos que nos dilaceravam, estabelecem o comando único que indica a marcha da Revolução.

Esse comando tem um órgão que lhe assegure a eficácia, coordenando e executando as suas directivas: o Chefe.

O Chefe é pois, dentre todos, o primeiro dos portugueses, que tem de *interpretar* a Revolução.

nistro e contraditor, defrontaram-se sem peias nem pruridos, de frente, leal, portuguêsmente.

Fôssem quais fôssem os defeitos de temperamento do caudilho republicano, esta cena define um traço português do seu carácter e está bem nas tradições *débonnaires*, humanas, dos nossos costumes políticos.

De Anselmo Braancamp disse Ramalho:

"Nunca, pelas batidas de carruagem e pela ostentação do correio de secretaria trotando-lhe à portinhola, foi possível distinguir com rigor as épocas em que ele fazia parte do governo, e aquelas em que era simples governado.

Todas as manhãs, sendo chefe do gabinete e presidente do conselho de ministros, descia a pé por S. Pedro de Alcântara, lentamente, o chapéu sobre o olho, o charuto nos beiços; e vinha à casa do barbeiro François, na rua da Trindade, sentar-se numa cadeira a esperar vez para que o barbeassem, lendo pachorrentamente os jornais que o descompunham."

"As Farpas", vol. III, pág. 135.

E assim era Fontes:

"Dizia-se que lhe não era indiferente agradar ou desagradar às mulheres; como todos os oradores de raça, era um sensual; e nos salões, que lhe aprazia freqüentar pontualmente, nunca abancava ao *whist*, nem se coligava aos grupos desem-

Procurador do Povo, todo o comando lhe vem da povo, toda a sua força é a força do povo e todas as suas idéias são ideias e anseios do povo.

O Chefe não é fim de si mesmo é um *meio* da colectividade. Executando o mandato do seu tempo, a sua mais alta missão é acordar as almas, para que um impulso colectivo realize o milagre da mística revolucionária.

O Chefe não é pois um temperamento com instintos de burocrata, mas sim uma alma com devoções de apóstolo.

O Chefe é um instrumento de força popular, força a que o espírito da Revolução indica o caminho, e cujo poder criador está mais no processo com que interpreta a sua generosidade natural do que naquele em que explora a sua incidental violência agressiva.

parceirados dos cavaqueadores caturras. Entre os ombros decotados e os leques em palpação é que tinha de o procurar quem quisesse dar com ele num baile ou num concerto... Ninguém foi para com os seus adversários mais incondicionalmente generoso; ninguém foi para com os seus amigos mais dedicado e reconhecido."

Obr. cit., pág. 187.

Do Bispo de Viseu, este traço é elucidativo:

—«O senhor, então—perguntou-me ele—é quem escreve para o Pôrto as tundas tremendas que de lá me cascam, e que eu leio todas as manhãs ao levantar da cama?

Eu era a esse tempo correspondente de um jornal portuense; o bispo fazia parte do ministério, onde tinha a pasta do reino, e as *tundas* que ele lia em cada manhã escrevi-as efectivamente eu em cada tarde.

—Pois dou-lhe os parabens por essas tosas, que são boas —proseguiu ele.

Obr. cit., pág. 206.

Recordam-se finalmente, da famosa galeria, estas humaníssimas atitudes de Rodrigues Sampaio:

«Uma senhora que ele amara e que era religiosa no Con-

O Chefe diz à Nação :

Esta é a hora da unidade espiritual, o ponto onde se cruzam todos os caminhos, ao longo dos quais marcha a inquietação de todos os ideais de justiça; esta é a posição histórica onde é possível realizar a aliança entre todos os portugueses que, através de lutas e duros sacrifícios, conquistaram enfim o direito de se conhecerem e estimarem; esta é, finalmente, a ocasião suprema de fazer a paz dentro da justiça.

Na trincheira comum da Revolução, todos os sectores podem alinhar sem nenhum ter que abater a sua bandeira particular, porque a Revolução está acima de todos os sistemas; forças religiosas, mantenham todas a sua espiritualidade própria, porque a Revolução respeita todas as crenças como respeita todas as raças.

Eis o plano da unidade na diversidade. A

vento de Corpus Christi, em Vila Nova de Gaia, veio um dia para Lisboa procurar em casa de Sampaio o amparo da amizade sobrevivente a uma antiga e terna ligação. Sampaio estendeu-lhe a mão com a mais nobre e tocante generosidade, e, sem se preocupar um momento com o que o público poderia dizer do carácter das *suas relações com a freira*, recebeu a sua velha amiga desamparada, mandou colocar uma cadeira de braços defronte da d'ele à pequena mesa da casa de jantar, e, desde então até o dia em que ela lhe expirou nos braços, foi constantemente para ela o amigo mais carinhoso, o irmão mais dedicado."

Obr. cit., pág. 236.

«Um dia, sendo ministro, recebeu na minha presença a visita de uma senhora que ia pedir-lhe protecção para empregar um filho, no seu escritório na rua de S. Bento, onde ele recebia indistintamente e sem intervenção de formalidade alguma toda a gente que o procurava. Não tinha à porta suíço nem guarda-portão, nem escudeiro na sala de espera. A escada estava sempre franca e todas as portas abertas. Os que desejavam falar-lhe introduziam-se a si mesmos até irem ter ao quarto em que ele trabalhava."

Obr. cit., pág. 242.

Revolução não esmaga nem diminui ninguém; antes ergue e exalta a todos para se reforçar a si própria com todos os anseios e todas as claridades.

O tempo em que o poder era exclusivamente da facção que o conquistava, é agora substituído por uma era de colaboração efectiva de todos as tendências dentro dum plano geral de realizações referendadas, pelo povo organizado e equacionadas pelas especializações da técnica.

Um novo mundo moral vai surgindo das ruínas do presente. A hora de rompimento com o passado chegou. A ninguém é já lícito marcar como *necessárias* as etapas, a que o espírito de reacção prende ainda a sua esperança.

A Revolução será inabalável.

Uma revisão na escala dos valores humanos dará ao edifício social uma nova estrutura, que melhor se inspirará nas suas virtudes interiores do que nas suas qualidades externas.

A Revolução é o direito à vida, assegurado a todos, pela justiça das instituições sociais. Viver, e viver com alegria, não será mais um favor do Estado ou da sua caridade interessada, mas sim a primeira das prerrogativas de cada português. A vida só, em verdade, se tolera e pode ser alegre, quando se tem a consciência de plena independência, quando, de cabeça erguida, se pode olhar de frente e sem temor o caminho. Arranquemos o povo português à sua permanente angústia, ao seu hábito tradicional de mendigo, de vencido perante todos os mandarins e todas as tiranias.

Esta é a obra da Revolução, quer dizer, a obra do povo erguido num grande movimento colectivo e sagrado. Obra que é de todos e que, portanto, ninguém já mais pode considerar como exclusivamente sua, tirando daí razões de orgu-

lho ou de mando arbitrário. Obra de amor e de sacrifício do país, não nasce dela nenhum egoísmo nem nenhum sentimento que não reforce a aliança que lhe deu origem.

Obra revolucionária e espiritual por excelência é esta em que o próprio Chefe, tendo nela a missão de condutor de homens, só ganha êsse direito pelos milagres de dedicação e devotamento com que todos os dias provar pensar mais neles, do que em si próprio.

Portugueses:

Revolução, quer dizer Justiça!

1 de Maio de 1936